

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO 194 Jan.-jun. 2018

ISSN 1413-1536

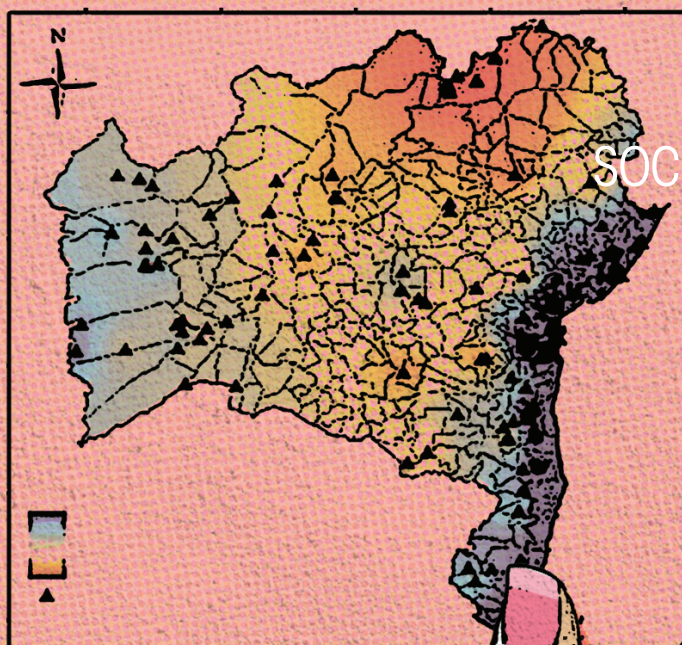
Ilice Marília Dantas Pinto
Mobilidade:
inclusão e cidadania

Agroindústria suinícola:
estratégias e desafios

Comportamento da oferta de mão de obra
da Região Metropolitana de Salvador:
algumas evidências entre 2005 e 2015

ELIANA BOAVENTURA

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO PLANEJAMENTO SOCIOECONÔMICO DA BAHIA



Este mapa apresenta a distribuição espacial dos municípios do Estado da Bahia, coloridos de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por município. O mapa utiliza uma escala de cores que varia do amarelo (menor IDH) ao azul (maior IDH). O símbolo de triângulo indica a localização das capitais dos estados limítrofes.

C&P 194 jan.-jun. 2018
C O N J U N T U R A & P L A N E J A M E N T O

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA DOS SANTOS
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
WALTER PINHEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
ELIANA MARIA SANTOS BOAVENTURA
DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti
COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Augusto Cezar Pereira Orrico
COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa
COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL
Arthur Souza Cruz
EDITORIA-GERAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto
EDITORIA ADJUNTA
Aline Pereira Rocha, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Guillermo Javier
Pedreira Etkin, Lucigleide Nery Nascimento, Pedro Marques de Santana
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO
CONSELHO EDITORIAL
Aloísio Machado da Silva Filho, Andréa da Silva Gomes, Antônio Plínio
Pires de Moura, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Gervásio Ferreira dos
Santos, Gildásio Santana Junior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro
Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Mayara Mychella Sena Araújo,
Ranieri Muricy Barreto, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes
COORDENAÇÃO-GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira
COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto Correia, Rosângela Ferreira Conceição
EQUIPE TÉCNICA
Mária Margarete de Carvalho Abreu Perazzo, Mercejane Wanderlei
Santana, Zélia Maria de Carvalho Góis
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto
EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO
Ludmila Nagamatsu Dias
REVISÃO DE LINGUAGEM
Laura Dantas
EDIÇÃO DA ENTREVISTA
Maria Luisa Gouveia (Ascom)
DESIGN GRÁFICO E WEB
Julio Vilela, Nando Cordeiro, Vinícius Luz
WEB DEVELOPER
Ingrid Souza Pinheiro (Coinf)
EDITORAÇÃO
Nando Cordeiro
ILUSTRAÇÃO
Vinícius Luz, Alderlan Oliveira (estagiário)
FOTOGRAFIA
Levi Mendes (Ascom)
NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa, Isabel Dino Almeida,
Patrícia Fernanda Assis da Silva
IMPRESSÃO
EGBA - Tiragem: 100 exemplares

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que a fonte original seja creditada de forma explícita. Esta publicação está indexada no *Library of Congress*, *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema Qualis da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador:
SEI, 2019.
n. 194
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: mensal
até o número 154; trimestral até o número 189.
ISSN 1413-1536
EISSN 2594-4290

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência
de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

4 **CARTA DO EDITOR**6 **ECONOMIA EM DESTAQUE**

RITMO LENTO DA ECONOMIA BAIANA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Pedro M. de Santana

32 **ENTREVISTA**

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO PLANEJAMENTO SOCIOECONÔMICO DA BAHIA

Eliana Boaventura

ARTIGOS39 **AGROINDÚSTRIA SUINÍCOLA: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS**

Alynson dos Santos Rocha

57 **COMPORTAMENTO DA OFERTA DE MÃO DE OBRA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: ALGUMAS EVIDÊNCIAS ENTRE 2005 E 2015¹**

Mayara Tobio de Araújo, Leonardo Moura L. C. de Siqueira, Laumar Neves de Souza

79 **TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM PRAIA DO FORTE: ENTRE RESISTÊNCIAS E PERMANÊNCIAS**

Márcia Couto Mello, Ana Almeida, Ariadne Moraes, Joanna Milanez

91 **CIDADANIA NA BAHIA: UMA VISÃO A PARTIR DO MAPEAMENTO DA OFERTA DE ALGUNS DOCUMENTOS CERTIFICADORES**

Vaner José do Prado, Laumar Neves de Souza, Renato Barbosa Reis, Carolina de Andrade Spinola

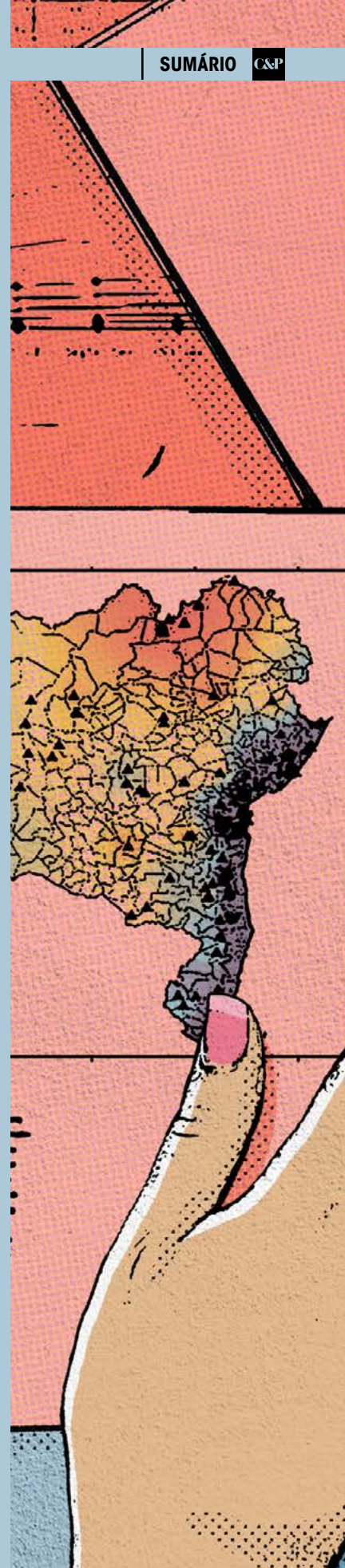
109 **MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DA CIDADE DE CANDEIAS (BA): UM ENFOQUE PARA AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS**

Milton Santos Cardoso Filho, Raiany Sandhy Souza Santos, Ícaro Thiago Andrade Moreira, Anderson Gomes de Oliveira

122 **PONTO DE VISTA**

MOBILIDADE: INCLUSÃO E CIDADANIA

Ilce Marília Dantas Pinto

126 **LIVROS**128 **CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA****INDICADORES CONJUNTURAIS**140 **INDICADORES ECONÔMICOS**148 **INDICADORES SOCIAIS**157 **FINANÇAS PÚBLICAS**

CARTA DO EDITOR

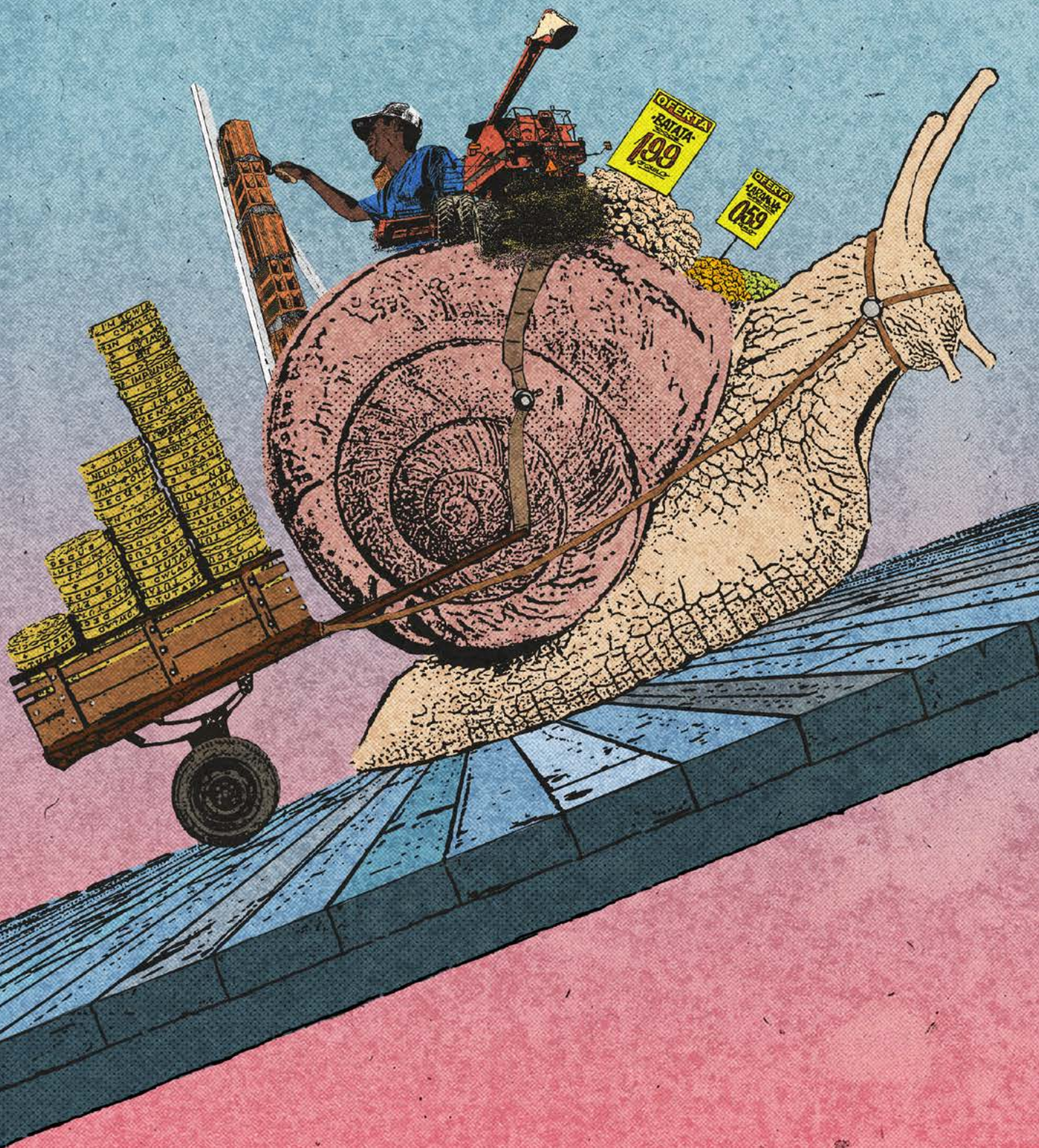
A Edição 194 da revista *Conjuntura & Planejamento* retrata a economia brasileira em um cenário de comprometimento da atividade econômica. No ano de 2018, o país vivenciou um processo de retração, colocando no centro das discussões a condução da política macroeconômica. De acordo com a equipe de conjuntura da SEI, a análise dos números do primeiro semestre de 2018 indica que as expectativas quanto ao cenário que se vislumbrava foram demasiadamente otimistas. Já nos primeiros meses deste ano, a previsão de baixos índices de inflação e de juros, aumento da massa salarial, elevado nível de confiança do mercado, dinamismo na economia global, e ganhos de termos de troca foi substituída pelas incertezas.

Este número da revista apresenta, na seção Ponto de Vista, a percepção da professora da UFBA Ilce Marília Dantas Pinto acerca de mobilidade, inclusão e cidadania. Segundo a acadêmica, os problemas relacionados à mobilidade urbana se agravaram nas últimas décadas, e o processo de urbanização associado ao modelo de transporte com ênfase no veículo individual é uma das causas dessa crise. Para ela, falar em mobilidade urbana nesses moldes é falar sobre integração, inclusão e acessibilidade. Assim, ela chama a atenção para a necessidade de se pensar em novas formas de mobilidade que sejam ao mesmo tempo sustentáveis, inclusivas e compartilhadas.

A seção Entrevista traz uma conversa com a Dra. Eliana Boaventura, diretora-geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Defensora ativa dos direitos das mulheres, Eliana Boaventura foi presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres na Assembleia Legislativa da Bahia, atuando para fomentar o poder de participação social, política e econômica das mulheres. Vereadora em Feira de Santana e deputada estadual, alcançou destaque na defesa dos direitos das mulheres baianas. Nessa entrevista, ela defende a presença das mulheres em espaços de liderança e fala da sua experiência à frente da SEI, analisando a contribuição da instituição no fornecimento de subsídios estatísticos para toda a sociedade. Para ela, não é possível pensar em planejamento e desenvolvimento do estado sem uma fonte permanente de indicadores para o acompanhamento e o monitoramento de políticas públicas.

Entre os artigos que integram este número da revista está o de Alynson dos Santos Rocha, intitulado “Agroindústria suinícola: estratégias e desafios”. Nesse trabalho, o autor chama a atenção para os desafios enfrentados pelos representantes dos criadores de animais, da indústria processadora de carnes e demais agentes da agroindústria suinícola baiana para implantar estratégias que resultem no aumento do consumo de carne suína pelos brasileiros, que geralmente optam por carnes bovinas e de aves. Outro trabalho é o de Mayara Tobio de Araújo, Leonardo Moura L. C. de Siqueira e Laumar Neves de Souza com o tema “Comportamento da oferta de mão de obra da Região Metropolitana de Salvador: algumas evidências entre 2005 e 2015”. A pretensão dos autores foi contribuir para uma melhor compreensão sobre o funcionamento dos mercados laborais, tomando por objeto o da Região Metropolitana de Salvador (RMS) nos anos de 2005 e 2015.

Assim, a Edição 194 da C&P reforça o objetivo de oferecer uma avaliação sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana. Nesse aspecto, a SEI, não tendo pretensões de esgotar o assunto e emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, convida o leitor a fazer uma reflexão sobre o comportamento da economia nos âmbitos nacional e estadual, em curto e longo prazo.



RITMO LENTO DA ECONOMIA BAIANA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

Carla do Nascimento
Mestre em Economia, pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA) e graduada em
Ciências Econômicas, pela
Universidade Estadual de Feira
de Santana (UEFS). Técnica da
Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
(SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

Elissandra Britto
Mestre em Economia e
graduada em Ciências
Econômicas, pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA). Técnica da
Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
(SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

Pedro M. de Santana
Mestre em Economia e
graduado em Ciências
Econômicas, pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
Especialista em produção de
informações econômicas,
sociais e geoambientais
da Superintendência de
Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
pedromarques@sei.ba.gov.br

QUANDO o ano de 2017 chegou ao fim eram grandes as expectativas dos atores econômicos relacionadas à economia brasileira. O cenário que se vislumbrava para 2018 estava marcado por baixos índices de inflação e de juros; aumento da massa salarial; elevado nível de confiança do mercado; dinamismo na economia global; e ganhos de termos de troca. Todavia, a análise dos números do primeiro semestre de 2018 indica que as expectativas foram demasiadamente otimistas. O primeiro fator a contribuir para a redução destas foi o cenário global.



O Produto Interno Bruto (PIB) americano cresceu 4,1% no segundo trimestre [...]. O avanço decorre sobretudo do aumento do consumo privado e dos embarques de soja para a China, com receio das restrições comerciais

O crescimento da economia mundial manteve-se forte nos primeiros meses de 2018, apesar de alguns sinais de desaceleração no ritmo, se comparado com os últimos meses de 2017. Mas, no segundo trimestre, o cenário externo voltou a ficar abalado com a alta volatilidade nos mercados financeiros globais e a forte desvalorização das moedas, principalmente, nos países emergentes. A tensão nos mercados internacionais iniciou-se em março, com a elevação dos juros americanos (que está no patamar de um intervalo entre 1,75% e 2,0%), a valorização do Dólar, o aumento dos preços do petróleo e o risco de guerra comercial entre EUA e China. Essa volatilidade foi intensificada pelo anúncio dos EUA em dobrar as tarifas de importação de aço e de alumínio para a Turquia. A guerra comercial pode provocar um 'choque' nos mercados emergentes e se espalhar por todos os países em desenvolvimento.

O relatório World Economic Outlook (2018), divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), projetou que a atividade econômica global terá crescimento de 3,9% em 2018 – a mesma taxa projetada em abril deste ano, na versão anterior do documento. O FMI também prevê crescimento global de 3,9% para 2019.

A expansão média das economias avançadas foi de 0,5% no segundo trimestre, comparado ao trimestre exatamente anterior. O FMI projetou aumento de 2,4% para 2018 e de 2,2% em 2019 (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2018). Dentro das principais economias avançadas que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o comportamento difere. O destaque vai para os Estados Unidos cuja economia acelerou de forma significativa no segundo trimestre deste ano, duplicando o crescimento econômico em comparação com os primeiros três meses do ano. O Produto Interno Bruto (PIB) americano cresceu 4,1% no segundo trimestre em comparação com o período exatamente anterior, na série com ajuste sazonal. O avanço decorre sobretudo do aumento do consumo privado e dos embarques de soja para a China, com receio das restrições comerciais. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve alta de 2,8% para a economia americana.

Além dos EUA, também o Japão surpreendeu pela taxa positiva ao passar de uma ligeira contração de 0,2% para uma subida do PIB de 0,5%, no segundo trimestre em comparação com o período exatamente anterior, na série com ajuste sazonal. Outro destaque foi a ligeira aceleração na Alemanha, de 0,4% para 0,5%, e no Reino Unido, de 0,2% para 0,4%. Na França, o crescimento econômico manteve-se estável em 0,2%, e na Itália desacelerou marginalmente, de 0,3% para 0,2%. Este desempenho menos positivo das economias da Zona Euro e da União Europeia (UE) indica que

o bloco europeu tem crescido menos (0,4%) do que o conjunto da OCDE (0,6%). Portugal foi um dos poucos países da UE a acelerar no segundo trimestre, tendo crescido 0,5% em cadeia.

O desempenho dos países da Zona do Euro é um dos mais fracos do último ano e meio, e as expectativas das empresas são as mais baixas dos últimos dois anos. Os riscos estão relacionados à intensificação das disputas comerciais e do seu impacto nas expectativas dos agentes econômicos. A projeção do FMI é de que o PIB da região atinja 2,2% em 2018 e 1,9% em 2019.

A economia chinesa cresceu 1,8% no segundo trimestre em comparação com o trimestre exatamente anterior. E avançou 6,8% no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Embora o crescimento permaneça robusto, houve desaceleração nos últimos meses, com o enfraquecimento dos investimentos em fábricas e infraestrutura. Em 2018, o crescimento esperado é de 6,6% do PIB, de acordo com o FMI (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2018). O conflito comercial com os Estados Unidos pode reduzir o crescimento nos próximos meses. Para compensar os riscos, o governo chinês anunciou corte de compulsório para estimular a renegociação de dívidas corporativas e o aumento de empréstimos a empresas.

Seção da Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sintetiza os riscos para a economia mundial, que, entre outros, podem advir dos conflitos geopolíticos.

[...] Por um lado, aumentou o risco de uma guerra comercial diante de medidas restritivas adotadas pelos Estados Unidos em relação às importações de produtos específicos (aço, alumínio) e/ou com origem em países específicos, como a China. Por outro, esses fatores, notadamente os que envolvem o Oriente Médio, têm influenciado, juntamente com variáveis mais estritamente econômicas, o preço do petróleo no mercado internacional. Os preços de *commodities* em geral exibiram trajetória de alta ao longo de 2017, reforçando uma tendência que já vinha do ano anterior e que, mais recentemente, se estendeu aos produtos agrícolas (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2018, p.1).

Para o Brasil, o FMI reduziu a projeção de 2,3%, divulgada em abril, para um crescimento de 1,8% para este ano, principalmente, em decorrência das incertezas políticas e do prolongado efeito de desabastecimento provocado pela paralisação dos transportes de cargas iniciada em maio, com duração de 11

Para o Brasil, o FMI reduziu a projeção de 2,3% [...] para um crescimento de 1,8% para este ano, principalmente, em decorrência das incertezas políticas e do prolongado efeito de desabastecimento provocado pela paralisação dos transportes de cargas iniciada em maio

dias. Segundo o FMI, mesmo com a melhora nos preços das *commodities*, o cenário fraco, se comparado ao observado em abril, reflete mais perspectivas difíceis para a economia brasileira (WORLD ECONOMIC OUTLOOK, 2018).

Com base nos dados das Contas Nacionais Trimestrais (2018), elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB nacional totalizou R\$ 1,641 trilhão em valores correntes no primeiro semestre do ano, correspondente a um crescimento real de 1,1% em relação ao primeiro semestre de 2017.

Na decomposição dos resultados, sob a ótica da demanda interna, verificou-se que a despesa de consumo das famílias apresentou resultado positivo no primeiro semestre (2,3%), influenciada pela desaceleração da inflação, dos juros e pela melhora nos indicadores de crédito. Já a formação bruta de capital fixo variou 3,6% no período em relação ao mesmo período de 2017, apesar do desempenho negativo do setor da Construção, que acumulou queda de 1,7% no semestre, compensada pelo aumento nas importações e na produção de bens de capital.

Ainda de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (2018), a despesa de consumo do governo recuou 0,3% no primeiro semestre, enquanto as exportações apresentaram alta de 1,3%, destacando-se o crescimento das vendas externas de soja em grãos, minério de ferro e petróleo. As importações reagiram no período em análise, registrando alta de 7,3% no semestre, com aumento relevante nas compras de veículos, máquinas e equipamentos, têxteis, equipamentos de informática e eletrônicos, produtos e metal e petróleo e gás natural.

Pela análise da oferta, o setor Agropecuário apresentou o pior resultado na comparação com o primeiro semestre do ano anterior (-1,6%). A estimativa de safra nacional é de queda em 5,7% em relação à produção agrícola de 2017, alcançando 226,8 milhões de toneladas. As culturas de arroz (-7,3%), milho (-16,7%) e fumo em folha (-6,0%) registraram quedas relevantes no período, contribuindo para o resultado. A Indústria teve expansão de 1,4% no primeiro semestre. Os segmentos Transformação (2,8%) e Eletricidade e gás, esgoto, atividades de gestão de resíduos (1,9%) tiveram resultado positivo no mesmo período, enquanto os setores de Extração mineral (-0,6%) e Construção (-1,7%) exibiram resultado negativo. Os Serviços registraram crescimento de 1,4%. Dentre os segmentos com resultados relevantes, destaca-se Comércio (3,2%), seguido por Atividades imobiliárias (2,9%) e Transporte, armazenagem e correio (1,9%); apenas Informação e comunicação (-1,4%) apresentou percentual negativo no primeiro semestre (Contas Nacionais Trimestrais, 2018).

A inflação manteve-se em patamares baixos e dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou 4,19% a.a. em 12 meses até julho, e a taxa Selic ficou em 6,5% a.a. desde a reunião do Copom em maio (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018a). O Real vem desvalorizando-se diante do Dólar desde o início do ano. Após um período de relativa estabilidade, do final de 2016 até março deste ano, a taxa de câmbio Real/Dólar desvalorizou-se em cerca de 24,0%.

Por sua vez, outros indicadores de atividade econômica apresentaram crescimento abaixo das expectativas. A produção industrial registrou aumento de 1,6% no segundo trimestre deste ano, inferior à taxa de 2,9% observada no primeiro trimestre de 2018, indicando perda de ritmo no crescimento da produção. O Comércio varejista ampliado teve expansão de 4,7% no segundo trimestre, impulsionado pela ampliação nas vendas no setor de Veículos, motos e peças, que registrou taxa de 15,1% no período. No primeiro semestre, a Indústria e o Comércio varejista ampliado acumularam taxas de 2,3% e 5,8%, respectivamente.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego passou de 13,1% no primeiro trimestre para 12,4% no segundo trimestre de 2018, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (2018). Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontaram aumento de 392.461 postos de trabalho no país durante o primeiro semestre de 2018 (BRASIL, 2018b). O resultado representou uma variação positiva de 1,04% em relação ao estoque de empregos formais.

Segundo nota do Banco Central (2018d), a conta de transações correntes apresentou déficit de US\$ 3,586 bilhões no primeiro semestre de 2018. Por sua vez, o superávit da balança comercial acumulou saldo de US\$ 27,5 bilhões no primeiro semestre de 2018, contra US\$ 34,9 bilhões em 2017. As exportações somaram US\$ 113,8 bilhões, alta de 5,5% em relação a 2017, enquanto as importações totalizaram US\$ 85,9 bilhões, valor 18,4% maior que o do mesmo período do ano anterior. As reservas internacionais totalizaram US\$ 379,5 bilhões em junho de 2018.

Ainda no primeiro semestre de 2018, o déficit primário do setor público consolidado somou R\$ 14,4 bilhões, o equivalente a 0,43% do PIB. A meta de déficit primário do setor público consolidado considerada pelo governo é de R\$ 161,3 bilhões para 2018. O déficit fiscal no primeiro semestre pode ser atribuído ao rombo de R\$ 28,7 bilhões do governo central (0,86% do PIB) (BANCO CENTRAL BRASIL, 2018c).

O Real vem desvalorizando-se diante do Dólar desde o início do ano. Após um período de relativa estabilidade, do final de 2016 até março deste ano, a taxa de câmbio Real/Dólar desvalorizou-se em cerca de 24,0%

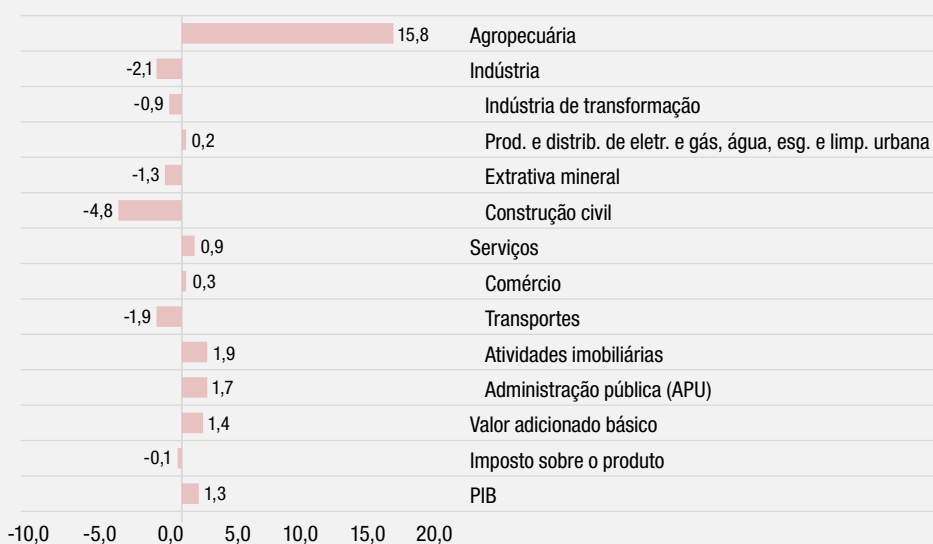
ECONOMIA BAIANA

O cenário macroeconômico de redução das taxas de inflação e dos juros manteve o resultado positivo do setor de Serviços, especialmente os segmentos de Comércio e Administração pública

O PIB do estado, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) no Informativo PIB Trimestral (2018), apresentou crescimento no primeiro semestre de 2018, registrando taxa de 1,3%. A Agropecuária e o setor de Serviços cresceram 15,8% e 0,9%, respectivamente, enquanto a Indústria registrou queda de 2,1%. Os resultados do PIB baiano para o primeiro semestre estão apresentados no Gráfico 1.

O cenário macroeconômico de redução das taxas de inflação e dos juros manteve o resultado positivo do setor de Serviços, especialmente os segmentos de Comércio e Administração pública. No entanto, a fraca demanda doméstica e o elevado nível de ociosidade dos fatores de produção prejudicaram o crescimento da Indústria, especialmente da Indústria de transformação e da Construção civil, segmentos que têm grande peso no valor adicionado do setor. A Agropecuária, por sua vez, contribuiu fortemente para o desempenho da atividade econômica na Bahia, e foi influenciada pelo clima favorável e pela forte demanda externa por produtos agrícolas.

Gráfico 1
Produto Interno Bruto e valor adicionado – Bahia – jan./jun. 2018



Fonte: SEI – Informativo PIB Trimestral (2018).

Nota: (1) Dados preliminares, sujeitos a revisão.

(2) Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

SETOR AGRÍCOLA

Enquanto na Bahia o valor adicionado pela Agropecuária variou positivamente em 15,8%, no Brasil esta atividade apresentou recuo de 1,6% na comparação com o primeiro semestre de 2017. Quando essa comparação é do segundo trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, os resultados variam 17,4% e -0,4%, respectivamente (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2018). As condições climáticas favoráveis e a melhora nos preços explicam o crescimento da safra de grãos.

o principal fator do crescimento significativo da lavoura de grãos está na produtividade média, que registrou variação positiva de 15,2% na comparação anual

O IBGE, através de seu Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), estimou que a produção de grãos totalizou 9,8 milhões de toneladas no estado, em 2018, numa área plantada de cerca de 3,2 milhões de hectares. Dessa forma, o indicador aponta uma expansão da produção de 14,9% em relação à safra de 2017 e, praticamente, da manutenção das áreas plantada e colhida. Portanto, o principal fator do crescimento significativo da lavoura de grãos está na produtividade média, que registrou variação positiva de 15,2% na comparação anual (Tabela 1).

Como se pode observar na Tabela 1, entre os grãos, as culturas de algodão, milho e soja são destaques positivos do levantamento. Na avaliação do IBGE, o destaque negativo fica por conta da lavoura do feijão, cuja estimativa totaliza 248 mil toneladas, 7,7% abaixo da que foi apurada em 2017.

Tabela 1
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas – Bahia – 2017/2018

Produtos/ safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha) (3)		
	2017 (1)	2018 (2)	Var. (%)	2017 (1)	2018 (2)	Var. (%)	2017 (1)	2018 (2)	Var. (%)	2017 (1)	2018 (2)	Var. (%)
Mandioca	2.079	1.528	-26,5	230	251	8,8	192	171	-11,3	10.819	8.959	-17,2
Cana de açúcar	3.231	4.680	44,8	52	91	75,0	47	81	72,3	68.745	57.778	-16,0
Cacau	84	103	23,1	480	480	0,0	430	430	0,0	195	240	23,1
Grãos	8.560	9.835	14,9	3.186	3.191	0,1	3.159	3.150	-0,3	2.710	3.123	15,2
Algodão	833	1.143	37,1	204	267	30,9	204	267	30,9	4.084	4.278	4,8
Café	182	189	3,7	160	169	5,6	143	128	-10,5	1.275	1.477	15,8
Feijão	268	248	-7,7	473	427	-9,7	463	427	-7,7	579	579	0,0
Milho	2.034	2.406	18,3	667	627	-6,0	667	627	-6,0	3.051	3.840	25,9
Soja	5.136	5.767	12,3	1.584	1.600	1,0	1.584	1.600	1,0	3.242	3.605	11,2
Sorgo	106	82	-22,3	98	100	2,3	98	100	2,3	1.080	821	-24,0
Total	-	-	-	3.948	4.012	1,6	3.828	3.831	0,1	-	-	-

Fonte: IBGE - LSPA

Elaboração: SEI/CAC.

(1) LSPA/IBGE safra 2017.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra (jul. 2018).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

As lavouras de cana-de-açúcar e de cacau vêm mantendo suas estimativas de expansão. O dado positivo é que ambas iniciam uma recuperação sobre as significativas perdas das últimas temporadas. A produção de mandioca, por sua vez, sofreu novo revés, ampliando a expectativa de reversão da safra, estimada em 1,5 milhão de toneladas, o que corresponde a uma queda de 26,5% na comparação anual.

Os resultados para o algodão apontam crescimento de 37,1% em relação à safra passada, somando um pouco mais de 1,1 milhão de toneladas. No tocante à área plantada, houve expansão de 30,9% na comparação anual, totalizando 267 mil hectares. O rendimento médio esperado em torno de 4,3 ton./ha representa uma alta de 3,5%, em relação a 2017.

A produção total de café é estimada em 189 mil toneladas, o correspondente a uma variação anual positiva de 3,8%. A safra do arábica está projetada em torno de 72,3 mil toneladas, superando em 18,6% a anterior, ao passo que a da *canephora*, em 117,0 mil toneladas, apresentou retração de 3,6% na comparação com a de 2017.

O LSPA manteve a estimativa de produção do milho em 2,4 milhões na temporada atual, equivalente a uma variação de 18,7% em relação a 2017. Quanto à área plantada de 627 mil hectares, verificou-se recuo de 6,0% na comparação anual. A estimativa da primeira safra do cereal supera em 28,2% a safra anterior, alcançando 1,9 milhão de toneladas em 393,3 mil hectares plantados. Por sua vez, calcula-se uma safra de inverno de 461,4 mil toneladas em 233,3 mil hectares.

Para a soja, cuja colheita está concluída, estimou-se produção recorde em torno de 5,7 milhões de toneladas, representando crescimento de 12,3% em relação à safra anterior. A área plantada estimada permaneceu projetada em 1,6 milhão de hectares.

SETOR INDUSTRIAL

O valor adicionado pela Indústria baiana reduziu 2,1% no primeiro semestre de 2018, na comparação com o mesmo período de 2017. Com exceção de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (0,2%), as demais atividades do setor acumularam queda no período: Indústria de transformação (-0,9%), Indústria extrativa (-1,3%) e Construção (-4,8%) (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2018).

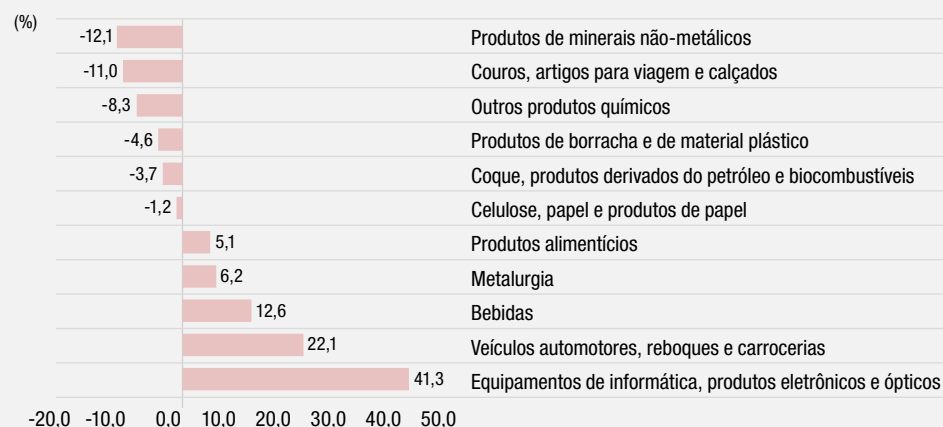
A Indústria de transformação, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (2018) do IBGE, registrou aumento de 0,4% no primeiro semestre de 2018, sendo que, no primeiro semestre de 2017, esta atividade havia recuado 6,6%.

Na análise do primeiro trimestre de 2018, a produção industrial baiana de transformação que apresentou aumento de 1,3%, quando comparado com mesmo trimestre do ano anterior e vinha sendo estimulada pelo crescimento das exportações e pela melhora na demanda doméstica, apresentou queda na produção (-0,4%) durante o segundo trimestre, principalmente em decorrência da paralisação dos caminhoneiros (Gráfico 2).

Cinco dos 12 segmentos da indústria de transformação baiana tiveram crescimento no primeiro semestre de 2018 (Gráfico 3), sendo que este desempenho positivo decorreu do aumento na produção física dos Veículos (22,1%), Produtos alimentícios (5,1%), Metalurgia (6,2%), Bebidas (12,6%) e Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (41,3%). A explicação para o resultado desses segmentos está relacionada, respectivamente, à maior produção de veículos; de derivados de soja e carnes de bovinos frescas ou refrigeradas; de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre e ouro em formas brutas; de cervejas, chope e refrigerantes; e de computadores pessoais de mesa (PC desktops), gravadores ou reprodutores de sinais de áudio e vídeo (DVD, *home theater* e semelhantes) e peças e acessórios para máquinas para processamento de dados e suas unidades periféricas.

Gráfico 2

Variações trimestrais da produção física industrial de transformação (1) – Bahia – 2017/2018



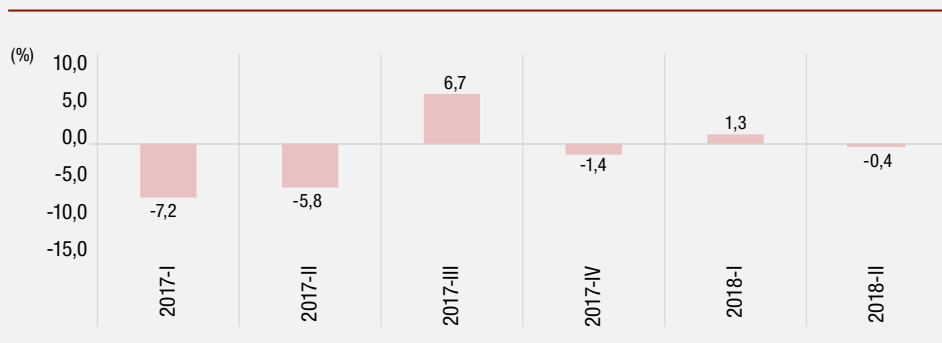
Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 3

Gêneros da Indústria de transformação baiana – Variação acumulada no ano (1)



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Jan.-jun. 2018/Jan.-jun. 2017.

O setor de Veículos foi o mais dinâmico, tanto em relação à produção como em relação às vendas. No primeiro semestre do ano, enquanto a produção cresceu 22,1%, as vendas avançaram 15,8%. Entre os fatores que favoreceram esse desempenho destacam-se: aumento da demanda das famílias, beneficiadas pela melhoria do mercado do trabalho e da confiança dos atores econômicos na economia, principalmente no primeiro trimestre do ano; elevado nível do estoque em razão da queda acentuada durante a crise no período 2013/2016; taxas de juros menores e crescentes atrativos na concessão de crédito para compra de veículos por pessoas físicas e jurídicas; e renovação de frotas por parte das locadoras de automóveis. Observa-se, entretanto, que a crise na Argentina e a paralisação dos caminhoneiros no segundo trimestre afetaram o setor, mas sem grandes perdas.

O setor de Alimentos foi beneficiado pela excelente safra agrícola, principalmente de soja, e pela crescente demanda por carnes. Por sua vez, a produção da Indústria metalúrgica beneficiou-se da retomada do segmento de cobre, que foi severamente impactado financeiramente em 2016/2017, mas apresentou melhora gradativa no volume produzido após acordo de investimento com empresa multinacional do ramo. Todavia, no segundo trimestre de 2018, o volume de produção de cobre foi impactado por 31 dias sem fabrico de anodo de cobre por conta da manutenção programada. O retorno ao processo de produção ocorreu de forma mais lenta do que o planejado em razão de alguns ajustes operacionais necessários à retomada do processo produtivo da planta. A greve dos caminhoneiros também prejudicou a produção no período. Mesmo com esses impactos, a produção física do segmento atingiu aumento de 9,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (PARAPANEMA, 2018).

Os segmentos que influenciaram negativamente para o total da indústria baiana foram Produtos químicos (-8,3%), Derivados de petróleo e biocombustíveis (-3,7%), Couro, artigos para viagem e calçados (-11,0%), Minerais não metálicos (-12,1%) e Produtos de borracha e de material plástico (-4,6%). Esses resultados foram influenciados, respectivamente, pela menor produção de propeno e etileno não saturado e princípios ativos para herbicidas; de óleo combustível e naftas para petroquímicas; de tênis de material sintético, calçados moldados de borracha, couros e peles curtidos e tênis de material têxtil; de elementos pré-fabricados para construção civil de cimento ou concreto e cimentos Portland; de tubos ou canos de plástico para construção civil e pneus novos para caminhões, ônibus e automóveis.

A Indústria de produtos químicos foi impactada pela interrupção no fornecimento de energia elétrica no primeiro trimestre; pela restrição logística decorrente da greve dos caminhoneiros no segundo trimestre, e pela redução na produção de fertilizantes em unidade que está na iminência de encerrar as atividades produtivas.

A redução no segmento de Derivados de petróleo deve-se às perdas provocadas pela nova política de preços de combustíveis – com reajustes diários nos preços da gasolina e do diesel – e pela retirada de tarifas de importação dos derivados de petróleo, o que favorece a importação dos produtos e, conseqüentemente, a substituição da produção nacional pela importada.

Ainda de acordo com as estimativas do PIB da Bahia (Gráfico 3), a Indústria extrativa recuou 1,3% no primeiro semestre. Houve queda no volume extraído de petróleo (-8,7%) e aumento no de gás natural (4,6%), de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2018), acumulados no período.

O setor de Serviços industriais de utilidade pública (0,2%) contribuiu positivamente para o PIB, por conta especialmente do acréscimo de 0,7% no consumo cativo de energia elétrica no estado, com base nos dados da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). O consumo de gás natural aumentou 10,8% no período, conforme dados da Bahiagás.

E o setor de Construção (-4,8%) segue prejudicado pela conjuntura desfavorável caracterizada pela perda de poder aquisitivo e de restrições ao crédito habitacional. Como o mercado imobiliário encontra-se ainda retraído e com oferta excedente, o governo estadual assume papel de destaque no estímulo à Construção, conduzindo projetos habitacionais populares e de infraestrutura.

COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial da Bahia registrou superávit de US\$ 441,7 milhões no período de janeiro a julho, de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), divulgadas no Boletim de Comércio Exterior (2018) da SEI. As exportações alcançaram US\$ 4,5 bilhões e ficaram 4,6% acima das de igual período de 2017, enquanto que as importações somaram US\$ 4,1 bilhões – maiores em 2,3% se comparadas com as do mesmo período do ano anterior. A corrente do Comércio exterior do estado alcançou US\$ 8,6 bilhões, avançando em 3,5% no resultado em relação a igual período de 2017.

Os segmentos mais beneficiados pelas exportações baianas estão relacionados aos produtos semimanufaturados e produtos básicos, cujas vendas externas registraram, respectivamente, crescimento de 18,3% e 12,8%, no período de janeiro a julho de 2018, na comparação com o mesmo período de 2017 (Gráfico 4).

Entre os produtos semimanufaturados destaca-se a celulose (pasta química de madeira), que teve um aumento no valor das exportações de 19,0% no período de janeiro a julho, representando um volume de mais de um milhão de toneladas.

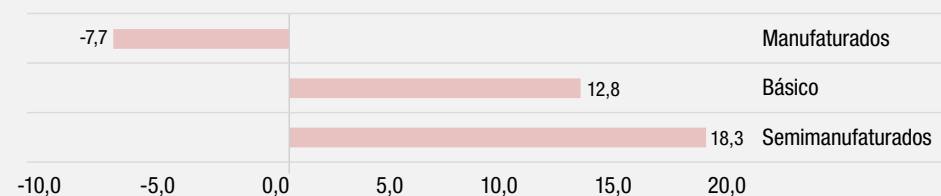
Considerando-se os produtos básicos, as exportações de derivados de soja entre janeiro e julho de 2018 alcançaram mais de dois milhões de toneladas vendidas a mercados estrangeiros. No mesmo período, o valor das exportações de derivados de soja aumentou 16,0% em relação tanto às quantidades embarcadas (8,0%) quanto aos preços internacionais do produto (6,7%).

As vendas de produtos manufaturados caíram 7,7%, comparadas com as do mesmo período de 2017. O setor de Derivados de petróleo declinou 8,4%, o de Químico/Petroquímico retraiu-se em 9,0%, enquanto que o Automotivo teve expansão de 10,0% entre janeiro e julho de 2018.

As importações alcançaram US\$ 4,1 bilhões, com base nos dados acumulados no mesmo período, o que representa um aumento de 2,3% entre janeiro e julho de 2017 (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR, 2018). O aumento das compras externas no período deveu-se à expansão nas aquisições de bens de capital (30,7%) e combustíveis (21,2%).

As compras de bens intermediários tiveram um decréscimo de 3,2%, resultado da baixa reposição de matérias-primas pela indústria, principalmente a química. As compras de bens de capital apresentaram aumento de 30,7%,

Gráfico 4
Exportações baianas por fator agregado (1) – Jan.-jul. 2018

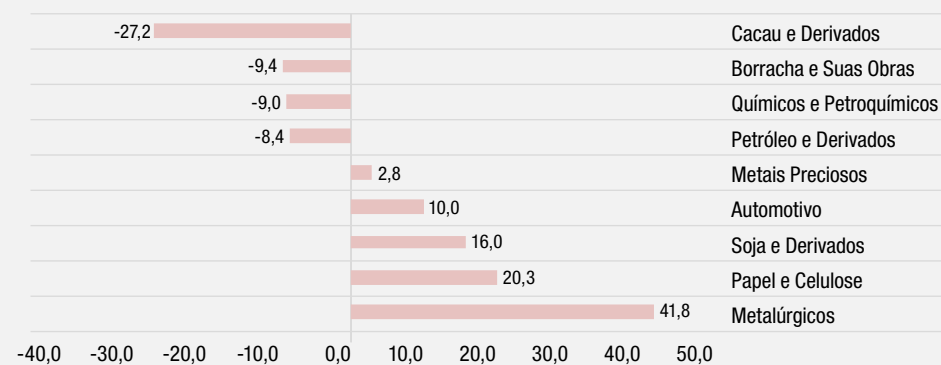


Fonte: MDIC – BRASIL (2018a).

Elaboração: SEI.

(1) Variação acumulada no período, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5
Exportações baianas – Principais segmentos – Jan.-jul. 2018

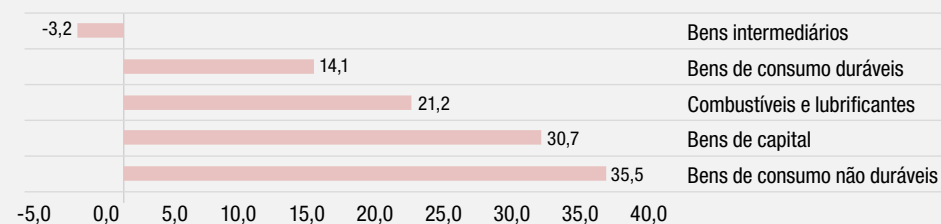


Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: dados coletados em 06/08/2018.

Gráfico 6
Importações baianas por categoria de uso – Jan.-jul. 2018



Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2018).

Elaboração: SEI.

Nota: dados coletados até 06/08/2018.

enquanto as de bens duráveis cresceram 14,1%, incentivadas pela ausência de barreiras à importação, o que tem beneficiado o setor Automobilístico; já as compras de bens não duráveis expandiram 35,5%.

SERVIÇOS E COMÉRCIO VAREJISTA

O valor adicionado de Serviços do estado registrou crescimento de 0,9% no primeiro semestre de 2018, na comparação com o ano anterior. O desempenho do setor, considerando-se as atividades com maior participação no valor adicionado, foi influenciado por Comércio (atacadista e varejista) (0,3%), Administração pública (1,7%) e Atividades imobiliárias (1,9%), enquanto que o de Transportes teve resultado negativo (-1,9%) (Gráfico 1).

Com base na Pesquisa Mensal de Serviços (2018) do IBGE (Gráfico 7), houve queda de 5,5% no volume de Serviços no primeiro semestre de 2018. Tal resultado foi atribuído à queda em todas as atividades do setor, destacando-se Serviços de informação e comunicação (-14,2%), Serviços prestados às famílias (-6,1%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,8%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-0,9%) e Outros serviços (-8,9%).

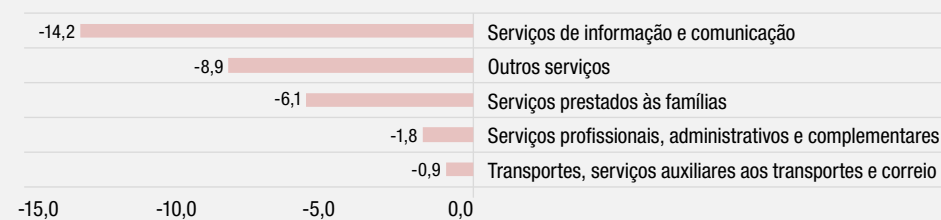
No Comércio, as vendas do varejo ampliado no país cresceram 5,8% nos primeiros seis meses do ano de 2018. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (2018), divulgada pelo IBGE, o crescimento no estado foi de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O acréscimo no varejo ampliado baiano foi resultado principalmente do desempenho da atividade Veículos, motos, partes e peças (13,8%) e de Material de construção (4,1%) no acumulado do ano. Esse quadro revela que os segmentos atrelados à confiança e ao crédito têm tido desempenho mais robusto do que aqueles dependentes das vendas à vista. Tal constatação resulta da análise mais detalhada das razões para o comportamento do Comércio varejista restrito nos últimos meses na Bahia.

As vendas do Comércio varejista restrito baiano apresentaram queda de 0,5% na mesma base de comparação. Dos oito segmentos que compõem o setor, três tiveram desempenho negativo (Tabela 2).

A análise por atividade indica que, no primeiro semestre de 2018, os segmentos mais comprometidos no âmbito do Comércio varejista foram Combustíveis e lubrificantes (-14,0%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-2,2%) e Tecidos, vestuário e calçados (-5,0%).

Gráfico 7

Volume de serviços – Bahia – Jan.-jun. 2018



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

Tabela 2

Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – Abr.-jun. 2018

Atividade	Mensal (1)			Ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
	Abr.	Maio	Jun.		
Comércio Varejista	-0,9	-1,2	1,1	-0,5	0,7
1 - Combustíveis e lubrificantes	-9,1	-18,0	-21,6	-14,0	-8,9
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-4,9	2,2	1,9	-2,2	-7,0
2.1 - Hipermercados e supermercados	-3,6	3,1	5,1	0,9	-5,1
3 - Tecidos, vestuário e calçados	-4,3	-8,8	-9,7	-5,0	-0,5
4 - Móveis e eletrodomésticos	3,0	0,5	13,5	3,5	19,6
4.1 - Móveis	-1,2	-5,2	6,7	-2,4	11,0
4.2 - Eletrodomésticos	6,2	4,4	17,4	7,5	23,8
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	7,9	7,5	18,1	10,9	3,7
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	44,1	-6,3	15,9	14,8	14,3
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	17,5	1,0	2,4	8,6	13,8
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	8,7	9,9	18,8	13,0	13,7
Comércio Varejista Ampliado (4)	5,6	-1,9	3,7	3,2	3,7
9 - Veículos, motos, partes e peças	22,1	-3,7	13,8	13,8	10,9
10 - Material de construção	15,4	-1,8	-1,3	4,1	7,3

Fonte: IBGE/PMC.

(1) Compara a variação mensal do mês de referência com igual mês do ano anterior.

(2) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(3) Compara a variação acumulada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

(4) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

No segmento Combustíveis e lubrificantes foi observado que este registrou, consecutivamente, variações mensais negativas desde setembro (-9,1%) do ano de 2017, atingindo o ápice em junho (-21,6%) de 2018. Dois fatores contribuíram para o desempenho negativo da atividade neste último mês: elevação dos preços dos combustíveis, acima da variação média de preços, e desabastecimento proveniente da paralisação da greve dos caminhoneiros. Por sua vez, contribuiu positivamente para o segmento o intenso número de

Em função da
contração do nível de
atividade econômica,
o consumidor talvez
tenha se tornado
mais seletivo nos
seus gastos, cortando
os chamados bens
supérfluos da sua
lista de consumo

baianos que deixou a capital para comemorar os festejos juninos no interior o estado, no entanto, o volume das vendas ao longo dos últimos seis meses acumulou taxa negativa de 14,0%.

O comportamento do segmento Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo chamou a atenção ao longo dos últimos anos na Bahia. Com maior peso no indicador de volume de vendas, essa atividade registrou quedas consecutivas desde maio de 2015, interrompendo essa trajetória somente em março de 2018 (0,5%). Provavelmente, essa trajetória resulta da mudança de comportamento do consumidor, que está preferindo comprar em estabelecimentos de atacado e/ou optaram por realizar suas compras nos mercadinhos de bairro, que não fazem parte da amostra da pesquisa. Em função da contração do nível de atividade econômica, o consumidor talvez tenha se tornado mais seletivo nos seus gastos, cortando os chamados bens superfluos da sua lista de consumo. No acumulado do primeiro semestre, a atividade registrou variação negativa de 2,2%.

Já o comportamento de Tecidos, vestuário e calçados está atrelado à queda do nível de confiança na atividade econômica. Nos primeiros seis meses de 2018, esse segmento registrou taxas negativas – com exceção do mês de março de 2018 (3,0%) –, apresentando no primeiro semestre taxa de -5,0%.

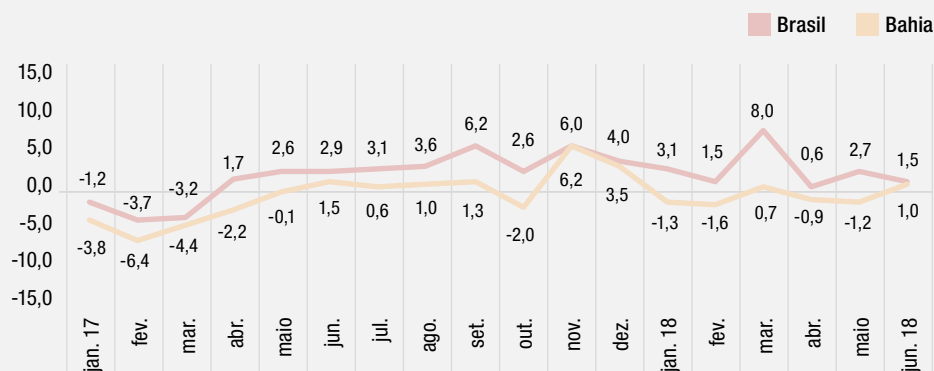
Apesar do tímido comportamento nas vendas de Móveis e eletrodomésticos no primeiro semestre de 2018, em relação a igual período do ano anterior, este segmento contrapôs o desempenho apresentado pelos citados anteriormente, registrando taxa positiva de 3,5% no acumulado. Esse resultado foi determinante para trazer novas perspectivas para o setor. O desempenho de Eletrodomésticos foi destaque, com crescimento de 7,5%, comparado ao de Móveis, que teve queda de 2,4% nas vendas.

Diante do exposto, verifica-se que o Comércio varejista dá indícios de que a recuperação nas vendas ainda levará tempo para sair da zona de variação negativa ou de tímidas taxas de crescimento registradas ao longo do primeiro semestre de 2018 (Gráfico 8). O moderado crescimento na maioria dos segmentos apresentado nesse período é resultado do momento de instabilidade na política econômica do país, o que resulta no comprometimento dos índices de confiança.

Na Bahia, essa perspectiva é ratificada quando se observa o comportamento do setor por trimestre. Verifica-se que, a partir do primeiro trimestre de 2018, o setor voltou a apresentar trajetória de queda, registrando, no segundo trimestre do ano, recuo de 0,3% nas vendas (Gráfico 9).

Por atividade, quando se observa o comportamento dos segmentos de Móveis e eletrodomésticos, de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, percebe-se uma nova dinâmica nas vendas, embora ainda não seja de maneira intensa. Esses segmentos dependem da taxa de juros praticada para as pessoas físicas e da recomposição da massa de rendimentos reais, além do fato de as compras serem normalmente realizadas a prazo, visto que são comercializados bens de maior valor agregado.

Gráfico 8
Volume de vendas do Comércio varejista (1) – Brasil e Bahia – Jan. 2017-jun. 2018

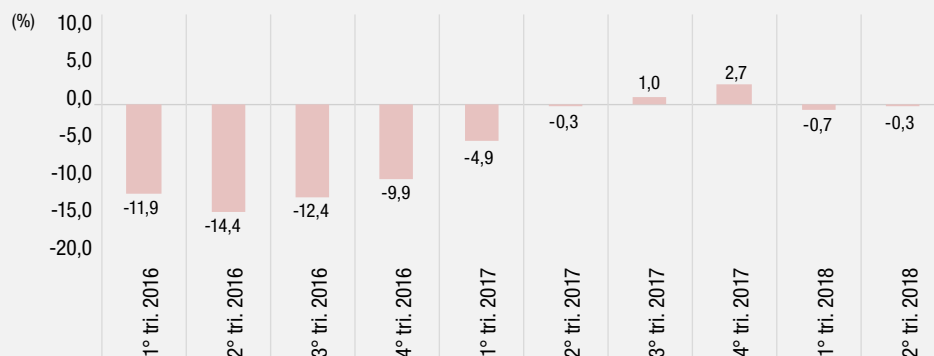


Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação mensal em relação ao mesmo mês anterior.

Gráfico 9
Volume de vendas do Comércio varejista (1) – Bahia – 1º tri. 2016-2º tri. 2018



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

MERCADO DE TRABALHO

No primeiro semestre de 2018, o mercado de trabalho baiano manteve elevada a taxa de desemprego, mas o saldo de empregos formais foi positivo. Esses indicadores podem ser verificados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018), do IBGE, e do Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (BRASIL, 2018b).

A taxa de desocupação para a Bahia, apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018) do IBGE, passou de 17,5%, no segundo trimestre de 2017, para 16,5%, no segundo trimestre de 2018, registrando queda de 1,0 p.p. ao longo do período. Também ocorreu aumento da taxa de desocupação de 1,5 p.p. no segundo trimestre de 2018, em comparação com o quarto trimestre de 2017. A trajetória da taxa de desocupação a partir de 2016 pode ser observada no Gráfico 10, no qual se verifica ainda relativa estabilidade da taxa de desocupação no período.

Com relação à taxa de participação na força de trabalho para a Bahia, houve decréscimo na comparação trimestral (2º trim.17/2º trim.18), passando de 59,2% para 57,3%; já no segundo trimestre de 2018, se comparado ao período exatamente anterior, a taxa decresceu de 58,2% para 57,3%.

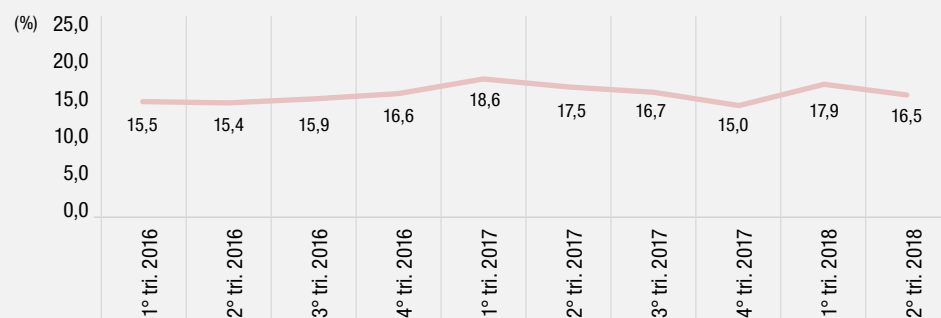
A população ocupada na Bahia recuou 1,5% no segundo trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que, na média nacional, houve aumento de 1,1% na mesma comparação. No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada na Bahia, os resultados destacam, no confronto entre taxas do segundo trimestre de 2017 e de 2018, o desempenho negativo dos segmentos de: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-2,6%), Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-1,6%) e Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (-9,3%).

Por sua vez, destaca-se aumento em: Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (4,5%), Indústria geral (2,8%) e Construção (2,0%).

Na análise da população ocupada assalariada quanto à posição na ocupação, verificou-se que os empregados no estado sem carteira assinada registraram expansão de 1,8% no segundo trimestre de 2018, em relação ao mesmo período do ano anterior. Os empregados com carteira assinada, por sua vez, foram reduzidos em 0,8%.

Gráfico 10

Taxa de desocupação (1) – Bahia – 1º tri. 2016-2º tri. 2018



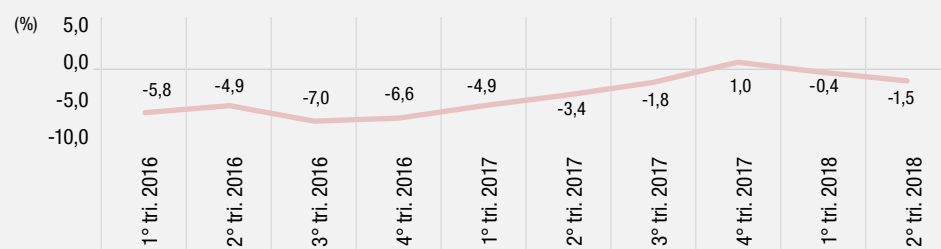
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

Gráfico 11

Pessoas ocupadas (1) (2) – Bahia – 1º tri. 2016-2º tri. 2018



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.

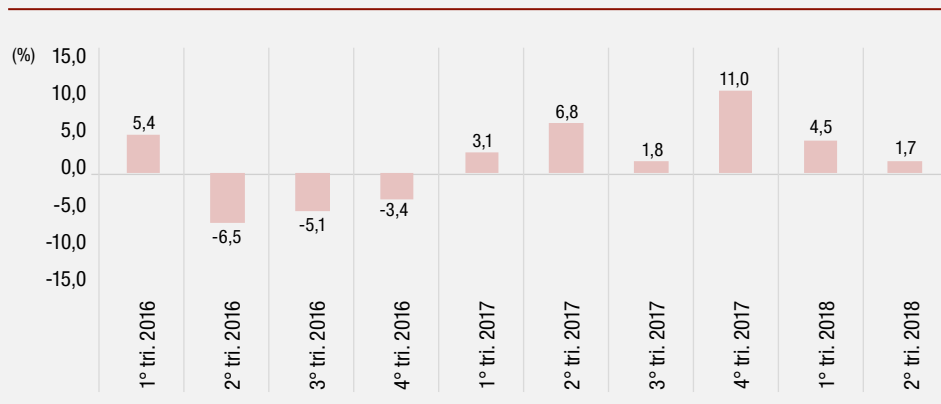
(2) variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Na Bahia, o rendimento médio real (em todos os trabalhos) aumentou para os ocupados (1,7%), na comparação entre o segundo trimestre de 2018 e o mesmo período de 2017 (Gráfico 12). Da mesma forma, a massa de rendimentos reais (em todos os trabalhos) cresceu 0,3% na comparação entre o segundo trimestre de 2018 e o segundo trimestre de 2017, mas reduziu na comparação com o primeiro trimestre (Gráfico 13).

Quanto ao emprego formal, no primeiro semestre, a Bahia gerou 20.433 postos de trabalho, de acordo com os dados do Caged (BRASIL, 2018b) divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o que corresponde à variação percentual do estoque de emprego de 1,23%, acima da média nacional (1,04%) e nordestina (-0,30%). No país houve aumento de 392.461 postos, e no Nordeste, perda de 18.904 postos.

Gráfico 12

Rendimento médio de todos os trabalhos dos ocupados – Bahia – 1º tri. 2016-2º tri. 2018



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018).

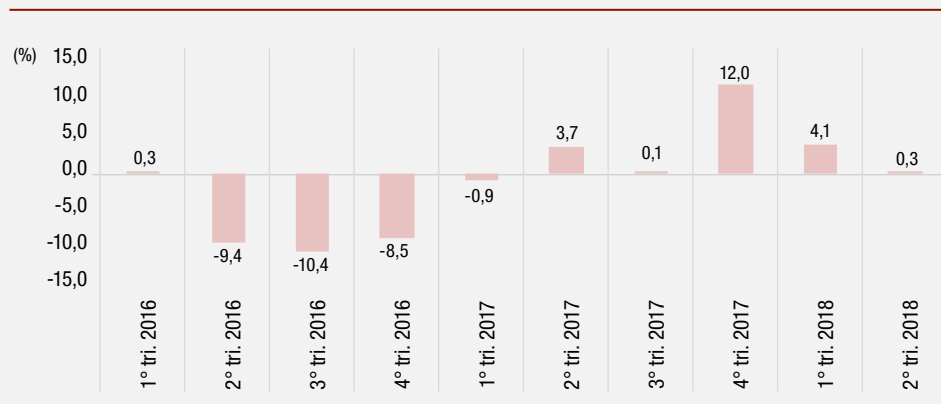
Elaboração: SEI/CAC.

Nota: 1) usa o deflator do mês do meio do último trimestre de coleta divulgado;

2) variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Gráfico 13

Massa de rendimento real dos ocupados – Bahia – 1º tri. 2016-2º tri. 2018



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018).

Elaboração: SEI/CAC.

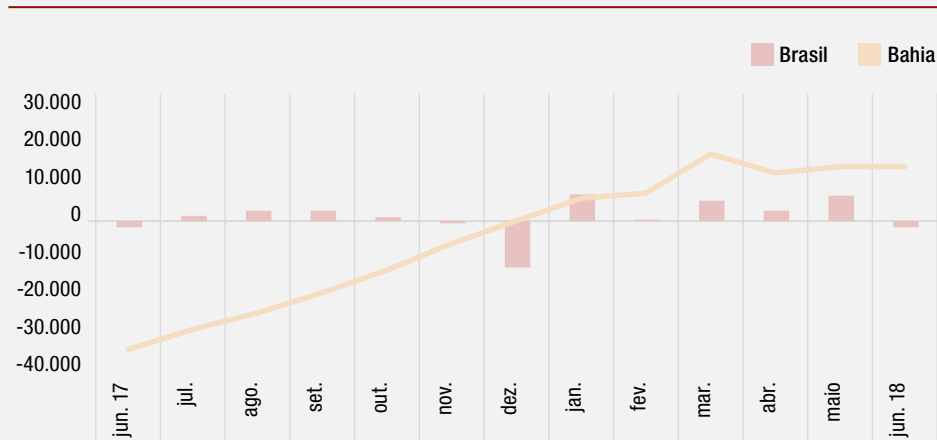
Nota: 1) usa o deflator do mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.

2) variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Setorialmente, Serviços, com 8.664 vagas, respondeu pelo maior saldo de empregos; Agropecuária apurou um resultado positivo de 8.380 postos de trabalho; Indústria de transformação obteve ganho de 2.749 vagas, e Administração pública contabilizou aumento de 1.846 postos de trabalho. Outro setor que apresentou saldo positivo foi Serviços industriais de utilidade pública, com 1.009 postos de trabalho, assim como Construção, que registrou aumento de 889 vagas, seguido por Extrativa mineral, que apurou um resultado de 357 vagas de emprego. Em sentido contrário, o

Gráfico 14

Saldo da movimentação do emprego formal (admitidos-demitidos) – Bahia – Jun. 2017-jun. 2018



Fonte: MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2018b).

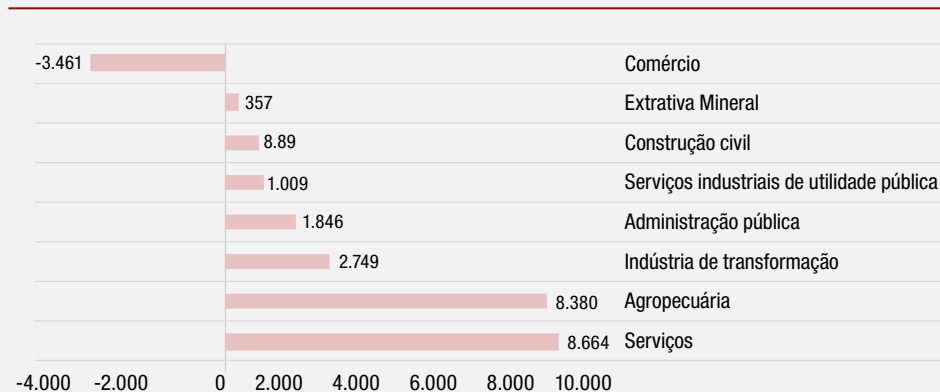
Dados sistematizados pela SEI/Dipec/Copes em julho de 2018.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: dados com declarações fora do prazo até maio de 2018.

Gráfico 15

Saldo de empregos formais por setor de atividade – Bahia – Jan.-jun. 2018



Fonte: MTE–Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2018b).

Elaboração: SEI/CAC. Dados divulgados em julho de 2018.

Notas: 1) saldo líquido = admitidos e desligados. Todos os setores incluídos;

2) inclusive informações fora do prazo até maio de 2018.

Comércio perdeu 3.461 postos de trabalho (BRASIL, 2018b), de acordo com o Gráfico 15.

Os indicadores analisados apontam estabilidade do mercado de trabalho baiano em 2018, com leve recuperação dos empregos formais. Ressalta-se que, mesmo com o aumento dos postos de trabalho formal, as taxas de desemprego ainda são consideradas muito elevadas e a população ocupada está em queda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da conjuntura macroeconômica evidenciou um cenário cheio de incertezas no que se refere às questões econômicas e a seus desdobramentos para o país e para a Bahia em 2018. O PIB brasileiro alcançou crescimento de 1,1% no primeiro semestre de 2018, e as expectativas do mercado apontam para taxas de 1,4% em 2018 e 2,5% em 2019 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018b). No início do ano, as expectativas do Banco Central sinalizavam um crescimento para a economia brasileira de 2,9% e 3,0%, respectivamente, em 2018 e 2019. Outras projeções, como a do Fundo Monetário Internacional (FMI), estipulam que o Brasil deverá crescer 1,8% em 2018 e 2,5% em 2019 – as estimativas anteriores, divulgadas em abril deste ano, eram de 2,3% e 2,5%, respectivamente.

O cenário observado no primeiro semestre de 2018 foi um pouco melhor do que o verificado em 2017, haja vista os recentes indicadores econômicos. Há condições de continuidade do processo de recuperação gradual da economia, considerando-se a elevada capacidade ociosa na indústria e a retomada, ainda que lenta, do poder de compra das famílias, com os níveis de preços controlados – o que, segundo expectativas do mercado financeiro, se manterá, respectivamente, em 4,18% e 4,05%, em 2018 e 2019. Ao mesmo tempo, estima-se manutenção da taxa Selic no patamar de 6,5% em 2018 e de 8,0% em 2019, o que propiciará condições favoráveis ao financiamento de despesas de consumo e investimento (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018b). Entretanto, a confiança de empresários e consumidores, abalada desde a paralisação dos transportes de cargas e pela indefinição do processo eleitoral, evidencia uma retomada ainda mais lenta do que a esperada no início do ano.

As perspectivas elaboradas pela SEI indicam, para a economia da Bahia, ritmo mais intenso na produção, nas vendas internas e externas, na geração de empregos e nas receitas tributárias a partir de 2018, com crescimento moderado, mas superior ao observado em 2017.

A contribuição da Agropecuária para 2018 deverá manter-se positiva, mas com taxa menos expressiva. A Indústria apresentará resultados também positivos, condicionados à reduzida capacidade ociosa, aos baixos estoques, à demanda interna aquecida e aos juros mais baixos. Observa-se, no entanto, que importantes atividades industriais, como construção, refino de petróleo e petroquímica, atravessam graves dificuldades que devem impedir o alcance de taxas mais elevadas no setor durante o ano de 2018.

As perspectivas para os setores de Serviços e Comércio estão pautadas pela retomada da produção industrial, associada à manutenção da inflação dentro da meta e da taxa de juros mais baixa. Há expectativas de que a manutenção da taxa de juros em níveis mais baixos e a redução no custo do crédito favoreçam o financiamento para aquisição de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, mas esse aumento do consumo é limitado pelo poder aquisitivo. O recebimento do abono PIS-Pasep no terceiro trimestre pode também alavancar o consumo no período.

O aumento da ocupação pode proporcionar ganhos reais de massa salarial e impulsionar o consumo, mas a retomada lenta do mercado de trabalho, observada no primeiro semestre, contribuiu para um avanço pouco significativo da atividade econômica. Todavia deve-se estar atento às recentes tensões na economia mundial que podem se tornar obstáculos ao cenário interno nos próximos meses, mormente o risco de uma guerra comercial com medidas restritivas adotadas pelos Estados Unidos com relação às importações de alguns produtos; a desaceleração da economia da Argentina, que provavelmente reduzirá as exportações baianas, principalmente de automóveis; o aumento nas taxas de juros americanas e a valorização do Dólar; e a alta dos preços do petróleo.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA. Salvador: SEI, ago. 2018. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_ago_2018.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS. Brasília: Conab, v. 5, n. 11, mar. 2018. Décimo primeiro levantamento. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. *Dados estatísticos mensais*: processamento de petróleo e produção de derivados. jun. 2018. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata da 216ª Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil*. Brasília: Bacen, 2018a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/copom/not20180801216.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Focus*: relatório de mercado. ago. 2018b. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20180831.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Notas econômico-financeiras para imprensa*: estatísticas fiscais. jun. 2018c. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#/n/ECOIMPrensa>>. Acesso em: 3 set. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Notas econômico-financeiras para imprensa*: estatísticas do setor externo. jun. 2018d. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#/n/ECOIMPrensa>>. Acesso em: 3 set. 2018.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, jul. 2018. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_jul_2018.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BOLETIM MENSAL DO CAGED. Salvador: SEI, jun. 2018. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_jun18.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Comércio exterior*. Brasília: MDIC, jan./jul. 2018a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-uf-produto?uf=ba>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, jun. 2018b. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, abr./jun. 2018. 2º trimestre. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2018_2tri.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.

INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, v. 9, n. 2, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2018_2.pdf>. Acesso em: 2 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Carta de Conjuntura, n. 39, 2º trimestre 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180528_cc_39_economia_mundial.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2018_jul.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PARAPANEMA. Divulgação dos resultados do 2º trimestre. Disponível em: <<https://ri.paranapanema.com.br/ShowResultado.aspx?IdResultado=uHgOA/VWvI73+7kV1GopNQ==>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2018_jun.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2018_jun.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2018_jun.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, abr./jun. 2018. 2º trimestre. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2018_2tri.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SISTEMA NACIONAL DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR. Rio de Janeiro: IBGE, jul. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2018_jul.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK: *Less even expansion, rising trade tensions*. Washington: IMF, jul. 2018. Disponível em: <<http://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/07/02/world-economic-outlook-update-july-2018>>. Acesso em: 28 ago. 2018.



Eliana Boaventura

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO PLANEJAMENTO SOCIOECONÔMICO DA BAHIA

Eliana Boaventura, diretora-geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), é a entrevistada desta edição da revista Conjuntura & Planejamento. Neste bate-papo, Eliana defende a presença das mulheres em espaços de liderança, analisa a contribuição da SEI para fornecer subsídios estatísticos para toda a sociedade e destaca que não é possível pensar em planejamento e desenvolvimento do estado sem uma fonte permanente de indicadores para o acompanhamento e o monitoramento de políticas públicas.



SEI – COMO UMA PESSOA QUE LUTOU PARA CONQUISTAR O SEU ESPAÇO, A SENHORA SE CONSIDERA EMBLEMÁTICA NA LUTA PELO EMPODERAMENTO DA MULHER NA SOCIEDADE?

Eliana Boaventura – Sinto-me extremamente confortável na luta pela conquista do espaço feminino. Na Assembleia Legislativa da Bahia fui presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres e sempre atuei para fomentar o poder de participação social, política e econômica às mulheres. Os meus mandatos como vereadora em Feira de Santana e como deputada estadual foram sempre voltados para assegurar o direito das mulheres, a partir sempre da equidade e do empoderamento feminino e de todas as minorias. Participei da comissão de Direitos Humanos e, por diversas vezes, defendi leis que ajudaram à integração das mulheres em programas sociais e em políticas públicas que fossem implementadas para possibilitar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

SEI – O QUE REPRESENTOU PARA A SENHORA ESTAR À FRENTE DE UMA INSTITUIÇÃO COMO A SEI, QUE TEM COMO MISSÃO A INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE?

EB – Uma grande satisfação e, ao mesmo tempo, um grande desafio. A SEI é uma instituição com mais de 23 anos, reconhecida regional e nacionalmente com assentos nos principais conselhos e associações de estatísticas e pesquisas, sendo a principal fornecedora de subsídios para o planejamento estadual e fonte de informação para instituições privadas e acadêmicas. Portanto, após quatro anos à frente dessa instituição, cumpri com meu dever de elevar o reconhecimento da SEI junto ao governo do estado e à sociedade como um todo.

SEI – A SENHORA TEM GRANDE DESTAQUE NA DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES BAIANAS. HOVE AVANÇOS QUE MEREÇAM SER DESTACADOS? A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER AINDA É UM PROCESSO SEM SOLUÇÃO DEFINITIVA?

EB – A história do movimento feminista se divide em três momentos: nos séculos XVIII e XIX, com lutas pelo direito ao voto, divórcio, educação e trabalho. No fim dos anos 1960, com a liberação sexual impulsionada pelo aumento dos contraceptivos. No final de 1970, com a luta por igualdade no trabalho. Embora as mulheres tenham conseguido conquistas importantes em relação ao voto, trabalho, remuneração e divórcio, ainda buscam o avanço em outros segmentos, como direitos reprodutivos e proteção. A punição da violência contra a mulher é outra conquista que precisa de avanços. No nosso país, a questão ganhou reforço com a Lei Maria da Penha em 2006, aumentando a punição dos agressores. Recentemente, essa violência foi classificada como crime de tortura, mas ainda temos dados alarmantes. O Brasil é o quinto país do mundo em violência contra as mulheres. A cada cinco minutos uma mulher é agredida em nosso país. Precisamos de mais delegacias específicas para mulheres, mais casas de abrigo para mulheres em situação de risco. O feminicídio precisa ser extirpado do nosso país. Precisamos, acima de tudo, que esse combate à violência contra a mulher seja questão de todos: Estado e sociedade organizados e atuantes.

SEI – A SENHORA ESTÁ ENCERRANDO SEU PRIMEIRO CICLO COM SUPERINTENDENTE DA SEI. COMO FOI ESSA EXPERIÊNCIA? QUAIS OS PRINCIPAIS LEGADOS DA SUA GESTÃO?

EB – Altamente gratificante por trabalhar com pessoas, seja da área administrativa ou técnica, de alta competência, além do excelente ambiente de trabalho e nas relações harmoniosas entre as diretorias. Em relação ao legado, acho que foi ampliar as parcerias da SEI com a Secretaria do Planejamento e outras setoriais, preservar e ampliar o corpo técnico, a manutenção das pesquisas e publicações, mesmo diante de uma restrição orçamentária causada pela recessão econômica. São muitos os exemplos de novos indicadores e estudos que foram lançados (ao longo desse período) e estão sendo realizados ainda até o final de 2018, o que reforçou as relações não só com a Secretaria do Planejamento, mas com todas as demais setoriais do governo.

SEI – ESTAMOS ENCERRANDO TAMBÉM O PRIMEIRO MANDATO DO GOVERNADOR RUI COSTA EM 2018. QUAL O BALANÇO QUE A SENHORA FAZ DESSE PERÍODO E OS AVANÇOS QUE GOSTARIA DE DESTACAR?

EB – O governo Rui Costa enfrentou muitos percalços marcados por uma conjuntura econômica e política muito adversa, e ainda assim foi considerado um dos governadores que mais cumpriram as promessas de campanha. Basta viajar para o interior para perceber as mudanças implementadas em sua gestão, principalmente ligadas à saúde, com as diversas policlínicas criadas e as grandes obras de infraestrutura urbana, social e rural. Na capital baiana foram muitos os projetos que mereceram destaque, entre eles o Sistema Metroviário Salvador-Lauro de Freitas, o Complexo Viário Imbuí-Narandiba, a Via Expressa Baía de Todos-os-Santos e os corredores transversais. São muitas obras que podemos destacar, mas eu diria que a maior de todas elas é a preocupação com a qualidade de vida dos baianos. Considero uma gestão muito exitosa, apesar das dificuldades financeiras impostas pela conjuntura nacional.

SEI – APESAR DAS VÁRIAS REALIZAÇÕES APONTADAS, A TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB DA BAHIA, ACOMPANHANDO A TENDÊNCIA NACIONAL, APRESENTOU-SE ABAIXO DA MÉDIA HISTÓRICA. QUANDO A RETOMADA DO CRESCIMENTO EFETIVAMENTE ACONTECERÁ PARA A BAHIA?

EB – O que acontece com a economia baiana é um reflexo do que está acontecendo com a economia brasileira. Após um ciclo muito exitoso, no qual o aumento do poder aquisitivo da população, bem como as políticas de transferência de renda mudaram o perfil de consumo com mais inclusão e maior distribuição, o país retrocedeu muito ao longo dos últimos três anos. O aumento do desemprego, a diminuição do crescimento econômico e todo um efeito negativo sobre a economia foram reflexos da crise política e da falta de investimentos. A Bahia tem sua matriz produtiva essencialmente atrelada ao agronegócio, à indústria de transformação e ao setor de serviços, com destaque para comércio e turismo. À exceção do primeiro, todos os setores industriais foram bastante impactados com a diminuição da demanda nacional e internacional

pelos produtos produzidos pela indústria baiana. Com a perda de postos de trabalho e a diminuição do poder aquisitivo do trabalhador, houve uma grande queda no setor de serviços e uma diminuição em cadeia em muitas atividades. Toda essa análise ajuda a reforçar o meu ponto de vista de que é difícil precisar quando a retomada vai se efetivar, pois a economia baiana está muito integrada à economia nacional e internacional. Em 2017 a economia brasileira cresceu apenas 1,0%, enquanto a economia baiana, 0,4%. Em 2018 as projeções são um pouco melhores, mas ainda longe do patamar desejado. A perda do poder aquisitivo e o aumento no desemprego também diminuíram o desempenho do mercado imobiliário. Então são muitas variáveis a serem consideradas nesse quesito. A retomada do crescimento passa por um horizonte temporal menos instável para a economia brasileira e internacional, algo que não aconteceu em 2018, vide o prenúncio de uma guerra comercial entre EUA e China. Teremos que ser mais pacientes e esperar o momento em que os investimentos produtivos serão efetivamente retomados, para, aí sim, estimar uma retomada mais significativa no crescimento econômico do estado.

SEI – EM RECENTE ENTREVISTA PARA A CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, O EX-GOVERNADOR DA BAHIA JAQUES WAGNER DESTACOU A IMPORTÂNCIA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA A RETOMADA DE INVESTIMENTOS. A SENHORA ACREDITA QUE SEJA POSSÍVEL PENSAR EM UMA NOVA BAHIA PARA 2035? E QUE “NOVA BAHIA” SERIA ESSA?

EB – Sim, acredito. Não é possível esperar que, após uma única gestão de quatro anos, as transformações esperadas e planejadas para a Bahia estejam plenamente realizadas. O planejamento requer uma visão de longo prazo e ações que, no curto prazo, possibilitem o alcance desse objetivo pretendido. Pensar a Bahia para 2035 significa atacar os gargalos estruturais que possibilitem o aumento da integração econômica e da mobilidade social; reduzir ainda mais a pobreza, com a realização de ações socioinclusivas e com o aumento da geração e distribuição de renda; adensar a matriz produtiva do estado, com ações que potencializem as vantagens competitivas da economia e, ao mesmo tempo, possibilitem a geração de mais postos de trabalho. Mas não só isso. A Bahia de 2035 que gostaríamos de ver deverá erradicar o analfabetismo, reduzir radicalmente a violência, em especial, contra a mulher, aumentar ainda mais a universalização de acesso à água e ao saneamento no interior do estado. Enfim, enxergo uma “nova” Bahia mais justa, menos desigual e economicamente ainda mais integrada. O plano (PDI) elaborado pela Seplan e SDE, com total envolvimento dos técnicos da SEI, ficou bem elaborado, com um diagnóstico muito acertado sobre os principais problemas a serem superados e as potencialidades a serem exploradas. O que nos resta agora é torcer para que a implementação das ações previstas seja efetivada, independentemente de questões políticas.

SEI – NÃO HÁ DÚVIDAS DE QUE A CONJUNTURA NACIONAL AFETOU MUITO O DESEMPENHO DOS ESTADOS BRASILEIROS. EM RELAÇÃO A ESSE ASSUNTO GOSTARÍAMOS

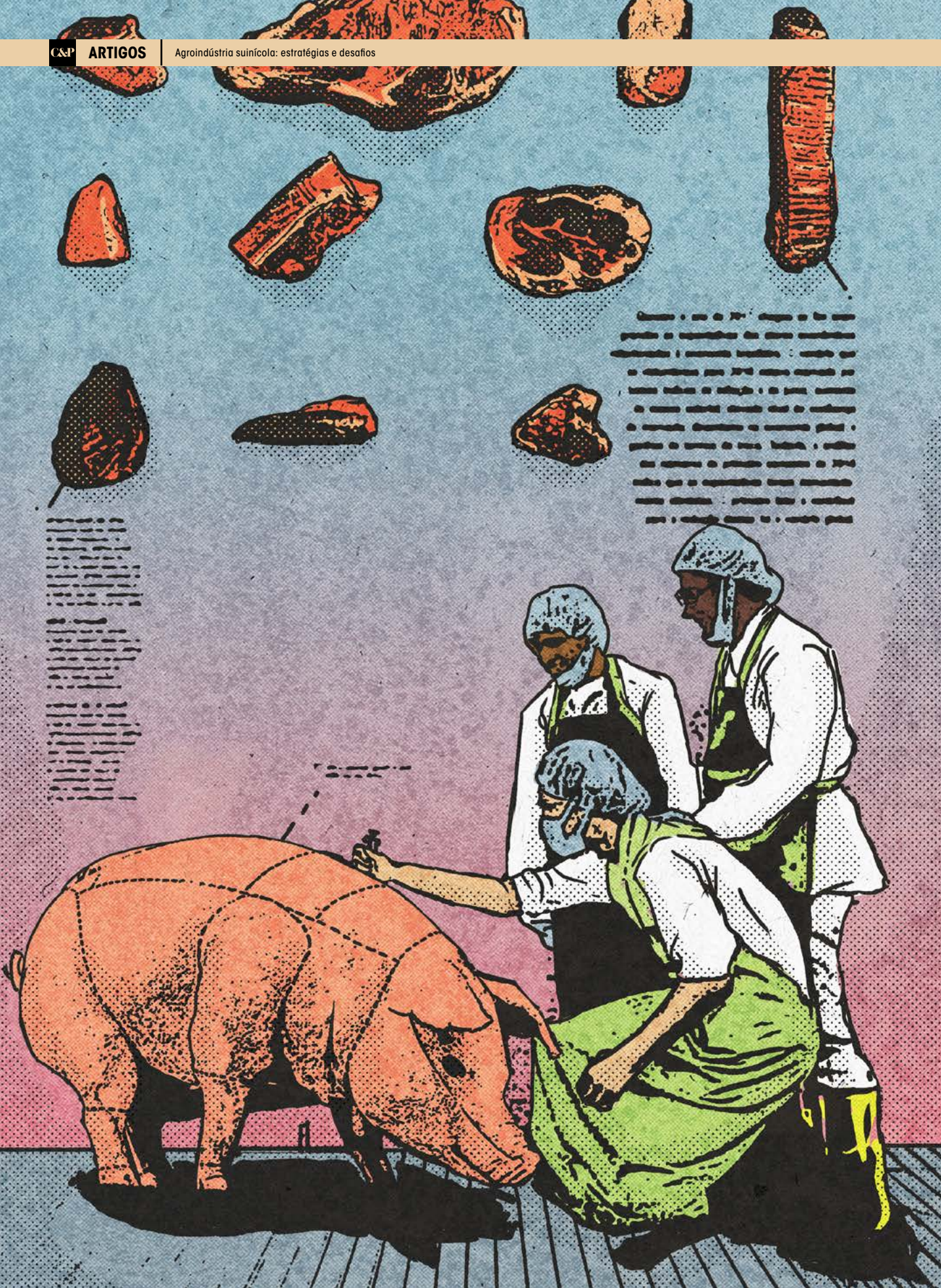
DE REPERCUTIR DUAS QUESTÕES: COMO A SENHORA ENXERGA O ATUAL QUADRO POLÍTICO DO PAÍS? É POSSÍVEL ACREDITAR EM UMA REFORMA QUE REORGANIZE O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO? E EM RELAÇÃO ÀS DEMANDAS SOCIAIS DO PAÍS, COMO A SENHORA TEM ACOMPANHADO AS QUESTÕES QUE ENVOLVEM O AUMENTO DA VIOLÊNCIA E DA POBREZA NO BRASIL? HÁ ALGUMA ESPERANÇA DE MELHORA?

EB – A recessão afetou de maneira significativa as receitas dos estados, principalmente através das transferências constitucionais, como o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Em relação à primeira questão, realmente o quadro político de hoje é muito confuso, tornando muito difícil a governabilidade com 35 partidos no Congresso Nacional. Em razão disso é muito bem-vinda a cláusula de desempenho já para as eleições de 2018. Essa medida vai melhorar sensivelmente a governabilidade e a governança com a redução do número de partidos, facilitando a aprovação de propostas de interesse público sem muitas concessões aos pequenos partidos.

As demandas sociais do país ainda são muito grandes e foram agravadas pela recessão. No período 2015-2017, um grande número de pessoas voltou para a pobreza em decorrência principalmente da perda do emprego. Já a violência pode em parte ser atribuída à recessão e ao crescimento do crime organizado em vários estados do Brasil, o que vai exigir mais recursos para a inteligência policial e científica e maior controle nas fronteiras. A esperança é a retomada do crescimento econômico que já mostrou que a inclusão social reduz a pobreza com impactos diretos sobre a violência em que vive o país atualmente. Porém, em um país onde os recursos estão sempre sendo contingenciados, inclusive após a emenda constitucional que limitou os gastos públicos, vai ser necessário um esforço de planejamento e de políticas públicas que repensem as questões sociais. Se nada for feito, a inércia certamente vai contribuir para agravar esse problema e o aumento do tensionamento social.

SEI – NO PRÓXIMO MANDATO DO GOVERNADOR RUI COSTA, QUAL DEVERIA SER O PAPEL ASSUMIDO PELA SEI PARA CONTRIBUIR COM O GOVERNO DA BAHIA?

EB – A SEI é um órgão estratégico para o governo do estado. Não é possível pensar em planejamento que não passe pela análise de cenários atuais e históricos, o que requer uma fonte permanente de indicadores para o acompanhamento e monitoramento de políticas públicas. Assim, entendo que o papel da SEI continuará ser o de fomentar o governo e a sociedade com as informações socioeconômicas, pesquisas sociais e georreferenciamento das diferentes bases de dados. Principalmente após a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado, que visa transformar a realidade da Bahia para 2035, mais do que nunca será necessário um acompanhamento de perto das ações públicas e os impactos delas. Reforço que enxergo a SEI em um papel fundamental e estratégico, não só na construção das estatísticas e indicadores, mas, sobretudo, na análise socioeconômica do estado e seus municípios, sem as quais não se efetiva o planejamento público.



AGROINDÚSTRIA SUINÍCOLA: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS

Alynson dos
Santos Rocha
Doutor em Geografia e
mestre em Economia, pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA). Professor da
Faculdade de Economia da
Universidade Federal da Bahia
(UFBA). alynson@ufba.br

O **DESAFIO** constante que se apresenta aos agentes da agroindústria suinícola brasileira e baiana consiste na contínua execução de estratégias que ampliem o consumo de carne suína pela população. Isso significa aumentar a aceitação dos consumidores em relação à carne de porco (excetuando-se a rejeição por motivos religiosos), além de oferecer alternativa aos produtos da pecuária bovina e avícola. Associar carne suína a produtos saudáveis, com menores teores de colesterol e sódio, com cortes diferenciados e funcionais, indica que a captação de novos consumidores é fundamental ao dinamismo da agroindústria. Esses são os objetivos de iniciativas como o Plano Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura (PNDS), que completa uma década em 2019. Ele aglutina diversas entidades representativas nacionais e busca implantar ações de capacitação e modernização tecnológica em todos os segmentos da agroindústria.



Nesse contexto, esforços são orientados ao segmento primário, de criação de animais, para reduzir e/ou eliminar a incidência de patologias. A melhoria do quadro sanitário em todo o país revela a disposição, ao menos no segmento formal da agroindústria, em reverter a percepção por décadas construída, de que a carne suína destina-se unicamente à produção de banha, e não para o consumo, visto que o lamaçal, comum nos criatórios de porcos até os anos 1970/80, estigmatizou a espécie como um vetor de doenças. Portanto, a formalização, os melhoramentos genéticos dos rebanhos, a tecnologia de produção e a profissionalização das granjas, além dos manejos corretos dos dejetos das criações e a articulação com a indústria processadora de carnes, emergem como medidas fundamentais na formulação das estratégias de evolução do segmento. Note-se que a questão sanitária ganha importância também na dinâmica das exportações de carnes suínas. O combate à febre aftosa, por exemplo, aumenta as chances da comercialização em mercados mais exigentes quanto aos mecanismos de sanidade animal, como o europeu e o asiático. O alto consumo de carne suína nesses locais estimula o rigor sanitário brasileiro.

Simultaneamente, discutem-se as repercussões dos diversos interesses da agroindústria – envolvendo grandes empresas de reprodução e genética, de máquinas e equipamentos, varejistas etc. – sobre o produtor primário, não raro, elemento passivo nas definições estratégicas do setor. No segmento industrial, o combate à informalidade também compõe o conjunto de medidas que inclui ainda a discussão dos processos de integração ao segmento primário e a ampliação dos mercados consumidores, domésticos e/ou externos. As ações destinam-se não somente aos grandes produtores e empresas, mas buscam incorporar também pequenos e médios produtores, com características familiares e que investem na suinocultura como fonte alternativa de renda.

Na Bahia, o caráter frequentemente complementar das atividades ligadas à agroindústria suinícola, geralmente disputando espaço com a bovinocultura, colabora com a informalidade dos processos (criação, abate e processamento), a ação de atravessadores na comercialização e a presença significativa da suinocultura de subsistência. Entretanto, a expansão da profissionalização e a tecnificação dos produtores e demais agentes da agroindústria são observadas no estado, especialmente a partir da reorganização das entidades representativas e da participação de instituições de pesquisa, desenvolvimento e assistência técnica privadas e/ou estatais. Pretende-se ampliar o consumo de carne suína na Bahia, para além de datas e eventos específicos, fortalecendo o caráter histórico da presença deste produto no cardápio local, particularmente na região do Recôncavo.

Este artigo tem como objetivo apresentar os principais desafios e estratégias da agroindústria suinícola brasileira e baiana, abordando aspectos relacionados a sua reestruturação em virtude de novas demandas e exigências dos mercados consumidores. Analisam-se as relações entre os agentes da agroindústria e sua repercussão na dinâmica econômica da atividade. O crescimento observado para a agroindústria suinícola brasileira, assim como seus reflexos na Bahia, revela o potencial da atividade ainda a ser explorado por seus representantes. O baixo consumo de carnes suínas no estado e o abastecimento do mercado local por grandes empresas sediadas no Centro-Sul do país sinalizam que, a partir do aumento da formalização de produtores primários e de estabelecimentos processadores da matéria-prima, além de ações de *marketing*, será possível ampliar a participação baiana no comércio varejista local. Pretende-se, por conseguinte, alçar a carne suína à posição de alimento mais presente no cardápio dos consumidores, impulsionando o desempenho da agroindústria.

O crescimento observado para a agroindústria suinícola brasileira, assim como seus reflexos na Bahia, revela o potencial da atividade ainda a ser explorado por seus representantes

AGROINDÚSTRIA SUINÍCOLA NO BRASIL/ BAHIA: PANORAMA DA ATIVIDADE

A agroindústria suinícola é formada principalmente pelo segmento primário (sistemas de criação de animais, suinocultura) e as indústrias de abate e processamento. São considerados ainda como elementos de influência o segmento veterinário-farmacêutico, o de produção de rações e insumos, além dos distribuidores, mercados atacadistas e varejistas, internos e externos. O segmento primário apresenta significativa diversidade de agentes (entre formais e informais), tamanhos de criatórios e destinação dos animais. Os agentes formais estão geralmente vinculados a indústrias processadoras de carnes e/ou cooperativas de produtores, atendendo a suas demandas e obedecendo à legislação higiênico-sanitária para a atividade (Figura 1). Complementam-se com os chamados produtores independentes, cuja produção é destinada diretamente ao mercado, sem a intermediação dos demais segmentos da agroindústria.

Nos sistemas de criação formalizados, com frequência encontra-se o ciclo completo na própria unidade produtiva (granjas): cobertura das matrizes, gestação, cria, recria, abate e conservação. Entretanto, com o desenvolvimento e a disponibilização dos pacotes tecnológicos, tem crescido a especialização em cada etapa de criação: sanidade, manejo, melhoramento genético e nutrição dos animais, consolidando produtores unicamente de leitões para a revenda; produtores de animais para cria, engorda e venda em idade de abate; matrizes etc.

Em geral, suinocultores formalizados, com produção orientada especialmente para o mercado interno, apresentam aporte tecnológico significativo. São igualmente frequentes os contratos de integração entre os criadores e a indústria (fornecedora de produtos *in natura* ou processados), que provêm as matrizes produtivas, os sistemas de rações e os demais equipamentos para a criação. Aos produtores cabe a entrega dos animais para abate de acordo com as especificações determinadas pela indústria, gerando grupos de fornecedores cativos de matérias-primas. Parcelas dos criatórios podem também ser destinadas à subsistência do criador e sua família¹. Ao segmento primário estão vinculados os setores de pesquisa e desenvolvimento genético e reprodução assistida, máquinas e equipamentos, rações, insumos biológicos, farmacêuticos e assistência técnica. A interação possibilita o incremento da produtividade animal, das tecnologias em instalações e manejo, minimizando custos e contendo os impactos ambientais da atividade (CHARÃO, 2010).

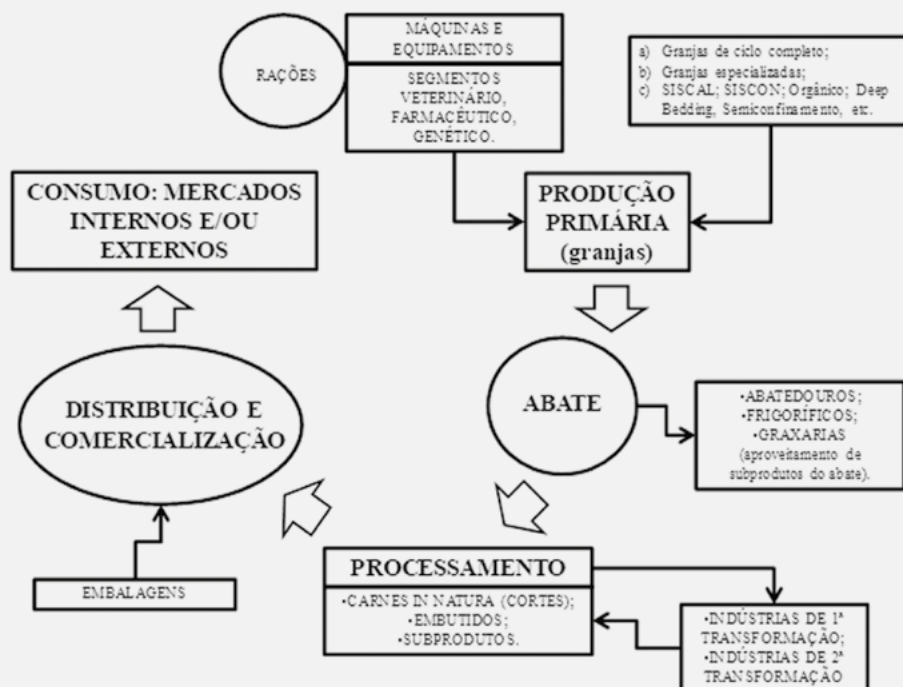
Nas criações informais, intensifica-se o aspecto da suinocultura como atividade complementar, muitas vezes associada à pequena bovinocultura leiteira, em que o soro extraído nos processos é utilizado como alimento dos animais. A comercialização de animais, de cortes e de outros produtos ocorre em feiras livres e outros mercados informais com alcance predominantemente local. O grau de tecnologia é baixo e os aspectos higiênico-sanitários não obedecem a todos os requisitos contidos nos regulamentos que autorizam o funcionamento dos criatórios. Na Bahia não existem estatísticas que informem o tamanho do mercado informal na suinocultura.

A importância dessa atividade é, pois, a geração de rendas alternativas a pequenos criadores, como ocorre a outros animais (bovinos, caprinos, ovinos), comercializados em períodos de baixos rendimentos das lavouras. O desafio para as autoridades reguladoras e sanitárias torna-se elevar o grau de atendimento às exigências formais sem, no entanto, elevar abruptamente os custos de criação/produção, causando efeitos negativos em diversas regiões que têm nos suínos uma alternativa econômica. A informalidade também está presente no segmento de abate/processamento, com os animais abatidos e comercializados de forma clandestina (VIEIRA, 2009).

Nos gráficos e figuras a seguir, é possível vislumbrar sinteticamente o panorama com as principais estatísticas referentes à agroindústria suinícola no Brasil e na Bahia:

1 Não se discute neste artigo a complexa relação entre a indústria processadora de carnes e os criadores de suínos (granjeiros). Não apenas na suinocultura, mas em outros segmentos da agroindústria de carnes (especialmente aves) é de amplo conhecimento a frequente imposição de condições, não raro desfavoráveis, aos criadores pela indústria processadora (preço, quantidade, escala, regularidade etc.) explícita ou implicitamente presentes nos contratos de integração firmados. Episódios de conflitos entre esses agentes são objeto de análise em incontáveis trabalhos do gênero.

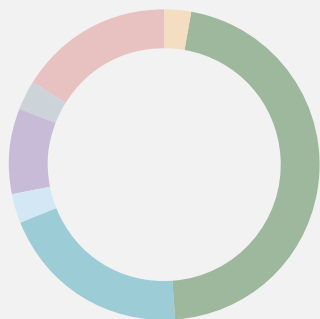
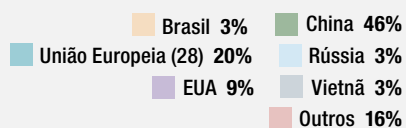
Figura 1
Segmentos formais da agroindústria suinícola



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 1
Produção mundial de carne suína – 2015

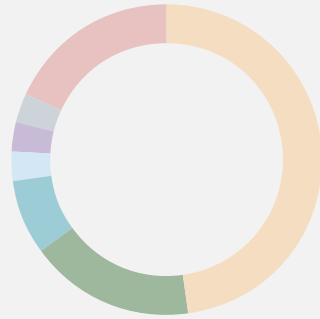
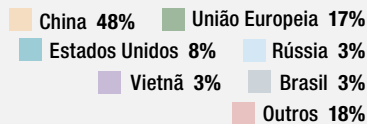
(1.000 t)



Fonte: Associação Brasileira de Criadores de Suínos (2016).

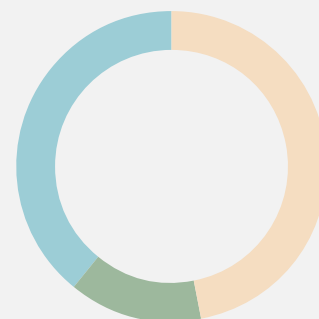
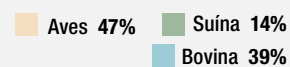
Gráfico 2
Consumo mundial de carne suína – 2015

(1.000 t)



Fonte: Associação Brasileira de Criadores de Suínos (2016).

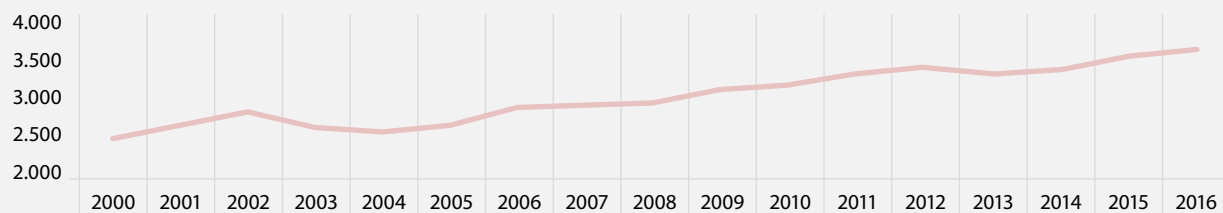
Gráfico 3
Consumo de carnes – participação Brasil – 2016



Fonte: Associação Brasileira de Proteína Animal (2017).

Gráfico 4
Produção brasileira de carne suína – 2000-2016

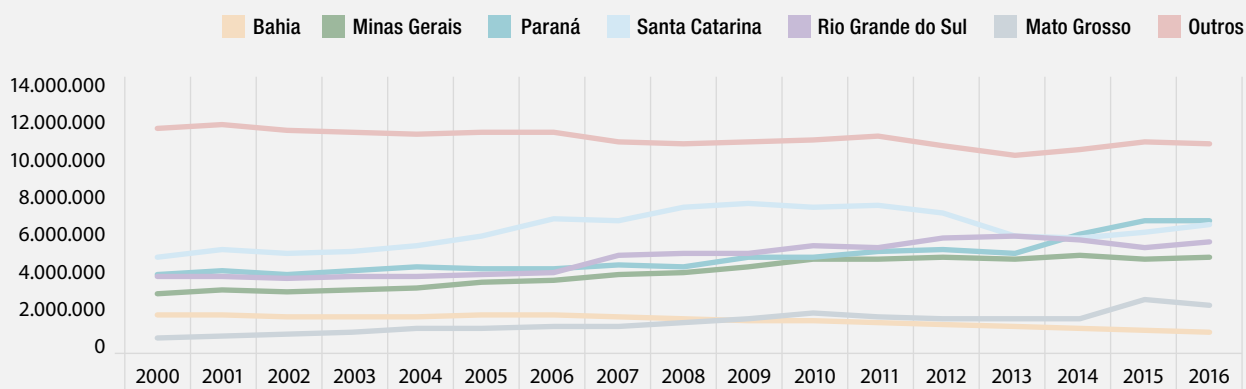
(1.000 t)



Fonte: Associação Brasileira de Proteína Animal (2017).

Gráfico 5
Efetivo suíno total – Bahia e principais estados – 2000-2016

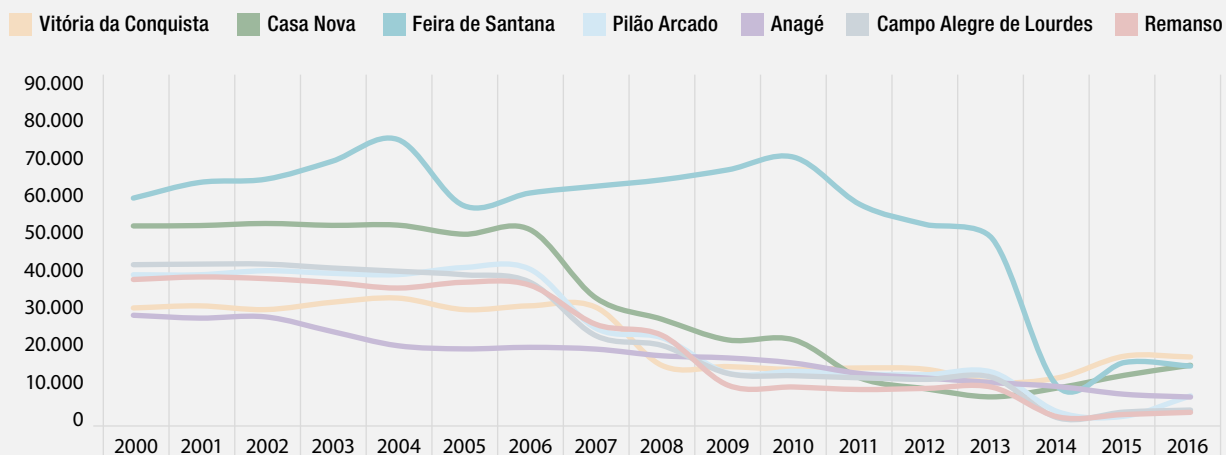
(Cabeças)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

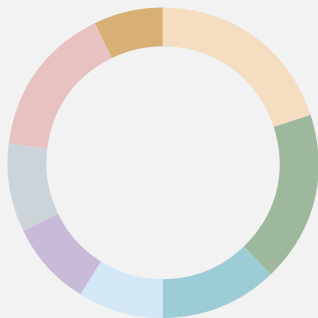
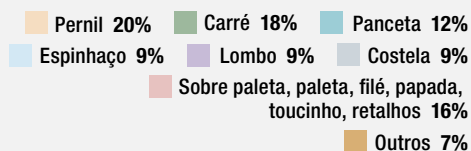
Gráfico 6
Efetivo suíno total – Bahia – municípios

(Cabeças)



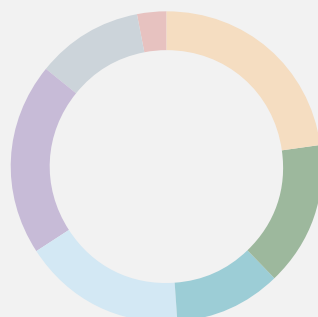
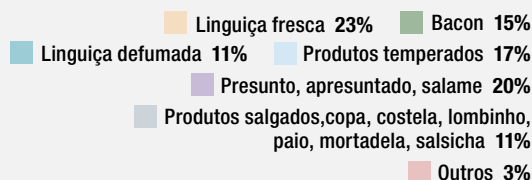
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Gráfico 7
Principais produtos suínos in natura – Brasil – 2016
(Milhões de US\$)



Fonte: Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (2016).

Gráfico 8
Principais produtos suínos processados – Brasil – 2016
(Milhões de US\$)



Fonte: Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (2016).

De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), diferentemente do observado para os rebanhos nos principais estados criadores do Brasil, o efetivo total de suínos da Bahia apresenta trajetória de queda. Na escala municipal, lugares como Feira de Santana, Casa Nova e Campo Alegre de Lurdes – que no início dos anos 2000 ocupavam as primeiras posições de efetivo do rebanho – tiveram os contingentes reduzidos fortemente a partir de 2008. Os efeitos das secas que atingiram a Bahia no período foram determinantes para os resultados observados. Algumas áreas dinâmicas para a criação de suínos localizam-se na região de Vitória da Conquista/Guanambi e em Barreiras/Santa Maria da Vitória, no oeste baiano, estas últimas próximas às áreas de produção de grãos (milho e soja, base da alimentação animal).

O consumo de carne suína no Brasil alcança 14,4 kg *per capita*, abaixo do observado em outros países (em valores aproximados para 2016): China (40 kg), União Europeia (39 kg), Taiwan (38 kg), Coreia do Sul (37 kg), Bielorrússia (35 kg) e Estados Unidos (29 kg). (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE SUÍNOS, 2016; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL, 2017; PORK CHECKOFF, 2018). Isso demonstra o potencial de crescimento para o mercado brasileiro. No entanto, o aumento do consumo de carne suína no Brasil depende da superação das percepções negativas sobre a criação

O porco defumado, comumente conhecido na região como “carne de fumeiro”, é produzido artesanalmente, conferindo-lhe propriedades, texturas e sabores que se identificam com o local

dos animais e do reconhecimento das vantagens nutricionais desta carne, comparando-se às mais consumidas pelo brasileiro: bovina, aves e peixes. Razões sanitárias, que podem causar transmissão de doenças e parasitas, explicam o preconceito contra a carne suína desde a Antiguidade bíblica, quando algumas orientações religiosas, como o Judaísmo e o Islamismo, proibiram o consumo da iguaria entre seus fiéis. Povos mediterrâneos, como gregos, macedônios e romanos, são apreciadores da carne suína, hábito que se expandiu pela Europa da Idade Média e chegou às Américas com as navegações dos séculos XV e XVI (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2008).

Na Bahia, o consumo de carne suína adquire contornos históricos e culturais, particularmente no Recôncavo, em cidades como Santo Amaro da Purificação e Cachoeira. O porco defumado, comumente conhecido na região como “carne de fumeiro”, é produzido artesanalmente, conferindo-lhe propriedades, texturas e sabores que se identificam com o local. A presença da carne suína no cardápio do Recôncavo Baiano data do período colonial, quando cortes do porco, especialmente patas e costelas, juntamente com folhas de mandioca (maniva) especialmente preparadas e cozidas, deram origem ao prato conhecido como maniçoba. O consumo da maniva, que não era apreciado pelos brancos da Casa Grande, origina-se da culinária indígena e passou a integrar a alimentação dos escravos ao ser cozida com restos de carne suína. O consumo da “carne de fumeiro” também se associa à farinha de mandioca, visto que era um alimento transportado por navegadores e viajantes por grandes períodos. Com o passar dos anos, as receitas foram incorporando-se à culinária local e se tornaram uma das principais características gastronômicas do Recôncavo Baiano histórico (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2008; VIEIRA, 2009).

No segmento industrial, o processamento da carne suína é executado pelas chamadas indústrias de primeira transformação, que cuidam do abate e dos cortes dos animais, repassando-os aos demais agentes industriais, que agregam valor a seus produtos incorporando a carne suína. São as chamadas indústrias de segunda transformação, que produzem os embutidos e outros subprodutos, destacando-se, por exemplo, os defumados, desidratados e demais condimentados.

Infraestrutura, rede de fornecedores, tecnologia, capacitação e formalização são temas recorrentes quando se analisa a agroindústria suinícola brasileira e baiana. Em todos os segmentos observam-se estratégias que objetivam dinamizar a atividade, tais como organização dos produtores, suporte e assistência técnica das entidades representativas. Note-se que

o arcabouço institucional dessa agroindústria completa-se com a atuação estatal, especialmente nas etapas de regulação, fiscalização e negociações para abertura de mercados externos à carne suína e aos processados nacionais.

Nas ações identifica-se claramente o esforço em alterar a percepção do consumidor em relação à carne e a seus produtos derivados. Apesar da não reversão dos preceitos religiosos impeditivos ao consumo da carne suína, o aumento de consumidores pode ser estimulado com a redução da informalidade e a disseminação de novas tecnologias, uma vez que a imagem comumente associada aos criatórios de porcos é a de locais sem quaisquer atributos higiênico-sanitários e de segurança alimentar. Vencido esse obstáculo, tem-se, no entanto, o impacto ambiental, ante a quantidade de dejetos produzidos pela atividade, as desvantagens nutricionais dos embutidos (gordura, colesterol, sódio etc.) e finalmente, o comparativo de preços entre a carne suína e as demais carnes do mercado. Na próxima seção são apresentadas as principais estratégias do segmento produção primária, abate, processamento e das instituições relacionadas à agroindústria suinícola na Bahia.

ESTRATÉGIAS E DESAFIOS PARA A AGROINDÚSTRIA SUINÍCOLA BRASILEIRA E BAIANA

Representantes da agroindústria suinícola brasileira e baiana apresentam estratégias de crescimento em praticamente todos os segmentos correlacionados à atividade produtiva: na indústria processadora, identificam-se ações eminentemente mercadológicas, como o esforço em aumentar a demanda do consumidor brasileiro/baiano pela carne de suínos e a expansão da participação desta em mercados externos, especialmente o asiático e o europeu. No segmento institucional, tenciona-se reorganizar e reestruturar os instrumentos e mecanismos para a intensificação da formalização produtiva e o atendimento às legislações, além da aglutinação dos produtores em associações e outras entidades representativas, unificando o discurso do profissionalismo, das tecnologias etc. (COSER et al., 2010).

Importante ressaltar que a heterogeneidade de agentes e de interesses na agroindústria pode significar choque de estratégias entre setores industriais, farmacêutico, de serviços reprodutivo-genéticos/nutricionais e de comercialização – formados por grandes laboratórios e oligopólios, grupos nacionais e internacionais, detentores de marcas consolidadas no mercado – sobre o segmento primário, particularmente o integrado. Um exemplo bastante comum está na exigência, pelas empresas de genética

Na Bahia, o processamento de milho e soja é dominado por grandes capitais de origem internacional que, não raro, apresentam estratégias distintas às dos criadores

reprodutiva, de taxas de reposição de animais (renovação dos rebanhos) muitas vezes acima da necessidade do suinocultor. Nesse caso, para a empresa, significa a expansão das vendas de tecnologia de reprodução, nutrição e automação dos processos produtivos, porém, contraria os interesses econômicos do segmento primário. O estabelecimento do marco legal, especialmente sobre os contratos de integração, torna-se demanda recorrente na agroindústria, elevando o profissionalismo da atividade. Dentre os objetivos tem-se o de evitar que mudanças repentinas de estratégias das indústrias afetem abruptamente o suinocultor.

Observações semelhantes podem ser feitas para a indústria de rações. Na Bahia, o processamento de milho e soja é dominado por grandes capitais de origem internacional que, não raro, apresentam estratégias distintas às dos criadores. As oscilações de preço das rações acompanham a conjuntura das *commodities* agrícolas. A destinação dos grãos para outros fins, a exemplo dos agrocombustíveis, é potencial fator para elevação dos preços (pela redução da oferta para a indústria de rações), repercutindo nos custos das agroindústrias a jusante da produção graneleira.

No limite, todas essas observações conduzem à análise dos pontos positivos e negativos do sistema de integração na agroindústria suinícola. Apesar de conferir profissionalismo e disseminação de técnicas e tecnologias, além da assistência dispensada aos criadores – que se traduzem em escala de produção –, o surgimento de fornecedores cativos para a indústria processadora, muitas vezes passivos em relação às estratégias dos segmentos industriais, de máquinas, equipamentos etc., pressupõe o estabelecimento de mecanismos de proteção destes na atividade primária, revisão de contratos, direitos e deveres dos agentes envolvidos e sinalização dos preços praticados (COSER et al., 2010; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE SUÍNOS, 2018).

No processo de construção das estratégias para toda a agroindústria, o investimento maior ocorre no segmento primário. A intensificação das granjas nos anos 1970 contribuiu para a eliminação de uma série de patologias, a exemplo da cisticercose suína. A criação de animais em estruturas suspensas, sem contato com os dejetos e, principalmente, o controle rigoroso da qualidade da água utilizada em todos os processos são ações que melhoram qualitativamente a suinocultura nacional. A atuação intensiva de empresas multinacionais do ramo de vacinas, nutrientes e antibióticos, somada a mais controles governamentais e de rastreabilidade animal também influenciam decisivamente a (nova) suinocultura brasileira, profissional e com resultados condizentes com a pretensão exportadora da agroindústria (MIELE; KUNZ, 2007).

Nesse contexto, no entanto, reafirma-se que a atividade apresenta efluentes e outros resíduos poluidores dos solos, do ar e de recursos hídricos. Além disso, é necessário intenso cuidado devido às patologias peculiares que repercutem em perdas de rendimento dos animais e/ou transmissão de doenças aos consumidores. Os aspectos ambiental e de segurança alimentar demandam constantemente soluções para melhoria do manejo, da reciclagem da água utilizada e da disposição dos efluentes produzidos.

O manejo correto dos dejetos tem sido um dos maiores desafios que os suinocultores e ambientalistas têm enfrentado nos últimos anos, em razão dos problemas de poluição das águas, dos custos de armazenamento, das formas de tratamento e do aproveitamento desses dejetos como adubo orgânico na agricultura. (FERREIRA; SILVA, 2010, p. 79).

O uso de dejetos processados em substituição aos adubos químicos em etapas a montante da criação animal, a exemplo da produção de grãos, apresenta-se como alternativa à redução dos custos na agroindústria e do potencial poluidor dos subprodutos da suinocultura. Iniciativas como a produção de energia a partir do biogás, aproveitando os gases produzidos pelo processo de decomposição dos dejetos, e a operacionalização de Estações de Tratamento de Dejetos Suínos (ETDS) complementam o conjunto de estratégias ambientais da suinocultura (MIELE; KUNZ, 2007).

A sanidade dos animais também representa uma das principais estratégias ao segmento primário da agroindústria. Para os suinocultores, a falta de cuidados que ocasiona o adoecimento da manada significa custos elevados de tratamento e descarte dos animais. Essa constatação diminui as resistências quanto à adoção dos pacotes de assistência veterinária. A melhoria do *status sanitário* envolve a erradicação das principais patologias da suinocultura brasileira, como ocorrido com a rinite atrófica (anos 1970); a pneumonia enzoótica (1980); a peste suína africana (1980); a gripe suína (2000), e a Doença de Aujeszky (2010) (MIELE; KUNZ, 2007).

O segmento primário ainda enfrenta pressões em virtude do aumento da demanda por carnes e derivados suínos. Isso implica, além do maior número de animais por granja, a concentração geográfica da produção. Nesse cenário intensificam-se os impactos ambientais com subjacente resposta da legislação, no intuito de se consolidar a questão ambiental como fator limitante à atividade. Todas essas condicionantes fazem parte do processo de escolha dos métodos de criação dos animais: o Sistema Intensivo de Suínos Criados ao Ar Livre (SISCAL); o Sistema Intensivo de Suínos Confinados (Siscon); o Sistema de Produção de Suínos em Cama

O caráter secundário geralmente atribuído à suinocultura impacta no abate dos animais que, não raro, compartilham as mesmas instalações onde ocorre o abate de bovinos

Sobreposta (*Deep Bedding*), e o Sistema de Produção Orgânico. A implantação dos sistemas depende da área das granjas, dos custos iniciais, da disponibilidade de mão de obra, dos investimentos necessários, dos custos de manutenção, dos resultados econômicos e dos impactos ambientais (FERREIRA; SILVA, 2010).

Resumidamente, o SISCAL adequa-se às pequenas criações, sobretudo familiares, surgindo como forma de diversificação dos sistemas produtivos. Os animais são criados em piquetes, com boa disponibilidade de área vegetal. No Siscon os animais são confinados em abrigos de alvenaria, objetivando especialmente o aumento da produtividade. No Sistema Orgânico utilizam-se fitoterápicos para o controle da sanidade e do bem-estar dos animais. No Sistema *Deep Bedding*, os animais ficam alojados sobre camas de maravalha. Esse sistema facilita o recolhimento, o manejo e o tratamento (compostagem) dos dejetos, gerando rendas com a comercialização do adubo orgânico (FERREIRA; SILVA, 2010).

As questões originadas no segmento primário influenciam significativamente as escolhas dos consumidores. As exigências, cada vez maiores, indicam crescentes preocupações com a segurança alimentar e as repercussões ambientais da agroindústria. Assim, as estratégias de mercado para a indústria processadora de carnes suínas envolvem a divulgação aos consumidores dos cuidados dispensados na etapa de criação, objetivando alterar a percepção desses sobre o produto. São evocados nesse esforço os aspectos nutricionais, especialmente para os cortes/subprodutos mais saudáveis, com menor teor de colesterol e sódio, para arrefecer a ideia de carne suína representada pelo bacon, o toucinho e os embutidos em geral, assim como pelos preparados/processados alimentares a partir de carnes mecanicamente separadas que, condimentadas, possuem pouca carne suína, como salsichas comuns e linguiças do tipo calabresa. Pretende-se atingir o público com o apelo da boa alimentação, fornecendo alternativas às carnes bovinas e aves.

Outras questões importantes para o segmento de abate e processamento industrial da agroindústria suinícola na Bahia envolvem uma maior especialização da atividade. O caráter secundário geralmente atribuído à suinocultura impacta no abate dos animais que, não raro, compartilham as mesmas instalações onde ocorre o abate de bovinos. Um entrave peculiar está nas preferências do consumidor baiano. Embora no preparo de pratos tradicionais como feijoada, maniçoba e sarapatel a demanda seja significativa para embutidos e subprodutos suínos, a comercialização de carnes ossadas é menos significativa. Esse é um traço comum não somente na Bahia, mas no restante do Nordeste (VIEIRA, 2009). Segundo

informações de suinocultores, o pernil (considerado nobre) muitas vezes é remetido ao Sul do país para processamento, e retorna para concorrer com marcas estaduais.

O esforço de *marketing* e publicidade dos agentes da agroindústria suinícola está orientado a consumidores informados sobre as condições técnicas das criações modernas de suínos (particularmente o segmento formal), que determinam a qualidade da origem dos alimentos consumidos. Novos produtos e formas de apresentação de cortes, com menos gorduras, aparentemente cativam consumidores interessados em alternativas às carnes bovinas e aves.

As estratégias dos segmentos primário e industrial apresentadas fazem parte do conjunto de ações propostas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura (PNDS). A partir de 2009, o PNDS

[...] tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da suinocultura brasileira, trabalhando para uma maior estabilidade econômica da atividade e os consequentes benefícios sociais para os produtores e trabalhadores da cadeia produtiva, através da ampliação do mercado doméstico da carne suína. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE SUÍNOS, 2018).

São ações nos segmentos de produção primária, industrial, comercialização e produção de conhecimento, estabelecendo metas de modernização e disseminação de técnicas em todos os segmentos da agroindústria. De acordo com a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (2018), as principais metas do PNDS são:

- a. implantar modelos de produção técnica e economicamente eficientes;
- b. padronizar unidades produtivas primárias e frigoríficos;
- c. adequar a apresentação dos cortes de suínos às novas demandas dos consumidores;
- d. ampliar modos de preparação e consumo da carne suína;
- e. padronizar qualitativamente a comercialização da carne *in natura*;
- f. levar ao consumidor brasileiro as vantagens nutricionais da carne suína, ampliando sua competitividade em relação às demais proteínas animais disponíveis.

Note-se que ações do PNDS e as estratégias do segmento industrial necessitam da reorganização da agroindústria quanto ao aspecto institucional/representativo. Essa é uma demanda recorrente dos representantes das

Algumas experiências com consórcios de cooperativas no Centro-Sul do país criam possibilidades para a exportação, ratificando o potencial dos pequenos e médios agentes da agroindústria

agroindústrias brasileiras e ganha contornos mais nítidos quando análises para o Nordeste e a Bahia são consideradas. Na agroindústria suinícola também se observa a heterogeneidade produtiva, com elevado grau de informalidade tanto no segmento primário quanto no industrial, gerando dispersão de interesses e de estratégias. Ações visando à aglutinação, à profissionalização e à especialização dos segmentos da agroindústria tendem ao enfrentamento consequente da segmentação dos produtores. No entanto, já se identificam associações de produtores, como a Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS), a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a Associação Baiana de Suinocultores (ABS) que conferem representatividade e promoção dos objetivos comuns da agroindústria, do segmento primário ao exportador, como especificados no PNDS (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE SUÍNOS, 2018).

Para grandes produtores formalizados, essas instituições orientam o reforço do conteúdo tecnológico (criação, reprodução, nutrição, abate, processamento, logística e comercialização/exportação), expandindo suas posições de mercado. Além das marcas consolidadas, nacional e internacionalmente, existem os nichos de carnes resfriadas que, devido à perecibilidade do produto, privilegiam a atuação de pequenas e médias indústrias locais/regionais. Aparentemente esse é um mercado bastante promissor, uma vez que as carnes resfriadas e acondicionadas em práticas embalagens são convenientes e permitem preparos rápidos, o que se torna uma importante estratégia de mercado, no esforço de qualificar e diversificar o consumo de carnes suínas. Entretanto, a atuação de intermediários entre suinocultores e supermercados surge como um entrave nesse mercado. Tal fato repercute em estratégias de venda direta aos estabelecimentos varejistas, exigindo do suinocultor estruturação dos sistemas de acondicionamento, transporte e refrigeração do produto.

Para sistemas produtivos familiares incentiva-se a organização da produção e da logística de distribuição fundamentalmente em cooperativas, consolidando-se como atividade geradora de rendas alternativas (FERREIRA; SILVA, 2010). Ressalte-se que escala de produção, redução dos custos e atendimento à legislação pertinente são aspectos essenciais nesse conjunto de estratégias. Algumas experiências com consórcios de cooperativas no Centro-Sul do país criam possibilidades para a exportação, ratificando o potencial dos pequenos e médios agentes da agroindústria.

Tem-se, portanto, que as estratégias são distintas nos diversos segmentos produtivos da agroindústria suinícola. Fortalecer tais atividades implica a solução de entraves como a assimilação (e aceitação) mais ampla dos produtos da suinocultura, intensificando sua participação no mercado

interno. Para a comercialização externa, o atendimento às exigências higiênico-sanitárias, isoladamente, não garante maior presença da carne suína brasileira nos mercados internacionais. As chamadas barreiras não tarifárias, de amplo conhecimento, são utilizadas conforme as conjunturas e necessidades econômicas dos países importadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroindústria suinícola na Bahia enfrenta o desafio de expandir sua participação nas estatísticas relacionadas ao consumo de carnes, tentando superar a grande heterogeneidade (técnica e tecnológica) em seus segmentos. Embora a formalidade dos criatórios e dos processos de abate, a industrialização e a comercialização sejam defendidas e façam parte dos objetivos de muitos produtores – traduzindo-se no PNDS –, aparentemente ainda permanece, entre os consumidores, a ideia das criações informais e fora das especificidades higiênico-sanitárias estabelecidas pelos órgãos estatais de controle.

A heterogeneidade de consumidores também surge como fator limitante à expansão da agroindústria suinícola. Exceto aqueles que rejeitam o consumo de carnes suínas com base em convicções religiosas, os novos consumidores têm sido atraídos com estratégias que se concentram em formas de apresentação do produto e funcionalidades diferenciadas deste. Aspectos saudáveis da composição dos cortes – inclusive o constante comparativo com as carnes bovinas e aves, destacando-se as vantagens dos suínos – são evocados, assim como soluções referentes ao manejo e reaproveitamento dos dejetos e seus subprodutos têm sido implantadas, evidenciando a observância ao aspecto ambiental das criações.

Note-se que, nesse cenário, tecnologia e infraestrutura logística ganham importância, no sentido de proporcionar uma oferta de produtos mais atrativa aos consumidores. Isso implica reorientação estratégica dos segmentos primário, industrial e de comercialização, passando pela harmonização dos eventuais conflitos de interesses entre os agentes. Nesse contexto, a discussão das condições e consequências dos contratos de integração traduz a necessidade de compatibilização entre as diversas estratégias dos segmentos a montante (especialmente as empresas de reprodução e genética) e a jusante (a indústria processadora e os estabelecimentos atacadistas/varejistas) da produção primária.

Na Bahia, adicione-se como desafio o baixo consumo de carne suína, estimado como menor do que a média brasileira. Embora a carne de

porco faça parte da própria história e dos costumes gastronômicos do estado, como a chamada “carne de fumeiro” do Recôncavo, a feijoada e a maniçoba, os agentes locais precisam empreender ações para a inclusão da carne suína no cardápio diário do baiano, com o objetivo de ampliar o potencial da atividade. Tal potencial recebe o estímulo da proximidade com a fronteira agrícola do oeste, cuja produção de grãos permite a expansão da criação de animais pela redução dos custos com rações.

A produção de carne suína brasileira apresenta trajetória positiva de crescimento, como demonstram os registros oficiais e de instituições representativas da atividade. O crescimento do mercado interno e, sobretudo, das exportações (atingindo mercados tradicionalmente exigentes, como o europeu e o asiático) demanda estratégias de formalização e marco legal das atividades, modernização tecnológica das granjas, aumento da produtividade/escala e redução de custos. Porém, a percepção positiva do consumidor em relação ao consumo da carne suína torna-se a estratégia principal e que traduz todos os esforços dos agentes. A questão sanitária e como os avanços e resultados tecnológicos chegam aos consumidores são temas fundamentais ao crescimento da agroindústria.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE SUÍNOS; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Mapeamento da suinocultura brasileira*. Brasília: SEBRAE, 2016. Disponível em: <http://abcs.org.br/attachments/-01_Mapeamento_COMPLETO_bloq.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL. Relatório anual 2017. São Paulo: ABPA, 2017. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/storage/files/3678c_final_abpa_relatorio_anual_2016_portugues_web_reduzido.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CHARÃO, Gláucio da Rocha. *Padrão de concorrência da indústria de suínos: uma análise dos desafios competitivos da indústria na Bahia*. 2010. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas)-Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

COSER, Fabiano José et al. Estrutura de mercado internacional de carne suína e a participação brasileira. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 40, n. 12, p. 13-25, dez. 2010.

FERREIRA, Aloízio Soares; SILVA, Francisco Carlos de Oliveira. Suinocultura com foco na agricultura familiar. *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte, v. 31, n. 256, p. 78-84, maio/jun. 2010.

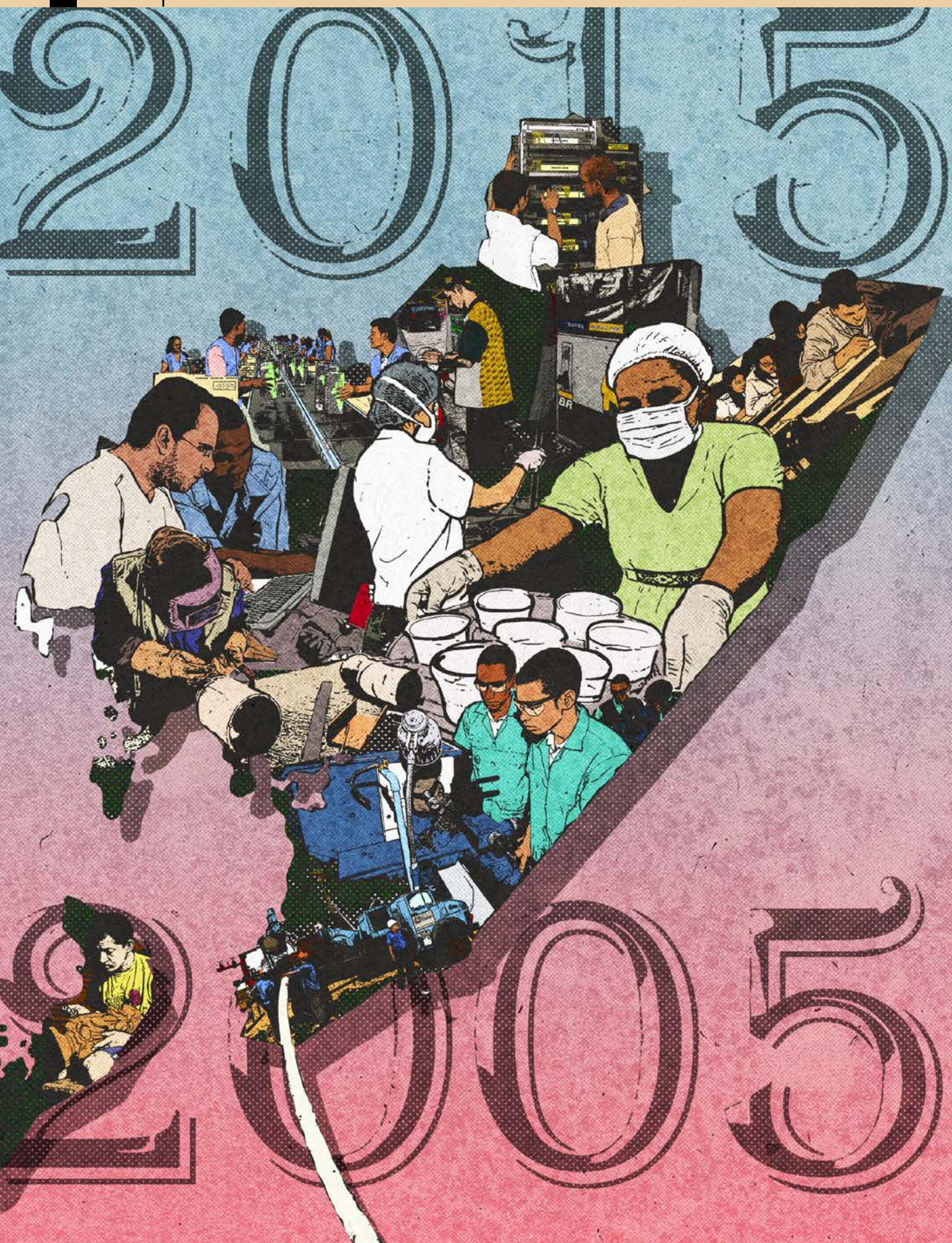
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Pecuária Municipal 2017*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MIELE, Marcelo; KUNZ, Ailton. Suinocultura, meio ambiente e competitividade. *Suinocultura Industrial*, São Paulo, n. 7, p. 26-29, 2007.

PORK CHECKOFF. *Stats*. Disponível em: <<https://www.pork.org/facts/stats/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (São Paulo). *Suinocultura: carne in natura, embutidos e defumados: relatório completo*. São Paulo: SEBRAE; ESPM, 2008. 94 p. (Série estudos de mercado ESPM/SEBRAE).

VIEIRA, Guilherme Augusto. *Perfil da suinocultura no estado da Bahia*. Salvador: Seagri, 2009.



COMPORTAMENTO DA OFERTA DE MÃO DE OBRA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: ALGUMAS EVIDÊNCIAS ENTRE 2005 E 2015¹

Mayara Tobio de Araújo
Graduanda em Engenharia de Produção, pela Universidade Salvador (Unifacs). Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). mayaratobio@gmail.com

Leonardo Moura L. C. de Siqueira
Graduado em Ciências Econômicas e mestrando em Desenvolvimento Regional e Urbano, pela Universidade Salvador (Unifacs). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e integrante do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb). leo.mouralima@uol.com.br

Laumar Neves de Souza
Doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs) e integrante do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb). laumar.souza@unifacs.br

O MERCADO de trabalho é uma instância social do capitalismo com a qual todos os indivíduos interagem direta ou indiretamente. Diretamente, seja pelo lado da oferta – como empregado, autônomo, trabalhador familiar etc. e/ou em busca por ocupação –, seja pelo lado da demanda – como contratante de mão de obra e serviços diversos. Indiretamente, como consumidor de mercadorias. Por isso, compreender minimamente o funcionamento do mercado de trabalho é tarefa que importa a todos os cidadãos.

¹ O presente artigo é resultado de pesquisa realizada a título de iniciação científica da sua autora principal. Sua elaboração também constitui um exercício para atualizar o esforço de investigação analítica empreendido por Suerdieck (2003).



Resultante da materialização do capitalismo industrial, os mercados laborais dos diversos territórios sempre se firmam, de forma inconteste, apoiados no crescimento das populações urbanas dos espaços que lhes abrigam. Por esta razão, o entendimento da sua dinâmica se faz melhor quando estudado a partir de um recorte geográfico, como no caso das Regiões Metropolitanas (RM), que possuem significativo contingente populacional, composto, na sua quase totalidade, por moradores de zonas urbanas.

No caso específico da Região Metropolitana de Salvador (RMS), seu mercado de trabalho destacou-se, no final do século XX, como o campeão em desemprego dentre as RM brasileiras, tendo também se caracterizado pela intensa informalidade e outras tantas formas precárias do trabalho (SUERDIECK, 2003). Tais fatos certamente o tornam um dos mais importantes a serem estudados no Brasil.

Em face dessas ponderações, o presente artigo propõe-se a contribuir para uma melhor compreensão sobre o funcionamento dos mercados laborais, tomando por objeto o da RMS. Com efeito, busca-se o entendimento de como se comportou o referido mercado em relação à oferta, analisando-se as variações dos seus mais básicos indicadores. Para tanto, lança-se mão dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio –PNAD (2017), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 2005 e 2015, entre os quais houve um período – quase todo ele – marcado por governos trabalhistas, tanto no âmbito federal quanto no estadual.

Com vistas a cumprir com este propósito, além desta introdução e das considerações finais, são tratados os subconjuntos que orientam a análise de um mercado de trabalho, quais sejam: 1) a População em Idade Ativa (PIA), 2) a População Economicamente Ativa (PEA), 3) os ocupados, 4) os desocupados e 5) os inativos. Como roteiro de avaliação de cada uma dessas populações, é examinada sua composição de acordo com o gênero e a situação do domicílio, bem como a distribuição dos seus componentes por grupos etários e faixas de anos de estudo. À medida que cada um desses agregados é delineado, os indicadores a eles relacionados (taxas de atividade, de ocupação, de desocupação e de inatividade) são também apresentados de forma a melhor caracterizar o mercado de trabalho.

POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA)

A PIA, de acordo com o IBGE, define o conjunto das pessoas de 10 ou mais anos de idade na data de referência da pesquisa. É a quantificação, em termos absolutos, da oferta potencial de um dado mercado.

Em 2015, contabilizava-se um contingente da ordem de 3.477 mil pessoas na PIA da RMS. Esse número é cerca de 18,3% superior à PIA que foi medida para essa mesma região no ano de 2005, momento em que se apurou um conjunto de aproximadamente 2.940 mil pessoas (Tabela 1). É digno de nota que tal crescimento relativo superou aquele que foi verificado para o conjunto da população da aludida região (12,0%), movimento esse que decorreu de uma expansão da população em geral, de 3.536 mil pessoas em 2005, para 3.960 mil pessoas em 2015.

Cabe chamar a atenção também, no período em foco, que as mulheres incrementaram ainda mais a sua representatividade na PIA da RMS, uma vez que representavam 52,9% de tal contingente em 2005, e passaram a corresponder a 54,4% desse agregado populacional em 2015. Obviamente, a contraface desse movimento foi a diminuição da participação masculina no âmbito da PIA metropolitana, visto que este contingente diminuiu de 47,1% para 45,6%.

É interessante destacar que, no período analisado, se percebeu certa estabilidade do ponto de vista da representatividade da PIA urbana e rural. De forma mais precisa, quase a totalidade da PIA metropolitana residia em áreas consideradas urbanas. Tanto em 2005 quanto em 2015, a PIA urbana atingiu patamares que superaram a casa dos 98,0% (Tabela 1). Essa é naturalmente uma característica também presente em outras RM espalhadas pelo território nacional, e que acompanha o próprio movimento de urbanização pelo qual vem passando a sociedade brasileira ao longo das últimas décadas².

Ao se observar a PIA segundo a distribuição por grupos etários (Tabela 2), constata-se uma mudança importante no período em questão, posto que, em 2005, o grupo etário que reunia as pessoas com idades entre 25 e 39 anos era o mais representativo (32,3%), e, em 2015, o grupo que passou a ter essa prerrogativa foi precisamente aquele mais envelhecido, composto pelas pessoas com idades que variam de 40 a 59 anos. Este grupo etário, somado com aquele dos indivíduos com 60 ou mais anos, foi o único que cresce em participação relativa, sendo evidente que uma alteração dessa natureza guarda correspondência com a tendência mais geral de envelhecimento da população. Só a título de ilustração, quando se avalia a variação da representatividade do grupo etário que reúne as pessoas entre 40 e 59 anos no total da população metropolitana, verifica-se que, em 2005, tal grupo respondia por de 21,5% e, em 2015, representava algo em torno de 25,4%.

As mulheres incrementaram ainda mais a sua representatividade na PIA da RMS, uma vez que representavam 52,9% de tal contingente em 2005, e passaram a corresponder a 54,4% desse agregado populacional em 2015

2 Com efeito, entre 2005 e 2015, o grau de urbanização da sociedade brasileira saltou de 81,2% para 84,7%, movimento que também se manifestou no plano da sociedade baiana, uma vez que esse indicador passou de 67,1% para 74,1%.

No que diz respeito à escolaridade (Tabela 3), observa-se que, tanto em 2005 quanto em 2015, a PIA estava concentrada no grupo de pessoas de 11 a 14 anos de estudo, compreendendo aquelas que já possuem a conclusão do ensino médio. Esse nível de instrução mais significativo teve um crescimento de aproximadamente 30,9% (aumento de 9,2 pontos percentuais – p.p.) durante o período em análise, contrapondo-se a uma queda de 18,9% no número de pessoas “sem instrução e com menos

Tabela 1
PIA segundo o sexo e a situação de domicílio – RMS – 2005/2015

Sexo e situação de domicílio	2005	2015
Total (em mil)	2.940	3.477
Homens	47,1	45,6
Mulheres	52,9	54,4
Urbano	98,4	98,2
Rural	1,6	1,8

Fonte: IBGE/PNAD.

Elaboração própria.

Tabela 2
PIA segundo os grupos etários – RMS – 2005/2015

Grupos etários	2005	2015
Total (em mil)	2.940	3.477
10 a 14 anos	10,6	8,1
15 a 24 anos	24,4	18,4
25 a 39 anos	32,3	29,6
40 a 59 anos	24,5	30,5
60 anos ou mais	8,2	13,3

Fonte: IBGE/PNAD.

Elaboração própria.

Tabela 3
PIA segundo os grupos de anos de estudo – RMS – 2005/2015

Grupos de anos de estudo	2005	2015
Total (em mil)	2.940	3.477
Sem instrução e menos de 1 ano	5,8	4,7
1 a 3 anos	12,1	7,8
4 a 7 anos	28,2	22,1
8 a 10 anos	18,0	16,4
11 a 14 anos	29,7	38,9
15 anos ou mais	5,9	10,0

Fonte: IBGE/PNAD.

Elaboração própria.

de um ano” de estudo (menos 1,1 p.p.). Em termos relativos, cresceu de forma mais significativa a parcela de indivíduos com 15 ou mais anos de estudo (69,5% ou 4,1 p.p.).

A partir dos referidos dados, pode-se concluir que há uma tendência de incremento do grau de escolaridade, bem como de erradicação do analfabetismo, já que a RMS possui a maior parte de sua população residindo em áreas urbanas e favorecida por mais fácil acesso às instituições de ensino.

Dessas informações se depreende, portanto, que a RMS dispunha, no período em análise, de uma população que residia quase que na sua totalidade em áreas urbanas, e que contava com uma PIA cuja representatividade dos indivíduos mais amadurecidos se sobressaía, com forte presença de pessoas do sexo feminino. Desse contingente populacional verificou-se ainda ser bastante representativa a presença de pessoas com, no mínimo, 11 anos de estudo, o correspondente a quase metade da PIA (48,9%).

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

A População Economicamente Ativa (PEA) equivale a uma fração da PIA que está inserida no mercado de trabalho, ou seja, compreende as pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência, de acordo com o IBGE.

De acordo com as informações presentes na Tabela 4, constata-se que, em 2015, a PEA reunia cerca de 2.243 mil indivíduos na RMS, o que significava 56,6% da população total dessa região. Cabe destacar que, no período em foco, a PEA da RMS teve um incremento de 309 mil pessoas, o que corresponde, em termos percentuais, a um aumento da ordem de 15,9%. Registra-se que tal crescimento foi inferior ao medido para a PIA.

Tabela 4
PEA segundo o sexo e a situação de domicílio – RMS – 2005/2015

Sexo e situação de domicílio	2005	2015
Total (em mil)	1.934	2.243
Homens	52,5	50,6
Mulheres	47,5	49,4
Urbano	98,4	98,4
Rural	1,6	1,6

Fonte: IBGE/PNAD.
Elaboração própria.

Quando se observa a distribuição da PEA segundo o sexo, é possível verificar a diminuição da diferença, em termos de representatividade, entre homens e mulheres no mercado de trabalho da RMS. Com efeito, tem-se que, em 2005, a representatividade dos homens nesse contingente populacional superava a do sexo oposto em 5 p.p.. Já em 2015, essa diferença diminuiu de maneira importante, uma vez que passa a se situar no patamar de 1,2 p.p..

Ao se investigar como os integrantes da PEA metropolitana se distribuíam segundo a situação de domicílio, vê-se que, entre 2005 e 2015, não houve, em termos relativos, nenhuma alteração. Ou seja, praticamente a totalidade dos indivíduos que pertenciam à PEA nos dois anos analisados (98,4%) permanecia residindo em áreas urbanas.

Tratando-se da PEA segundo os grupos etários (Tabela 5), observa-se uma diminuição da população mais jovem no mercado de trabalho, com idades que variam de 10 a 39 anos. Isso porque, em 2005, esse grupo representava 68,3% da PEA, ao passo que, em 2015, passou a responder por 57,6%. Para compensar essa baixa, houve naturalmente um acréscimo na representatividade dos indivíduos mais maduros, ou seja, aqueles cujas idades variam de 40 a 60 anos ou mais. Com efeito, esses últimos indivíduos que, em 2005, respondiam por 31,7% da PEA passaram a representar, em 2015, 42,4%.

Nesse ponto, é interessante salientar que o mercado de trabalho metropolitano tornou-se mais seletivo no que diz respeito às credenciais educacionais dos seus participantes. Isso pode ser observado ao se analisarem as informações da Tabela 6. Constata-se que, em 2005, aproximadamente 44,4% dos indivíduos que compunham a PEA detinham o ensino médio e/ou o ensino superior, correspondentes aos grupos de 11 a 14 anos de estudo e 15 anos ou mais. Já em 2015, houve um salto expressivo na proporção de indivíduos com tais credenciais educacionais, tendo em vista que passaram a representar cerca de 60,2% da PEA.

É razoável supor que o arrefecimento da representatividade das pessoas mais jovens no mercado de trabalho guarde correlação com o avanço de algumas políticas públicas levadas a termo no período em questão, que de um lado favoreceram a presença desses jovens no ambiente escolar e de outro coibiram a sua presença no mercado de trabalho.

Tabela 5
PEA segundo os grupos etários – RMS – 2005/2015

Grupos etários	2005	2015
Total (em mil)	1.934	2.243
10 a 14 anos	1,3	0,4
15 a 24 anos	24,7	17,3
25 a 39 anos	42,3	39,9
40 a 59 anos	28,6	37,5
60 anos ou mais	3,1	4,9

Fonte: IBGE/PNAD.
Elaboração própria.

Tabela 6
PEA segundo os grupos de anos de estudo – RMS – 2005/2015

Grupos de anos de estudo	2005	2015
Total (em mil)	1.934	2.243
Sem instrução e menos de 1 ano	4,1	2,8
1 a 3 anos	8,6	3,8
4 a 7 anos	23,7	16,9
8 a 10 anos	19,0	16,1
11 a 14 anos	36,7	47,5
15 anos ou mais	7,6	12,7

Fonte: IBGE/PNAD.
Elaboração própria.

COMPORTAMENTO DA TAXA DE ATIVIDADE (TA)

A Taxa de Atividade (TA) é um indicador que expressa a pressão da PEA sobre o mercado de trabalho. Em termos práticos, é o resultado da divisão da PEA pela PIA, indicando percentualmente a parcela das pessoas em atividades laborais que efetivamente trabalham ou que estão dispostas a trabalhar. A análise desse indicador é deveras importante quando se tem a intenção de perceber a dinâmica do mercado de trabalho de uma dada região. Via de regra, a elevação da TA representa o aquecimento da economia no seu conjunto, que significa, portanto, que as pessoas se sentem mais motivadas a ingressar no mercado de trabalho, seja na condição de ocupadas ou até mesmo na condição de desocupadas. Cabe salientar que a variação do PIB brasileiro em 2005 e 2015 teve comportamentos opostos em relação aos anos que a antecederam imediatamente. No primeiro houve um crescimento econômico da ordem de 3,2%; no segundo, retração de 3,8%.

Tabela 7

TA segundo o sexo e a situação de domicílio – RMS – 2005/2015

Sexo e situação de domicílio	2005	2015
Total	65,8	64,5
Homens	73,3	71,6
Mulheres	59,1	58,6
Urbano	65,8	64,6
Rural	64,6	59,7

Fonte: IBGE/PNAD.

Elaboração própria.

Quando são analisadas as informações que dão conta do comportamento da TA dos trabalhadores da RMS, segundo o sexo e a condição do domicílio (Tabela 7), constata-se que a referida taxa se contraiu no período de tempo que cobre os anos de 2005 e 2015, cedendo de 65,8% para 64,5%, o que representa uma diminuição desta de 1,3 p.p.. Enfatize-se também que esse movimento da TA atingiu indiscriminadamente os indivíduos de ambos os sexos, uma vez que a taxa de homens saiu do patamar de 73,3% e foi para 71,6%, ao passo que a de mulheres caiu de 59,1% para 58,6%. Curiosamente, essa movimentação acabou por arrefecer, mesmo que de maneira tímida, o padrão de assimetria existente em termos da participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. Observa-se que, em 2005, a TA de homens era cerca de 14,3 p.p. superior à das mulheres. Já em 2015, tal diferença situou-se na casa de 12,9 p.p..

No que diz respeito à TA, levando-se em conta a situação do domicílio dos trabalhadores, o movimento que mais chamou atenção foi a diminuição da taxa na área rural, posto que decresceu do patamar de 64,6% para 59,7%. Variação bem menos intensa foi registrada para os trabalhadores residentes nas áreas urbanas, tendo em vista que, para estes, o mesmo indicador diminuiu de 65,8% para 64,6%. Deve-se avaliar esses números com certa parcimônia, pois, o grau de urbanização da RMS, de acordo com os dados da PNAD, em 2015, girava entorno de 98,2%. Assim, a queda da TA nas áreas rurais não se constitui em um fenômeno que afete um grande contingente de trabalhadores e, por consequência, não traz grandes reverberações para a TA medida nas áreas urbanas.

Quando se parte para o exame da TA, segundo o perfil etário dos trabalhadores (Tabela 8), constata-se que apenas os pertencentes às faixas

Tabela 8
TA segundo os grupos etários – RMS – 2005/2015

Grupos etários	2005	2015
Total	65,8	64,5
10 a 14 anos	8,0	3,2
15 a 24 anos	66,8	60,5
25 a 39 anos	86,0	87,0
40 a 59 anos	76,8	79,3
60 anos ou mais	24,8	23,8

Fonte: IBGE/PNAD.
 Elaboração própria.

etárias de 25 a 39 anos e 40 a 59 anos passaram a exercer mais pressão no mercado de trabalho da RMS. No caso dos indivíduos que integram a primeira dessas faixas etárias, a TA elevou-se de maneira discreta, passando de 86,0% para 87,0%. Esses são, conforme pode-se aferir, os trabalhadores que mais pressionam e, portanto, frequentam as fronteiras do mercado de trabalho da RMS. Isso não se constitui numa excepcionalidade, visto que esse grupo de trabalhadores está no ápice da vida produtiva.

Já para o grupo dos trabalhadores da segunda faixa etária mencionada, o incremento da TA foi mais consistente. Isso porque, para este, tal indicador cresceu do patamar de 76,8% para 79,3%. Esse é um sinal de que o mercado de trabalho da RMS valoriza trabalhadores que reúnem certas características voltadas, por exemplo, para a experiência profissional.

Para todos os outros grupos etários, o movimento da TA foi oposto, ou seja, de recuo. De modo particular, o grupo que compreende os indivíduos de 10 a 14 anos foi o que contabilizou a baixa mais expressiva nesse indicador (diminuiu de 8,0% para 3,2%). Muito provavelmente a menor pressão dos indivíduos que integram esse grupo etário no mercado de trabalho está associada a algumas políticas públicas associadas ao mundo educacional, que, em boa medida, conseguiram afastá-los das fronteiras do mercado de trabalho.

EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO

Quanto aos dados relacionados à ocupação, o IBGE adota o entendimento de que se enquadram como ocupadas, na semana de referência, as pessoas que tinham trabalho durante todo o período ou parte deste,

Tabela 9
TO segundo o sexo e a situação de domicílio – RMS – 2005/2015

Sexo e situação de domicílio	2005	2015
Total	82,5	84,2
Homens	86,9	87,5
Mulheres	77,6	80,8
Urbano	82,4	84,2
Rural	83,9	81,1

Fonte: IBGE/PNAD.

Elaboração própria.

bem como as que não exerceram o trabalho remunerado no período especificado por motivo de férias, licença, greve etc. Tem-se, portanto, que a Taxa de Ocupação (TO) registrou um movimento de crescimento, durante os anos cobertos por este estudo, passando de 82,5% para 84,2%, o que correspondeu a um acréscimo de 1,7 p.p. (Tabela 9).

Cabe chamar a atenção para o fato de que a TO aumentou tanto para os indivíduos do sexo masculino quanto para os do sexo feminino, sendo que o movimento de alta registrado para as mulheres foi mais intenso do que o apurado para os homens. Note-se que, para elas, tal indicador pulou de 77,6% para 80,8%, expandindo-se, portanto, em 3,2 p.p., ao passo que, para eles, se contabilizou um incremento, da ordem de 0,6p.p., haja vista que a TO saiu de 86,9% para 87,5%.

Ainda de acordo com as informações contidas na Tabela 9, verifica-se que a TO esboçou uma movimentação oposta quando se contrapôs às realidades distintas das áreas urbana e rural. Nesta última não se configurou um esquema de alta no referido indicador, que passou de 83,9% para 81,1%. Já na área urbana constatou-se a elevação do patamar de 82,4% para 84,2%.

Aprofundando-se as análises sobre ocupação, cabe detalhar como ocorreu a distribuição da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais, segundo o sexo e a situação do domicílio (Tabela 10). Percebe-se que homens e mulheres registraram movimentos antagônicos. Isso porque enquanto para elas se verificou uma dilatação da representatividade no conjunto da ocupação, de 44,7% para 47,5%, para eles se configurou um quadro de contração, posto que representavam 55,3% em 2005 e passaram a responder por 52,6%, em 2015.

Registre-se que esse comportamento também pode ser observado nas áreas urbana e rural. Nesta última, porém, com uma intensidade ainda mais destacada, visto que a representatividade das mulheres no contexto ocupacional na zona rural salta significativos 8,7 p.p., número, no entanto, abaixo do registrado na área urbana (2,6 p.p.).

A observância da Tabela 10 traz um desenho de menor assimetria, tanto entre mulheres e homens quanto entre as próprias mulheres no mercado de trabalho. Verifica-se que, por exemplo, em 2005, a representatividade das mulheres no âmbito da ocupação da área urbana era cerca de 10,3 p.p., superior à medida para as mulheres residentes nas áreas rurais. Já em 2015, tal diferença caiu em 4,2 p.p..

No que tange à distribuição da ocupação por faixa etária (Tabela 11), chama a atenção o fato de que as pessoas mais amadurecidas foram as que mais se beneficiaram da expansão da ocupação registrada no período 2005/2015. Note-se que, para o grupo etário de 40 a 59 anos, houve um

Tabela 10

Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas segundo o sexo e a situação de domicílio – RMS – 2005/2015

Sexo e situação de domicílio	2005	2015
Total (em mil)	1.595	1.888
Homens	55,3	52,6
Mulheres	44,7	47,5
Urbano (em mil)	1.569	1.858
Homens	55,1	52,5
Mulheres	44,9	47,5
Rural (em mil)	26	30
Homens	65,4	56,7
Mulheres	34,6	43,3

Fonte: IBGE/PNAD.

Elaboração própria.

Tabela 11

Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas segundo os grupos etários – RMS – 2005/2015

Grupos etários	2005	2015
Total (em mil)	1.595	1.888
10 a 14 anos	1,2	0,3
15 a 24 anos	20,3	13,3
25 a 39 anos	43,4	40,4
40 a 59 anos	31,6	40,5
60 anos ou mais	3,5	5,5

Fonte: IBGE/PNAD.

Elaboração própria.

incremento substantivo em termos de representatividade no conjunto da ocupação, passando de 31,6%, em 2005, para 40,5%, em 2015, variando, portanto, 8,9 p.p.. Movimento em termos relativos ainda mais intenso foi registrado para as pessoas de 60 anos ou mais, na medida em que ampliaram em 57,1% sua representatividade nesse contexto, saindo de 3,5% para 5,5% (mais 2,0 p.p.).

Para todos os outros grupos etários, o que se verificou foi uma realidade oposta. Isso porque todos eles esboçaram um comportamento de contração nas suas respectivas representatividades no âmbito ocupacional. A variação mais pronunciada nesse particular, em termos de pontos percentuais, foi a medida para o grupo de pessoas entre 15 e 24 anos que, em 2015, passou a responder tão somente por 13,3% da ocupação da RMS, ao passo que, em 2005, contemplava cerca de 20,3% dos ocupados. Nesta mesma direção, o grupo composto por pessoas de 25 a 39 anos, que respondiam por 43,4% da ocupação, passaram a responder por 40,4%.

Examinando a distribuição da ocupação segundo os anos de estudo (Tabela 12), pôde-se identificar um fenômeno de maior seletividade do mercado de trabalho. Com efeito, os ocupados que conseguiram ampliar as suas respectivas participações no bojo da ocupação foram precisamente aqueles que reuniram as maiores credenciais educacionais (11 a 14 anos de estudo; e 15 anos ou mais). Essa é uma tendência que já se observa há tempos no contexto nacional e que está associada aos movimentos de adaptação dos diferentes setores da atividade econômica para fazer frente à dinâmica concorrencial que enfrentam, a qual exige, via de regra, a incorporação de

Tabela 12
Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas segundo os grupos de anos de estudo – RMS – 2005/2015

Grupos de anos de estudo	2005	2015
Total (em mil)	1.595	1.888
Sem instrução e menos de 1 ano	4,1	2,9
1 a 3 anos	9,1	4,1
4 a 7 anos	23,4	16,9
8 a 10 anos	17,7	14,9
11 a 14 anos	36,9	47,2
15 anos ou mais	8,6	13,9

Fonte: IBGE/PNAD.
Elaboração própria.

novas tecnologias, tanto do ponto de vista da introdução de máquinas e equipamentos quanto da adoção de formas de organização do processo de trabalho, mais alinhadas com os ditames daquilo que se conhece como modelo Toyota de produção³. Por óbvio, num cenário como esse, são inevitáveis as novas exigências que recaem sobre os trabalhadores do ponto de vista das credenciais educacionais que devem reunir para conseguirem se inserir no mercado de trabalho.

DESEMPREGO: EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO

Conforme Ramos (2009), a Taxa de Desemprego (TD)⁴ é o indicador mais utilizado para a avaliação do desempenho do mercado de trabalho. Há o entendimento de que, quando tal indicador encontra-se em patamares baixos, o mercado de trabalho permanecenuma conjuntura favorável. O contrário ocorre quando o indicador passa para níveis mais elevados. Não obstante, ainda segundo Ramos (2009 p. 16),

[...] esse diagnóstico, mesmo que na maioria das vezes razoavelmente correto, pode eventualmente gerar equívocos, na medida em que a taxa de desemprego é um indicador sintético resultante de movimentos nem sempre em direções análogas às da oferta (PEA, taxa de participação) e da demanda por trabalho (nível da ocupação, geração líquida de postos de trabalho).

A taxa de desemprego indica a parcela de pessoas da PEA que se encontram desocupadas⁵. É calculada, em termos percentuais, a partir da participação desses indivíduos no total da PEA. Também pode ser aferida pela diferença entre a PEA (100% ou 1) e a taxa de ocupação.

Feita essa ponderação, pode-se dizer, com base nas assertivas de Medeiros Junior e Souza (2016), que, entre os anos de 2005 e 2015, o mercado de trabalho da RMS, assim como o brasileiro, demonstrou duas trajetórias completamente distintas no que tange ao comportamento da TD. Como bem

3 O toyotismo nasceu no Japão do pós-guerra como sistema flexível de produção industrial caracterizado pela minimização dos estoques (*just in time*) em contraposição ao modelo fordista de produção. Difundiu-se mundialmente a partir dos anos 1970.

4 Também pode ser chamada de taxa de desocupação.

5 Segundo a PNAD/IBGE, desocupadas são "as pessoas sem trabalho nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência" (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO, 2017, p. 3).

Embora o desemprego tenha sido maior em 2005 em relação a 2015, naquele primeiro ano, havia uma clara tendência de avanços econômicos com queda da taxa de desocupação

revelam os autores, o quadro de elevação do desemprego na RMS cessou em 2004 e teve início, a partir de então, um movimento de baixa da TD que perdurou até o ano de 2011, não sendo abalado, portanto, nem mesmo pela grave crise financeira que se abateu sobre a economia mundial e que trouxe, por conseguinte, alguns efeitos colaterais para a economia nacional.

Ter a percepção desse movimento é fundamental para comparar a realidade do desemprego que prevaleceu nos anos de 2005 e 2015. Constatou-se que a TD medida para esse último ano (15,8%) situou-se num patamar inferior ao que foi registrado em meados dos anos 2000 (17,5%) (Tabela 13). Entretanto, há de se ressaltar que as conjunturas econômicas vigentes nos anos aqui analisados foram de natureza completamente distinta. Embora o desemprego tenha sido maior em 2005 em relação a 2015, naquele primeiro ano, havia uma clara tendência de avanços econômicos com queda da taxa de desocupação (SIQUEIRA; SOUZA, 2014). Diferentemente, em 2015, observou-se uma retração da economia brasileira com clara tendência de crescimento do desemprego.

Ainda se comparando os anos de 2005 e 2015, vale pontuar que a variação da TD atingiu homens e mulheres de maneira semelhante, embora, para estas últimas, tenha havido uma queda mais pronunciada desse indicador. Isso porque, para elas, a TD cedeu de 22,4% para 19,2% (variação de 3,2 p.p.), enquanto que, para eles, essa variação foi menos destacada, na ordem de 0,6 p.p., posto que saiu do nível de 13,1% para 12,5%. Em função dessa movimentação, arrefeceu-se a assimetria existente entre os indivíduos dos dois sexos nesse particular, haja vista que a diferença das respectivas TD que, em 2005, era da ordem de 9,3 p.p., passou a ser de 6,7 p.p. em 2015.

É digno de nota mencionar o fato de que esse movimento de descenso da TD medida na RMS, no período de tempo em foco, prevaleceu apenas para aqueles trabalhadores que residem nas áreas urbanas dessa região, uma vez que cedeu de 17,6% para 15,8%. Os trabalhadores que residem nas áreas rurais da RMS não desfrutaram, por seu turno, desse contexto mais favorável do mercado de trabalho metropolitano. Para eles, o que ocorreu foi uma elevação da TD, do patamar de 16,1% para 18,9%. Em que pese esse aumento, deve-se levar em conta que o peso da PIA residente em áreas rurais na RMS é extremamente diminuto, conforme já assinalado no âmbito deste estudo.

Quando se observa o comportamento do desemprego, levando-se em conta a idade dos desempregados, é possível perceber que a queda da taxa de desocupação não atingiu indiscriminadamente todos os trabalhadores. Os que

Tabela 13

TD segundo o sexo e a situação de domicílio – RMS – 2005/2015

Sexo e situação de domicílio	2005	2015
Total	17,5	15,8
Homens	13,1	12,5
Mulheres	22,4	19,2
Urbano	17,6	15,8
Rural	16,1	18,9

Fonte: IBGE/PNAD.

Elaboração própria.

Tabela 14

TD segundo os grupos etários – RMS – 2005/2015

Grupos etários	2005	2015
Total	17,5	15,8
10 a 14 anos	24,0	44,4
15 a 24 anos	32,2	35,1
25 a 39 anos	15,4	14,7
40 a 59 anos	8,9	9,0
60 anos ou mais	6,7	6,4

Fonte: IBGE/PNAD.

Elaboração própria.

efetivamente se beneficiaram desse movimento foram tão somente os indivíduos com idades entre 25 e 39 anos (que conviviam com uma TD da ordem de 15,4% em 2005, e passaram a registrar uma taxa de cerca de 14,7% em 2015) e aqueles mais envelhecidos, com idades iguais ou superiores a 60 anos (para esse grupo, a taxa cedeu de 6,7% para 6,4% no período em foco) (Tabela 14).

Contraopondo-se a essa realidade benfazeja, encontram-se os indivíduos que integram os demais grupos etários. Sem dúvida, o destaque mais negativo nesse aspecto ficou a cargo exatamente dos indivíduos mais jovens, com idades entre 10 e 14 anos. Isso porque, para eles, a TD no período em questão elevou-se absurdamente, saltando do patamar de 24,0% para 44,4%, o que correspondeu a uma variação de 20,4 p.p.. Movimento semelhante, porém bem menos intenso, foi contabilizado para o grupo de trabalhadores inclusos na faixa etária de 15 a 24 anos. Para estes, tal indicador subiu da casa de 32,2% para 35,1%.

Tabela 15
TD segundo os grupos de anos de estudo – RMS – 2005/2015

Grupos de anos de estudo	2005	2015
Total	17,5	15,8
Sem instrução e menos de 1 ano	16,5	12,7
1 a 3 anos	12,7	10,5
4 a 7 anos	18,6	16,1
8 a 10 anos	23,1	22,1
11 a 14 anos	17,2	16,3
15 anos ou mais	7,4	8,1

Fonte: IBGE/PNAD.
 Elaboração própria.

O desenho desse quadro revela o tamanho da dificuldade que os jovens da RMS encontram para se engajar no mercado de trabalho e exercer alguma atividade produtiva, que lhes permita auferir algum rendimento. Isso para que possam fazer frente a certos gastos que garantam sua subsistência, bem como, em muitas situações, a dos integrantes de suas respectivas famílias. Com efeito, o enfrentamento dessa realidade tão adversa não é, em absoluto, uma exclusividade dos jovens que residem na aludida região, sendo, ao invés disso, um grave problema social que atinge, de maneira generalizada, a juventude no Brasil.

Ao se avaliar o comportamento da TD segundo a escolaridade dos desempregados (Tabela 15), observa-se o fato de a referida taxa ter se arrefecido para praticamente todos os indivíduos com as mais variadas credenciais educacionais. O único grupo que não se beneficiou desse movimento de contração da TD foi precisamente o formado pelos indivíduos que reúnem as maiores credenciais, ou seja, composto pelos desempregados com 15 anos ou mais de estudo, que passaram a conviver com uma TD de 8,1% em 2015, ao passo que contabilizavam uma TD que se situava no patamar de 7,4% em 2005.

OS INATIVOS

Quando o foco da análise deixa de ser os indivíduos que frequentam as fronteiras do mercado de trabalho, seja na condição de ocupados ou de

desocupados, e passa a ser aqueles que não pressionam tal mercado, ou seja, os inativos, é importante dizer que, no período em questão, a Taxa de Inatividade (TI) esboçou um comportamento discreto de elevação, saindo do patamar de 34,2% para 35,5% (Tabela 16).

Esse fenômeno de ampliação moderada da inatividade atingiu de modo muito semelhante indivíduos de ambos os sexos. No caso dos homens, a TI pulou de 26,7% para 28,4%. Já entre as mulheres esse indicador saiu de 40,9% para 41,4%. Destaca-se também que a inatividade registrou um movimento de expansão nas áreas urbana e rural. Não obstante, nesta última, a TI dilatou-se com maior intensidade, posto que se situava no patamar de 35,4% e atingiu 40,3%, o que corresponde a uma variação de 4,9p.p.. Na área urbana, a referida taxa cresceu de maneira menos veemente, haja vista que era de 34,2% e passou a ser de 35,4%, o equivalente a uma variação de 1,2 p.p. (Tabela 16).

Cabe mencionar que esse incremento positivo da TI valeu para os indivíduos de quase todos os grupos etários, exceto para os indivíduos com idades entre 25 e 39 anos (para esses, a TI arrefeceu de 14,0% para 13,0%) e entre 40 e 59 anos (estes experimentaram uma queda da TI de 23,2% para 20,7%) (Tabela 17).

Entre aqueles que conviveram com a expansão da inatividade, dois grupos se destacaram: primeiro, com indivíduos de 15 a 24 anos, cuja TI pulou de 33,2% para 39,5% (variação de 6,3 p.p.); e o segundo, reunindo indivíduos

Tabela 16
TI segundo o sexo e a situação de domicílio – RMS – 2005/2015

Sexo e situação de domicílio	2005	2015
Total	34,2	35,5
Homens	26,7	28,4
Mulheres	40,9	41,4
Urbano	34,2	35,4
Rural	35,4	40,3

Fonte: IBGE/PNAD.
Elaboração própria.

Tabela 17
TI segundo os grupos etários – RMS – 2005/2015

Grupos etários	2005	2015
Total	34,2	35,5
10 a 14 anos	92,0	96,8
15 a 24 anos	33,2	39,5
25 a 39 anos	14,0	13,0
40 a 59 anos	23,2	20,7
60 anos ou mais	75,2	76,2

Fonte: IBGE/PNAD.
Elaboração própria.

Tabela 18
TI segundo os grupos de anos de estudo – RMS – 2005/2015

Grupos de anos de estudo	2005	2015
Total	34,2	35,5
Sem instrução e menos de 1 ano	53,8	61,3
1 a 3 anos	53,5	68,3
4 a 7 anos	44,8	50,6
8 a 10 anos	30,4	36,5
11 a 14 anos	18,5	21,2
15 anos ou mais	14,9	18,3

Fonte: IBGE/PNAD.
Elaboração própria.

com idades entre 10 e 14 anos. Para estes, a TI cresceu de 92,0% para 96,8% (Tabela 17). Muito provavelmente esta última ocorrência esteve associada ao conjunto de políticas públicas implementadas pelo governo federal ao longo dos últimos anos, que, entre outras coisas, privilegiou a proteção de crianças e adolescentes.

Analisando-se a evolução da TI segundo os grupos de anos de estudo, verificou-se a elevação desse indicador indistintamente para todos os indivíduos com as mais diferentes credenciais educacionais (Tabela 18). O movimento de maior destaque nesse aspecto foi verificado precisamente para os inativos com 1 a 3 anos de estudos. Isso porque a TI destes subiu impressionantes 14,8 p.p., saindo de 53,5%, em 2005, para 68,3%, em 2015.

Da mesma forma, os indivíduos mais escolarizados (11 a 14 anos e 15 anos ou mais de estudo) experimentaram movimentos semelhantes nas suas respectivas TI, embora em menor proporção. Com efeito, a TI dos integrantes do primeiro grupo cresceu de 18,5% para 21,2%. Já a taxa dos pertencentes ao segundo grupo passou de 14,9% para 18,3%.

Esses dados sugerem a existência de um mercado de trabalho mais reticente em absorver mão de obra de uma forma geral, tanto de indivíduos na condição de ocupados quanto na condição de desocupados. De acordo com esse quadro, certamente as repercussões foram de toda ordem para os residentes da RMS e, por consequência, para suas famílias. Por não estarem engajados no referido mercado, os inativos não conseguiram obter, por seus próprios meios, os recursos necessários para garantir a sua reprodução material. Assim, precisaram contar com a solidariedade de outros indivíduos integrantes da família e que auferiram algum tipo de rendimento (seja pela via do trabalho e/ou por outras vias) para sobreviver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados para os anos de 2005 e 2015 permite a identificação de cinco tendências do mercado de trabalho da RMS: 1) incremento do grau de escolaridade da oferta de trabalho; 2) maior participação feminina; 3) maior participação dos trabalhadores mais experientes; 4) postergação do ingresso no mercado de trabalho por parte dos mais jovens; e 5) dificuldade de inserção dos jovens que desejam trabalhar. Essas tendências observadas no mercado de trabalho da Grande Salvador não são exclusivas deste e nem recentes, fazem parte da paisagem do mercado de trabalho nacional e já são identificadas há bastante tempo.

Com efeito, a elevação das credenciais educacionais vem-se tornando cada vez mais uma condição *sinequa non* para os trabalhadores de uma forma geral. Isso porque representa para estes, em algumas ocasiões, uma oportunidade de elevação da renda a ser auferida; em outras, a manutenção da renda que se ganha em meio à acirrada concorrência entre os ofertantes numa conjuntura de elevação do desemprego; ou ainda, um meio de obtenção de condições de alcance de um posto de trabalho para o qual sejam demandadas habilidades específicas. No caso da RMS, esta tendência já houvera sido verificada nos anos 1990 e foi ratificada no início deste século.

O aumento da inserção feminina no mercado foi outra tendência que se manteve desde a década final do século passado, reduzindo o hiato existente nos indicadores acerca da participação de mulheres e homens no mercado de trabalho. Entretanto, há ainda que se considerar a forma como o incremento desta participação ocorre, já que, historicamente, ainda são observadas discrepâncias de rendimento entre os gêneros e uma menor participação das mulheres nos estratos hierárquicos mais elevados das instituições.

Em relação à oferta de trabalho de acordo com a faixa etária dos trabalhadores, há uma clara tendência à elevação da participação dos indivíduos de idade mais avançada, detentores de maior experiência. Certamente, a melhoria das condições de sobrevivência proporcionada pelos avanços científicos na área da saúde, permite uma maior longevidade e contribui para tal fenômeno, demonstrado pelos dados do mercado de trabalho da RMS.

Por sua vez, os mais jovens metropolitanos mostraram-se, nos anos analisados, menos dispostos a entrar no mercado laboral. Na origem de tal fato certamente atuam as políticas de incentivo à elevação do grau de escolaridade, bem como uma maior taxa de desocupação observada entre eles. Possivelmente um jovem que esteja avaliando a possibilidade de se inserir no mercado, ao ver seus pares em idade desempregados, opte por postergar sua entrada na PEA e se mantenha, conseqüentemente, na PIA.

Embora a taxa de desemprego do final de 2015 tenha sido menor que a de 2005, seria precipitado ler nesses dados uma tendência de queda, visto que a taxa de ocupação e a taxa de desemprego são indicadores fortemente influenciados pela dinâmica conjuntural da economia. Como exposto anteriormente, observou-se a partir de 2015 uma tendência de retração econômica que, até o presente momento, ainda não foi superada, o que impede expectativas de redução do desemprego.

Por fim, a Grande Salvador ainda se colocava, ao final de 2015, na preocupante posição de líder do desemprego entre as RM brasileiras. Este fato permite inferir que uma das mais indesejadas características sociais, o trabalho precário, mantém-se, de forma abrangente, no mercado de trabalho da RMS.

REFERÊNCIAS

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. *Base de dados*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm>. Acesso em: 4 fev. 2017.

MEDEIROS JUNIOR, H. de; SOUZA, L. N. de. A decomposição da taxa de desocupação da Grande Salvador em tempos de crise. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 190, p. 25-35, jan./jun. 2016.

RAMOS, Lauro. Desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: 1992-2005. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 406-420, 2009.

SIQUEIRA, L. M. L. C.; SOUZA, L. N. *Emprego formal metropolitano na primeira década do século XXI: o caso da Grande Salvador*. In: PESSOTI G.C.; WANDERLEY, L. A. (Org.). *Reflexões de Economistas Baianos 2014*. Salvador: CORECON-BA, 2014. v. 1, p. 163-211.

SUERDIECK, F. S. R. Características e tendências da oferta de mão-de-obra na Bahia nos anos 1990. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama Social da Bahia nos anos 1990*. Salvador: SEI, 2003. p. 25-44 (Série estudos e pesquisas, 59).



TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM PRAIA DO FORTE: ENTRE RESISTÊNCIAS E PERMANÊNCIAS

Márcia Couto Mello

Doutora e mestre em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs) e professora convidada no Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFBA. mellomarcia@uol.com.br

Ano Almeida

Doutora em Saúde Pública e mestre em Ciências Sociais, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora adjunta do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs). aalmeida@gmail.com

Ariadne Moraes

Doutora e mestre em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora adjunta do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. ariadnemoraes@gmail.com

Joanna Milanez

Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano e graduada em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Salvador (Unifacs). joanna.milanez@gmail.com

ESTE ARTIGO propõe discutir o processo de desenvolvimento e as transformações ocorridas no micro-território da Vila de Pescadores da Praia do Forte, a partir das dimensões antropológica, socioeconômica, ambiental e urbana. Para tal foram feitas visitas sucessivas ao local, com coleta de dados através da observação sistematizada e de entrevistas com lideranças locais.



Localizada no município de Mata de São João, Litoral Norte do estado da Bahia, a Vila de Pescadores da Praia do Forte está inserida em expressivas redes internacionais de turismo, sendo atualmente um dos destinos mais procurados na costa litorânea brasileira. A região possui consideráveis atrativos naturais e uma exuberante beleza paisagística caracterizada por praias, rios, reservas ambientais e um sítio histórico secular.

A partir de influências resultantes de transformações na dinâmica territorial do município, ocorridas nos últimos 40 anos, a Praia do Forte sofreu alterações significativas em sua estrutura espacial, social e econômica. Os impactos gerados pela forte especulação imobiliária e a propagação da indústria hoteleira, além de uma política de investimentos orientada por trânsitos de capital dirigidos para atividades mercadológicas específicas e elitizadas (comércios e serviços), interferiram e modificaram profundamente a paisagem local, provocaram desequilíbrios no ecossistema e geraram mudança nos modos de vida naquele território.

Como consequência desses novos fluxos, as fronteiras da economia local foram expandidas para mercados globais, e esse frágil território passou a ter contato com os mais diversos grupos de indivíduos, de diferentes nacionalidades e práticas de consumo típicas dos emergentes contextos contemporâneos. Esse cenário em transição, plasmado por sucessivas intervenções de grupos hegemônicos, é permeado por uma dimensão macroeconômica que desconsidera a realidade local, ignorando as dinâmicas preexistentes de microeconomia e subsistência extrativista praticadas pelos moradores da região.

A PRAIA DO FORTE E OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO E RESISTÊNCIA

Situada a cerca de 80 km do centro da cidade de Salvador, a Praia do Forte, no município de Mata de São João, compõe, junto com outras localidades, a Região Metropolitana de Salvador (RMS), conforme a Figura 1.

Devido às transformações ocorridas no local – ainda que o seu processo histórico de urbanização e ocupação esteja inevitavelmente associado ao próprio crescimento e ao consequente transbordamento da RMS –, que rompem com tradições e criam novos modos de vida, até hoje a Praia do Forte mantém uma estreita relação com a dinâmica dos modos tradicionais de viver e interagir com aquele espaço.

As primeiras modificações percebidas na paisagem do lugar, decorrentes das diversas formas de uso e ocupação, remontam à segunda metade do

Figura 1
Municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS)



Fonte: Impressão Digital.126 (2017).

Figura 2
Ruínas do Castelo Garcia D'Ávila (1990)



Fonte: Arquivo pessoal Adriano Paiva.

século XVI. Pode-se dizer, portanto, que o início da ocupação daquela região se confunde com a própria história da colonização brasileira (FARIA, 2013).

Segundo Tavares (2011), Garcia D'Ávila, primeiro português a estabelecer moradia na região e precursor da criação de gado no Brasil, possuía uma larga extensão territorial que incluía a costa de Tatuapara (atual Praia do Forte), onde foi construída, entre 1552 e 1609, a fortaleza denominada Casa da Torre, também conhecida como Castelo Garcia D'Ávila (Figura 2). Hoje, em ruínas, o reconhecido monumento arquitetônico é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Não sendo possível confirmar uma data, acredita-se que a formação do vilarejo Tatuapara ocorreu em torno do Castelo Garcia D'Ávila. Inicialmente, o micro-território que corresponde à atual Vila de Pescadores da Praia do Forte fazia parte de uma fazenda de cocos, terras que foram adquiridas, na década de 1970, por Klaus Peters, um empresário brasileiro descendente de alemães.

Ao reconhecer o potencial da Praia do Forte, por conta das exuberantes características naturais, das riquezas de fauna e flora e de sua historicidade, Peters transformou a área em um polo turístico, adotando a sustentabilidade como propaganda – um pensamento visionário, que permitia explorar o turismo ecológico e cultural de forma inovadora no Brasil. A médio e a

longo prazo, “investiu grande soma de recursos financeiros num amplo empreendimento turístico-hoteleiro e imobiliário”, visando atingir os mercados nacional e internacional (SANTOS, 2011).

Ao adquirir a fazenda de cocos denominada Praia do Forte, uma das primeiras medidas tomadas por Klaus Peters foi a doação da singela Vila de Pescadores à municipalidade. Em paralelo, ele impôs uma série de condicionantes para nortear o crescimento e o desenvolvimento daquele microterritório, que desconsideravam as diretrizes legais do município de Mata de São de João e criavam regras específicas para serem aplicadas na área da Praia do Forte.

No final da década de 1970, Peters convidou o renomado arquiteto paulista Wilson Reis Netto para conceber um planejamento territorial urbano específico, que contemplasse o megaempreendimento imobiliário e turístico-hoteleiro que ele, em parceria com outros sócios, iria implantar, ao adquirir uma maior quantidade de terras entre aquela zona costeira e a linha da rodovia BA-099. Conforme Gomes Sobrinho (1998 apud SANTOS, 2011, p. 3-4),

“Coube então ao arquiteto criar um amplo planejamento territorial denominado *Master Plan*, que contempla aspectos ambientais e urbanísticos, visando intervir tanto na área de maior concentração residencial, ou seja, no núcleo central e arredores, bem como nos demais espaços que compõem a fazenda Praia do Forte.

O *Master Plan* teve como principal objetivo ordenar o território da fazenda Praia do Forte para a implantação de hotéis, *resorts*, pousadas, grandes condomínios, residências e demais equipamentos turísticos.

[...] Para gerenciar o *Master Plan* foi criado por Klaus Peters em 1981 a Fundação Garcia D’Ávila “[...] com o objetivo de administrar a área, executar os projetos e os empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários, tornando-se o principal agente transformador deste espaço”.

Surgia, desde então, uma reconfiguração territorial estratégica para a Praia do Forte, onde a Vila de Pescadores aparece destacada como uma ocupação urbana (Figura 3).

Condomínios privados e grandes complexos hoteleiros no entorno da vila limitava e continha sua ocupação, como se pode inferir a partir da observação

do *Master Plan*. Tanto ao norte quanto ao sul do vilarejo, grande parte das terras foi reservada “[...] principalmente para a instalação de *resorts* e grandes hotéis, assim como para a implantação de uma ampla estrutura de lazer e entretenimento”. Essa observação foi ratificada pela delaracão de um corretor da Landco Empreendimentos Imobiliários Ltda. (de propriedade de Klaus Peters), esclarecendo que o objetivo da ocupação do entorno da vila com condomínios residenciais seria uma estratégia de controle do uso e ocupação do solo, visando à contenção da ocupação desordenada, bem como à manutenção das características originais da Vila de Pescadores (SANTOS, 2011, p. 5).

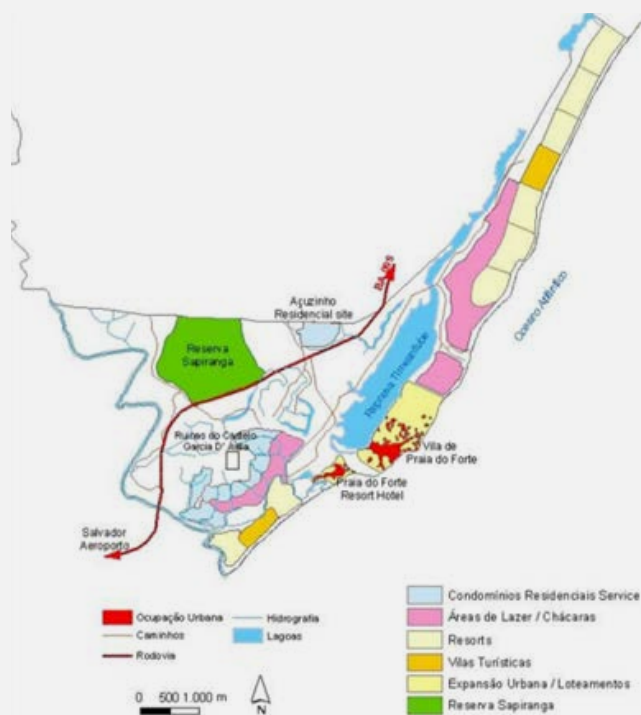
As ações estrategicamente articuladas deram início a um processo de gentrificação, que se intensificou a partir dos anos de 1990, momento

em que aquela faixa litorânea se interligava à Salvador pela ampliação da Rodovia BA-099 (Linha Verde), desencadeando a especulação imobiliária na região, propiciando a instalação de grandes empreendimentos hoteleiros e residenciais. Em paralelo, foi criada a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia (BRASIL, 1992) com o aparente objetivo de resguardar seu patrimônio cultural e ambiental (FARIA; ALVA; CARVALHO, 2014).

A supervalorização imobiliária na Praia do Forte aconteceu de forma surpreendentemente rápida e fez com que alguns dos antigos moradores cedessem às pressões do capital ao locar parte das suas residências para gerar fonte de renda alternativa. Entretanto, uma parcela da população ainda resiste, na tentativa de escapar ao domínio de poderes hegemônicos.

Conforme Silva, Mello e Faria (2013a), é perceptível a tipologia característica dessas residências, embora parte delas tenha sido adaptada para o comércio de alto padrão (Figura 4).

Figura 3
Configuração territorial da Praia do Forte



Fonte: Santos (2011) – URPLAN – 1992-94.

Figura 4
Táticas de resistência – coexistência entre os moradores locais e os usos comerciais



Fonte: Fotografia do autor Ariadne Moraes (2013).

Figura 5
Ruas paralelas ao centro da Vila de Pescadores



Fonte: Fotografia do autor Ariadne Moraes (2013).

Subsistem no mesmo imóvel a moradia, o comércio elitista de marcas internacionais e o negócio informal, representado pela venda de lanches, doces, bebidas ou comida caseira a preços mais acessíveis.

Observa-se que, naquele espaço da vila, algumas pessoas ainda vivem do incremento da produção do artesanato local, também comercializado na informalidade, ou da exploração das bicicletas adaptadas com assentos traseiros que funcionam como veículo para transportar os turistas, além daquelas que servem de mão de obra nas pousadas e restaurantes locais (SILVA; MELLO; FARIA, 2013b).

Entretanto, com o processo de adensamento, boa parte dos habitantes locais foi expulsa para os becos e ruas paralelas ao núcleo principal da vila (Figura 5), e é exatamente nesses territórios onde acontece a vida cotidiana mais desvinculada do cenário turístico, com a presença de *campings*, *barbearias*, pequenos comércios e vendas locais. A ambiência é conformada por construções mais simples, diferentes dos padrões recorrentes das novas pousadas, *villages* e condomínios residenciais de luxo que emergem a uma velocidade assustadora.

Sem alusões ao passado e à memória coletiva, Praia do Forte virou *business*. A vila, que já foi dos pescadores e do povoado local, hoje assemelha-se a um *showroom* de *grifes* (Figura 6), com algum vestígio de resistência e tradição (SILVA; MELLO; FARIA, 2013a).

É nesse contexto fundiário seletivo, monopolizado e segregado que as desigualdades e os conflitos nos usos e apropriações do solo começam a se evidenciar. No entanto, apesar da forte tendência à padronização cultural e à espetacularização excludente, ainda é possível verificar uma lógica de coexistências a partir de alguns costumes mantidos pelos moradores locais. A preservação de certas práticas de artesanato e ritos carnavalescos revela a potência de uma micropolítica do cotidiano fundamental para o processo de sobrevivência, além de uma reminiscência de resistência criativa, costumes e expressividade popular (SILVA;MELLO; FARIA, 2013b).

Figura 6
Comércio e serviços no centro da Vila de Pescadores



Fonte: Fotografia do autor Ariadne Moraes (2013).

No que diz respeito à pesca, Santos (2013, p. 282-3) observou na Praia do Forte “uma mudança cultural pela inserção de novos valores”, a partir da “não reprodução social dos filhos dos pescadores artesanais, visto que a maioria destes não desejava mais seguir a profissão dos pais, passando a trabalhar como assalariados”.

Constatou-se, em 2013, que não havia demanda do comércio de bares e restaurantes da vila para a produção local de pescado. Segundo informantes-chave¹, apenas um restaurante era abastecido de frutos do mar fornecidos por pescadores da região, enquanto os demais compravam o peixe congelado de outras localidades. A partir da análise de dados coletados *in loco*, em 2017, detectou-se uma mudança nesse padrão, em que diversos pontos comerciais utilizavam como matéria-prima os pescados oriundos da região.

Entretanto, observa-se que a cooperativa de pescadores da Praia do Forte, que já foi bem mais articulada e atuante, hoje passa por dificuldades. Embora conte com dezenas de embarcações, a carência de uma estrutura de apoio que permita guardar o material de pesca e fazer a limpeza do pescado é uma demanda antiga. O imóvel que abriga a Colônia Z-38, situado ao lado da Capela de São Francisco de Assis (ponto focal da vila), tem notificação para demolição expedida pela 7ª Vara da Justiça Federal, através de uma ação reivindicatória ajuizada pela União, sob o argumento de que aquela construção se encontra em Área da Marinha (PESCADORES..., 2011).

1 Foram feitas entrevistas *in loco*, porém, os entrevistados pediram que não fossem identificados por questões políticas. Seguindo as normas do Conselho Nacional de Ética e Pesquisa (CONEP), foram considerados informantes-chave (não identificados no texto) os indivíduos que se destacam na comunidade e/ou que representam associações locais.

Além da desvalorização social, a pesca artesanal e a coleta de mariscos, embora representem uma alternativa importante, vêm sendo paulatinamente substituídas por profissões consideradas mais promissoras no mercado de trabalho, tais como pintor, pedreiro, encanador, dentre outras

Após sete anos, essas medidas judiciais não foram executadas e, embora pareçam temporariamente esquecidas, fazem os pescadores se sentirem ameaçados e discriminados, já que, segundo eles, outros empreendimentos entre hotéis, pousadas e conjunto de apartamentos implantados na mesma faixa de proteção não foram notificados. Silva, Mello e Faria (2013a) questionam se não seriam as colônias de pescadores células organizativas do pescado artesanal, um patrimônio cultural e imaterial de relevância no contexto do nosso litoral.

Na visão de Almeida e Kan (2016), a pesca e a coleta de mariscos são atividades extrativistas que, oriundas de épocas primordiais, foram e são essenciais para inúmeros grupos sociais. A despeito das singularidades, essas atividades transcenderam a cultura e atravessaram o espaço-tempo, chegando à contemporaneidade como um saber praticamente intocado.

Ainda que não se tenha consenso sobre o termo pesca artesanal, é natural defini-la como oposição à pesca de larga escala, caracterizada pelo uso de tecnologias avançadas e maciços investimentos de capital. Paralelamente, a pesca artesanal é reconhecida como atividade de pouca produtividade e baixo rendimento, não obstante demonstre dinamismo e resiliência quanto às mudanças ambientais (SILVA, 2014). Soma-se a isto o valor da pesca artesanal como importante estratégia para a conservação dos recursos pesqueiros e como indicador de qualidade ambiental (CATELLA et al., 2012).

Além da desvalorização social, a pesca artesanal e a coleta de mariscos, embora representem uma alternativa importante, vêm sendo paulatinamente substituídas por profissões consideradas mais promissoras no mercado de trabalho, tais como pintor, pedreiro, encanador, dentre outras.

A organização do trabalho nas atividades de pesca e coleta de mariscos sofre inadequação devido aos modos de produção capitalista e suas relações de produção. O conjunto dessas atividades é definido pelos saberes e práticas acerca dos locais apropriados para mariscagem e pesca; o conhecimento e manuseio das ferramentas de trabalho; a capacidade de decodificação de sinais de previsão do tempo; a classificação dos mariscos e formas de manuseio, além da estrutura social, relações de vizinhança e noção de tempo e espaço próprios, preponderantes nesse modo de vida.

Outra condição que contribui para a progressiva desvalorização do conhecimento tradicional apoiado na experiência, isto é, no senso comum, é que essa forma de saber padece de legitimação social, em contraponto ao conhecimento técnico-científico que regula e fundamenta as ações, os programas e as políticas públicas (FISCHER, 2000; ALMEIDA; MACHADO; SIQUEIRA, 2009).

Embora alguns sujeitos ou grupo de sujeitos continuem a orientar suas vidas pelas tradições locais, repelindo os padrões capitalistas, os modelos de inclusão disseminam a adoção de modos de vida urbana contemporânea, respaldados no consumo de bens, serviços, ideias, valores ou comportamentos. Estes modelos hegemônicos, ao subjetivarem a ideia de inclusão, instauram veladamente um conflito entre a contemporaneidade tecnológica e a tradição do fazer artesanal, perdida em tempos imemoriais.

As gerações jovens, mais vulneráveis a esse apelo, tendem a desprezar as tradições, por vezes estigmatizadas como atraso e ignorância. Soma-se ainda o fato de que essas atividades, a pesca e a mariscagem, estão associadas, no Brasil, às etnias historicamente desvalorizadas e oprimidas, como índios e negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de transformação territorial ocorrido na Praia do Forte demonstra nitidamente a criação de um mecanismo de controle do uso do solo, pelo empreendedor Klaus Peters, como estratégia de contenção da expansão físico-territorial da vila original, de forma a não comprometer o projeto imobiliário pensado para a localidade, com a possível desvalorização da terra.

Em contrapartida, os habitantes locais frustraram parcialmente essa tática, recorrendo a um processo de verticalização dos pequenos imóveis, dando lugar a uma paisagem urbana adensada também pela ocupação dos poucos espaços vazios, com feição semelhante àquela encontrada nos assentamentos espontâneos dos grandes centros urbanos.

Outra forma de resistência de alguns desses padrões tradicionais é a cultura da pesca artesanal – constantemente ameaçada pela inserção de outros modos de vida capitalista – que, junto a outras manifestações culturais, se encontra nos interstícios do tecido social, contribuindo para a manutenção da identidade coletiva, severamente ameaçada pelas transformações ocorridas na Praia do Forte nos últimos 40 anos.

Vale lembrar que essas mudanças na paisagem suscitaram e ainda suscitam profundos impactos no cotidiano da antiga Vila de Pescadores, descaracterizando completamente o modo de vida tradicional daquela comunidade. O processo de aculturação levou à adaptação e à extinção de alguns costumes, valores e tradições, bem como à adoção de novas formas de viver.

Em uma sociedade cuja igualdade parece subjetivada pela pasteurização e a homogeneização de comportamentos, valores, expressões e hábitos, parece quase impossível manter-se a diferença.

Segundo Bauman (2001, p. 33), “o capitalismo moderno, na expressão de Marx e Engels, ‘derrete todos os sólidos’. As comunidades auto-sustentadas e auto-reprodutivas figuravam em lugar de destaque no rol de sólidos a serem liquefeitos”. Essa pressão exercida, sobretudo nos mais jovens, é, nas comunidades tradicionais, sorrateira, subliminar e representa um risco subjacente ao frágil equilíbrio de certos grupos sociais, que podem ser comparados aos sistemas ecológicos quando ruem ante a ação antrópica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana; KAN, Lin. Vulnerabilidade socioambiental de pescadores e marisqueiras em S. Francisco do Conde/BA. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis, GO, v. 5, n. 2, p. 29-46, 2016. Edição Especial.
- ALMEIDA, Ana; MACHADO, Eduardo; SIQUEIRA, Eduardo. Melhor isso do que nada! Participação e responsabilização na gestão dos riscos do Polo Petroquímico de Camaçari (BA). *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2153-2162, 2009.
- BAHIA. Decreto nº 1.046, de 17 de março de 1992. Cria a área de proteção ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <<https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/83859/decreto-1046-92>>. Acesso em: 27 set. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CATTELA, Agostinho et al. *Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal*. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2012. 3 p. (ADM n. 152).
- FARIA, Gabriella. *Natureza, apropriação e resistência: contradições na dinâmica de ocupação territorial da zona litorânea de Mata de São João*. 2013. 216 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social)-Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2013.
- FARIA, Gabriella; ALVA, Juan; CARVALHO, Silvana. Ocupação territorial e impactos ambientais em Mata de São João; efeitos da metropolização turística no Litoral Norte de Salvador. In: Carvalho, Inaiá Maria Moreira de et al. *Metrópoles na atualidade brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- FISCHER, Frank. *Citizens, experts and the environment: the politics of local knowledge*. London: Duke University Press, 2000.
- PESCADORES de Praia do Forte recebem ordem para deixar colônia. *A Tarde*, Salvador, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1274547-pescadores-de-praia-do-forte-recebem-ordem-para-deixar-colonia>>. Acesso em: 28 set. 18.

SANTOS, Telma. Urbanização turística e a produção do espaço nos centros do lazer: um estudo sobre Praia do Forte – Bahia. *Revista Geográfica de América Central*, Costa Rica, v. 2, n. 47(E), p. 1-15, 2º semestre, 2011. Especial EGAL.

_____. *Turismo e urbanização em espaços litorâneos*: um olhar sobre Praia do Forte – Bahia. Feira de Santana: UEFES, 2013.

SILVA, Ariadne; MELLO, Márcia; FARIA, Gabriella. Natureza, patrimonialização e cenarização: o caso da Vila de Pescadores da Praia do Forte. In: ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA 4., 2013, Salvador. *[Anais...]* Salvador: EDUFBA, 2013a.

_____. Commodified Paradise: the territorial dynamics of Bahia's north shore controlled by the real estate market. In: RC-43 2013 – AT HOME IN THE HOUSE MARKET (2013). *[Anais...]* Amsterdam: Universiteit van Amsterdam, Netherlands, 2013b.

SILVA, Adriano. Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas, TO: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

TAVARES, Luis. *História da Bahia*. 10. ed. Salvador: EDUFBA; UNESP, 2011.

1. *Stress* is a response to external stimuli or internal stimuli. It is a state of mind that is characterized by a feeling of tension or strain. It is a state of mind that is characterized by a feeling of tension or strain. It is a state of mind that is characterized by a feeling of tension or strain.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THAT'S THE WAY TO LIVE!

CIDADANIA NA BAHIA: UMA VISÃO A PARTIR DO MAPEAMENTO DA OFERTA DE ALGUNS DOCUMENTOS CERTIFICADORES

Vaner José do Prado

Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano, pela Universidade Salvador (Unifacs) e mestre em Administração, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-graduação em Direito, Governança e Políticas Públicas da Unifacs. vaner.prado@unifacs.br

Laumar Neves de Souza

Doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs) e integrante do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb). laumar.souza@unifacs.br

Renato Barbosa Reis

Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa, pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) e pós-graduado em Geoprocessamento, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). renato.reis@unifacs.br

Carolina de Andrade Spinola

Doutora em Geografia, pela Universidade de Barcelona (UB) e mestre em Administração, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs). carolina.spinola@unifacs.br

A DESPEITO do grave quadro de instabilidade política e econômica que enfrenta, é possível afirmar que a sociedade brasileira, nas últimas quatro décadas, tem vivido avanços que revelam um padrão de desenvolvimento que não era possível de ser encontrado em outros momentos históricos.

Conquistas como a Constituição cidadã de 1988, a estabilidade monetária alcançada com o Plano Real, em 1994, e os avanços sociais mais recentes, promovidos por programas como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, entre outros, referendam esse ponto de vista. Em comum esses marcos trouxeram, direta ou indiretamente, a possibilidade de as camadas mais pobres exercerem a cidadania em um país com dimensões continentais e com um longo histórico de desigualdades.

¹ Trabalho produzido no âmbito das discussões realizadas no Grupo de Estudos de Economia Regional e Urbana (Gerurb), que reúne professores, pesquisadores e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU), da Universidade Salvador (Unifacs).



O objetivo deste estudo é mapear a oferta/emissão de alguns documentos certificadores (RCN, CI e CNH) para acesso à cidadania no estado da Bahia

Em que pesem os mencionados avanços, pode-se asseverar que a sociedade brasileira permanece desigual quando se trata da garantia da cidadania, tanto no que se refere ao seu acesso quanto ao seu desfrute. A dificuldade de acesso refere-se às barreiras enfrentadas por uma parcela significativa da população para adentrar os espaços da própria cidadania. Por sua vez, ainda que tais barreiras sejam superadas, há dificuldades para fazer valer esses direitos.

O reconhecimento da existência dessas lacunas na sociedade brasileira reforça a ideia de que, para ser cidadão, é preciso estar incluído e que a igualdade da cidadania é uma conquista de cada sociedade ou Estado-Nação. Essa inclusão ou acesso inicia-se pelo reconhecimento do indivíduo como cidadão, por intermédio de fichas simbólicas ou documentos certificadores elementares, instituídos pelo Estado como políticas públicas constitutivas.

Cabe afirmar que, no âmbito deste estudo, a denominação ‘documentos certificadores’ refere-se àqueles considerados elementares para a identificação do indivíduo como cidadão, ou seja, capazes de proporcionar acesso aos espaços da cidadania (MARSHALL, 1967), conferindo direitos civis, políticos e sociais (econômicos), como: Registro Civil de Nascimento (RCN), Registro Civil de Identificação (RG) ou Carteira de Identidade (CI), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Título Eleitoral, Cartão de Contribuinte Pessoa Física (CPF), Certificação Digital, Cartão de Saúde, Passaporte e outros. Esse conjunto de documentos representa as fichas simbólicas identificadas por Giddens (1991), que visam tornar o indivíduo reconhecido como cidadão perante o Estado e seus pares.

Com efeito, o acesso a tais documentos certificadores no Brasil é um problema de grande monta. Observa-se que entre 700 mil e 1 milhão de crianças deixam de ser registradas ao nascer, situação ocasionada por problemas diversos, como, falta de infraestrutura do Estado no que diz respeito à integração dos sistemas de cadastramento e registro, ou até mesmo desinformação ou desinteresse das famílias (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

Diante desse contexto, o objetivo deste estudo é mapear a oferta/emissão de alguns documentos certificadores (RCN, CI e CNH) para acesso à cidadania no estado da Bahia. De modo mais preciso, pretende-se identificar a cobertura e os vazios espaciais, quanto aos serviços de emissão de RCN, CI e CNH, no estado em foco.

A razão que justifica a escolha deste recorte espacial no âmbito deste estudo assenta-se nos desafios de sua dimensão territorial (564.831 km², o que

representa 6,6% do território brasileiro, dividido em 417 municípios, grande parte deles marcada por uma realidade socioeconômica bastante desfavorável) e populacional (congregava, em 2010, um contingente da ordem de 14.016.906 habitantes, ocupando a 4ª posição nacional nesse quesito), pontos significativos para o alcance dos serviços da administração pública.

Para dar conta de alcançar o propósito deste estudo foram feitas consultas aos bancos de dados do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) e do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) que forneceram informações referentes ao ano de 2016. Também foram colhidas informações disponibilizadas pelo Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), notadamente aquelas que revelam o tamanho da população residente em cada município baiano.

Do ponto de vista da sua estruturação, optou-se por organizar este artigo em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira investe-se no esclarecimento pormenorizado do que sejam documentos certificadores e como estes se relacionam com a promoção da cidadania. Na segunda parte envereda-se na identificação da presença ou não dos serviços que permitem o acesso aos referidos documentos, privilegiando-se uma análise espacial dos municípios que integram o estado da Bahia.

DOCUMENTOS CERTIFICADORES E SUA RELAÇÃO COM A PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Conforme já brevemente sinalizado, documentos certificadores é um termo utilizado para denominar um conjunto de documentos identificadores elementares, capazes de conferir qualidade ou condição de cidadão ao indivíduo. Para Weis (1999), a cidadania, em sua forma mais ampla, é formada por um conjunto de direitos humanos decorrentes de tratados sobre direitos globais (em sentido universalizante).

Seguindo essa leitura, Caltram (2010) inclui o RCN entre esses direitos humanos de caráter universalizante que envolvem diretamente o acesso e o desfrute da cidadania, como um poder-dever que garante um mínimo necessário e imprescindível à dignidade humana, sem o qual o indivíduo não pode estar inserido na sociedade em que vive, pois se trata de direito indivisível pertencente a titulares indetermináveis, a todos os indivíduos indistintamente. Portanto, o RCN está diretamente relacionado com a questão da cidadania, na medida em que assegura a garantia de identidade do cidadão e sua relação inicial com o Estado brasileiro.

Certificadores é
um termo utilizado
para denominar
um conjunto
de documentos
identificadores
elementares, capazes
de conferir qualidade
ou condição de
cidadão ao indivíduo

O RCN é o primeiro documento da pessoa natural, sem o qual é impossível acessar os demais documentos necessários ao indivíduo ao longo da vida

O RCN é o primeiro documento da pessoa natural, sem o qual é impossível acessar os demais documentos necessários ao indivíduo ao longo da vida. As informações com base no assento de nascimento são tão fundamentais que acompanham o indivíduo por toda a vida, diferenciando-o dos demais e atestando sua idade e relações de parentesco (CALTRAM, 2010).

Ademais, assinale-se também que, sem o registro, as pessoas não teriam acesso aos sistemas públicos de Saúde e Educação, seguridade social e direitos políticos como: votar e ser votado, exercer uma profissão com registro regular, ter acesso a crédito, abertura de conta corrente em bancos e programas sociais. De acordo com a argumentação de Kang, Santos e Doneda (2016), o RCN é um direito em si e também um garantidor de outros direitos. É a partir dele que se estruturam as diversas modalidades de documentos.

Outro documento certificador também fundamental para o acesso e o exercício da cidadania é a CI. Segundo o Instituto Nacional de Identificação - INI (2016), os primeiros documentos identificadores no país seguiam o modelo antropométrico criado em Paris, com nome, peso e cor das pessoas. Em 1903, no governo de Rodrigues Alves, foi instituído o método de identificação por datiloscopia, que usa como parâmetro as impressões digitais do indivíduo.

Ainda para o Instituto Nacional de Identificação - INI (2016), mais de um século depois, em 2009, pela Lei nº 12.037, de 1º de outubro, artigo 2º, ficou definido que a identificação civil poderia ser atestada por qualquer dos seguintes documentos: I – carteira de identidade; II – carteira de trabalho; III – carteira profissional; IV – passaporte; V – carteira de identificação funcional; VI – outro documento público que permita a identificação do indiciado.

Em 2012, o Ministério da Justiça passou a estabelecer o Registro de Identificação Civil (RIC) como uma nova forma de identificação que, gradativamente, irá substituir a CI. Regulamentado em 2010, com a publicação do Decreto nº 7166, o RIC deverá substituir os documentos de toda a população brasileira num período de dez anos. Este sistema de identificação, adquirido em 2004 pelo governo federal, custou US\$ 35 milhões e utilizará a tecnologia de *smartcard*, semelhante à de um cartão de crédito. O documento conterá um *chip* capaz de reunir as mais diversas informações sobre o cidadão, como: altura, impressões digitais, entre outras, com a promessa de dificultar falsificações.

Para o Ministério da Justiça (2012), além dos dados da CI, o RIC deverá conter os dados do CPF, do Título Eleitoral, do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e outros. A nova identificação ainda poderá trazer observações opcionais, como o tipo sanguíneo e a declaração de que o indivíduo é ou não doador de órgãos.

Em função da adoção dessas medidas, percebe-se o empenho do Estado brasileiro: 1) para modernizar seu sistema de CI; 2) com as tratativas para a unificação das diversas informações que estão dispersas, adotando sistema e documento únicos; e 3) com a adoção de estratégias para evitar falsificações que hoje desafiam os órgãos judiciais. No entanto, para além do que está sendo proposto, é preciso sobretudo cuidar do acesso das pessoas ao documento.

Não por acaso, o ministro Edson Fachin (BRASIL, 2016) considera que, além de a CI ser prova fundamental para a identidade civil, precisa ser reconhecida como um documento certificador de acesso gratuito para a população. Isso porque, na sua perspectiva analítica

Como a certidão de nascimento é prova da existência civil e a carteira de identidade é prova da identidade civil, e tendo em vista que a Constituição Federal estabeleceu que lei da União deve arrolar as hipóteses em que a gratuidade se sobrepõe a qualquer outro interesse, uma vez que o primado maior é o exercício da cidadania, não há inconstitucionalidade na lei atacada, sendo possível acolhê-la como decorrente da gratuidade já concedida aos registros de nascimento e, portanto, com o mesmo desiderato. (BRASIL, 2016, p. 2).

Ainda no que tange à CI, cabe pontuar que todo o controle nacional de sua emissão é da competência do Instituto Nacional de Identificação– INI. Este órgão, por sua vez, por meio de convênios com os estados que integram a Federação, descentralizou a emissão do documento para as suas respectivas Secretarias de Segurança Pública, que realizam a operacionalização do serviço, conforme a infraestrutura que possuem. Essa medida, com efeito, atende a um requisito importante que é o de aproximar o Estado dos cidadãos. No entanto, esse procedimento não assegura a qualidade na excelência da prestação do serviço, que depende da existência de estruturas adequadas em cada uma das aludidas secretarias.

O terceiro documento certificador analisado no contexto deste estudo é a CNH. Segundo o Departamento Nacional de Trânsito (DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO, 2016), este documento atesta que o cidadão brasileiro está apto a conduzir veículos, sendo seu porte e/ou posse obrigatório para quem dirige².

Para Souza e Ribas (2015), a cidadania exige comprometimento com o bem comum e participação ativa nas atividades públicas e isso exige virtude

Segundo o Departamento Nacional de Trânsito (DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO, 2016), este documento atesta que o cidadão brasileiro está apto a conduzir veículos, sendo seu porte e/ou posse obrigatório para quem dirige

2 O modelo atual de CNH possui a fotografia da pessoa, o número da CI e do CPF. Assim, a CNH pode ser utilizada, também, como documento para identificação em todo território nacional.

cívica. Portanto, ser cidadão pressupõe ter consciência de seus direitos e deveres, entre os quais se inclui a condução de veículo automotivo no trânsito, para contemplar o acesso irrestrito ao documento que lhe dá direito à CNH.

Outro autor que também identifica as inter-relações entre a CHN e a questão da cidadania é Carvalho (2002), para quem a prática cidadã engloba direitos sociais, políticos e civis que se desdobram na garantia de ir e vir, inclusive conduzindo veículos no trânsito. Nesses termos, este seria o espaço democrático onde todos são iguais perante a lei, desde que, com segurança, possuam assegurada a livre circulação. Assim, para o autor, tanto o acesso facilitado à CNH quanto a educação são indispensáveis para a cidadania no trânsito, ou seja, um caminho para diminuir as distâncias entre o cidadão e o Estado.

Ao se travar essa discussão, que busca compreender como o acesso à CHN se entrelaça com a questão da cidadania, não se pode perder de vista que os automóveis têm-se transformado, cada vez mais, em um símbolo de poder. Além da finalidade para a qual inicialmente foram criados – facilitar o deslocamento de pessoas –, os automóveis tornaram-se um patrimônio (uma propriedade) e sinônimo de *status* ascensão social, alterando inclusive as condições de organização das cidades, com a criação de novas profissões (motoristas) e a mudança, portanto, do espectro das arenas da cidadania, à qual se teria acesso a partir da CNH.

Ilustrando esses aspectos, Uzêda (2009) afirma que a rua, na concepção do urbanismo progressista de Le Corbusier, é uma máquina de circular. Dessa maneira, a imagem projetada pelo urbanismo é de uma fábrica que deveria garantir, por meio de suas ferramentas, a circulação de automóveis. Portanto, novas arenas da cidadania são criadas e controladas pelo Estado e novos documentos certificadores tornam-se necessários.

Dito isso, cabe esclarecer que o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) divide em cinco categorias a habilitação para dirigir veículos: 1) Categoria A – condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral (motos); 2) Categoria B – condutor de veículo motorizado não abrangido pela categoria A, com peso bruto total inferior a 3.500 quilos e lotação máxima de oito lugares, além do motorista (automóveis); 3) Categoria C – condutor de veículo motorizado usado para transporte de carga, com peso bruto superior a 3.500 quilos (caminhões); 4) Categoria D – condutor de veículo motorizado utilizado para o transporte de passageiros, com lotação superior a oito lugares além do motorista (ônibus, vans etc.), e 5) Categoria E – condutor de combinação de veículos em que a unidade conduzida se

enquadre nas categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada ou rebocada tenha peso bruto de seis mil quilos ou mais; ou cuja lotação seja superior a oito lugares, ou, ainda, que seja enquadrado na categoria trailer.

Outro aspecto importante a ser considerado sobre a CNH é que a sua primeira solicitação deve ser feita nas categorias A, B ou AB. Neste último caso, o indivíduo deve participar de dois cursos preparatórios. Assim, quem possui habilitação na categoria B pode mudá-la para C ou D; quem possui na categoria C pode transferi-la para as categorias D ou E; e quem possui o documento na categoria D pode obtê-lo na categoria E. Para solicitar a admissão nas categorias C, D ou E, o condutor deve estar habilitado há pelo menos um ano na categoria anterior exigida. Por exemplo: para obter a CNH na categoria C é necessário ter no mínimo um ano de habilitação na categoria B. Em cada estado, o órgão responsável pela emissão da CNH é o Detran.

Nesse contexto, estão aptos para solicitar a CNH, nas categorias A e B, os brasileiros maiores de 18 anos que saibam ler e escrever e que possuam documento de identidade e CPF. Após iniciado, o processo de solicitação da carteira deve estar concluído em um ano. Ultrapassado esse limite de tempo, é necessário dar início a uma nova solicitação. O processo para tirar a CNH deve ser feito somente pelo interessado, pois envolve exame médico e psicológico, aulas, provas teórica e prática.

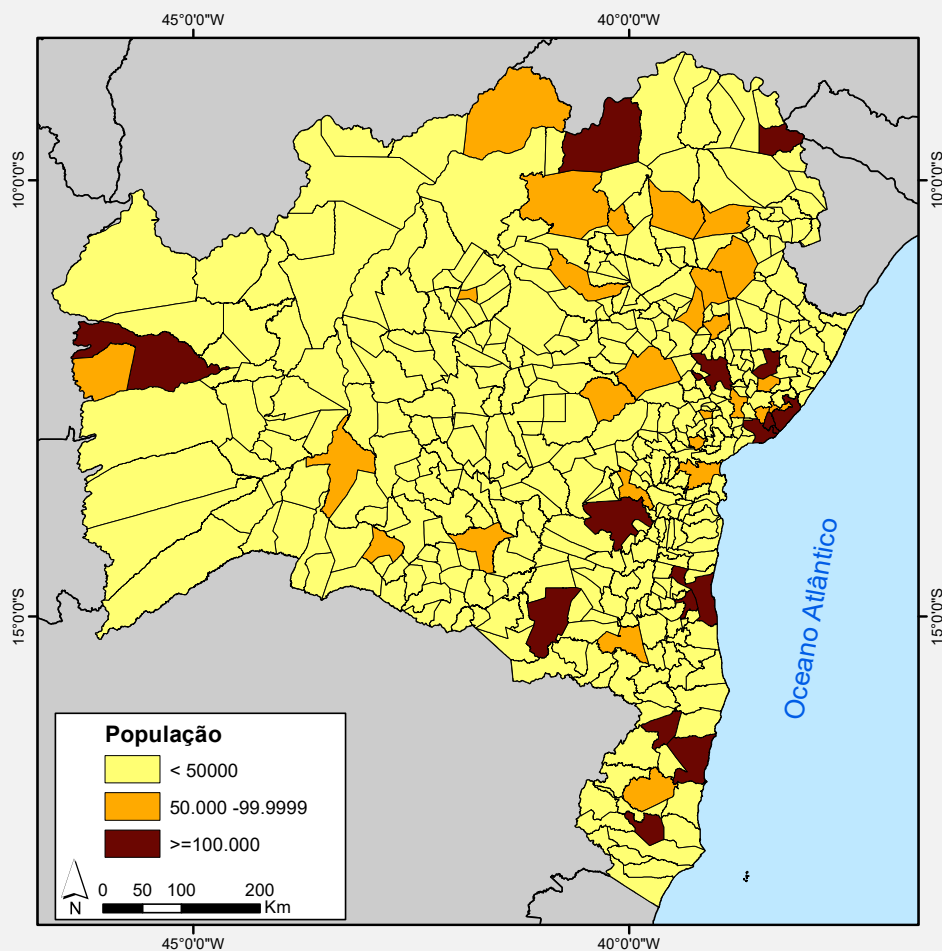
Caso o cidadão seja aprovado nas avaliações, receberá, em cerca de cinco dias úteis, a permissão para dirigir. Após a emissão do primeiro documento, a CNH definitiva será expedida um ano depois, se o condutor não tiver cometido infração de natureza grave ou gravíssima durante esse período, ou se não tiver cometido infração de natureza média mais de uma vez.

MAPEAMENTO DOS SERVIÇOS DE EMISSÃO DOS DOCUMENTOS CERTIFICADORES E IDENTIFICAÇÃO DE VAZIOS NO ESTADO DA BAHIA

Antes de se apresentarmos dados acerca da existência ou não dos serviços de emissão dos documentos certificadores de acordo com os municípios que integram o território baiano, cabe evidenciar como ocorre a distribuição da população residente nesses municípios (Mapa 1), pois é esta que demanda a emissão dos referidos documentos. Segundo o IBGE (2010), cerca de 90% (374) dos municípios baianos possuem populações inferiores a 50 mil habitantes, 6% (27) apresentam populações que reúnem entre 50.001 a 100 mil habitantes, 3% (14) possuem contingentes

Outro aspecto importante a ser considerado sobre a CNH é que a sua primeira solicitação deve ser feita nas categorias A, B ou AB

Mapa 1
Distribuição da população residente – Bahia – 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010.

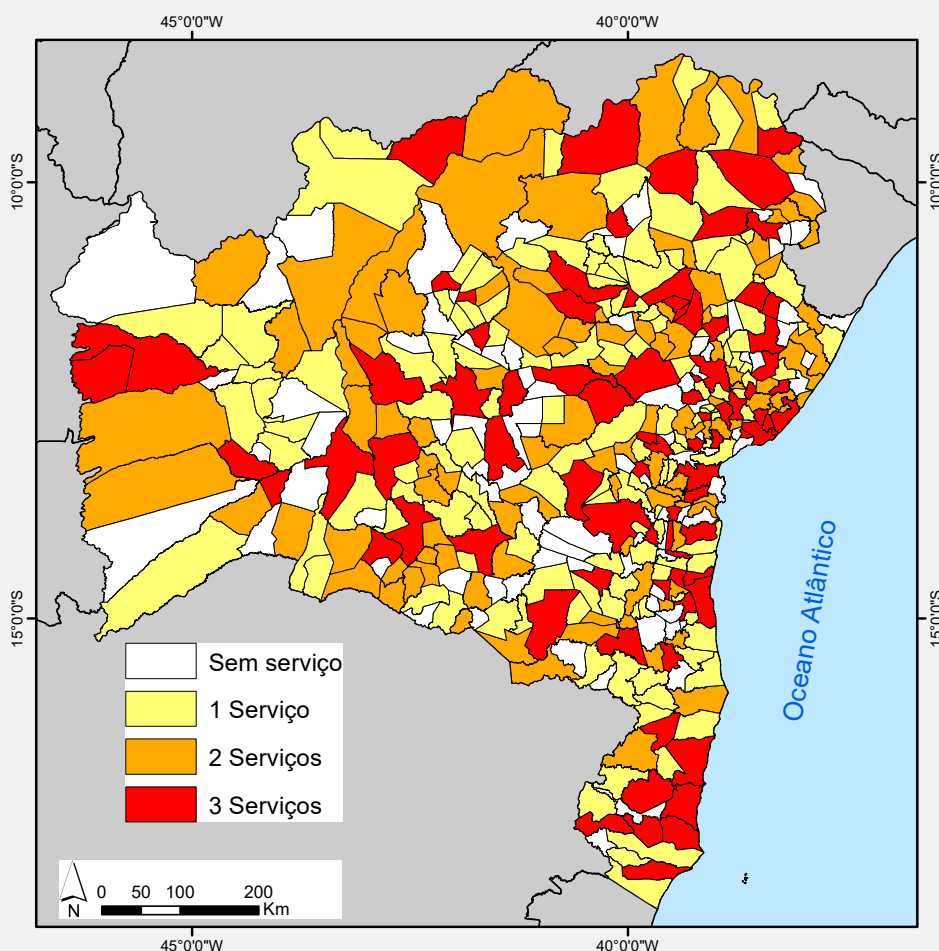
populacionais que vão de 100.001 a 500 mil habitantes e apenas dois municípios reúnem uma população superior a 500 mil habitantes (Salvador e Feira de Santana)³.

Conhecer o tamanho populacional desses municípios é importante para dimensionar a rede necessária à prestação dos serviços citados, facultando às populações que residem nos municípios baianos o acesso direto, fácil e rápido aos documentos.

3 Quando se observa a distribuição dos municípios acima de 50.001 habitantes, percebe-se que estão localizados em maior concentração nas áreas centro e norte do estado, enquanto aqueles situados acima de 100.001 habitantes estão mais na faixa litorânea.

Mapa 2

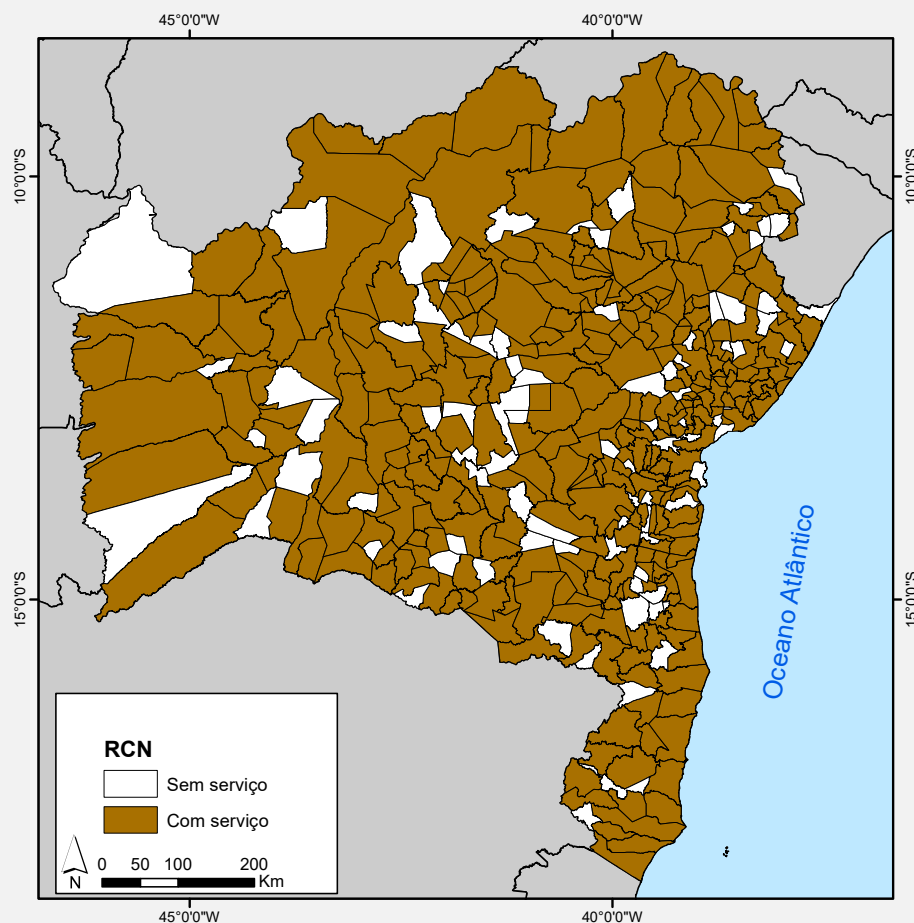
Distribuição espacial da oferta de serviços de emissão de documentos certificadores – Bahia – 2016



Fonte: Elaboração dos autores (2017).

Após essa breve caracterização populacional do estado da Bahia, é a vez de detalhar, em termos espaciais, como ocorre propriamente a disponibilização do serviço de emissão dos documentos certificadores do cidadão. Identifica-se, de pronto, um dado preocupante, qual seja que 22% dos 417 municípios baianos não contam com serviços de emissão de nenhum dos três documentos certificadores aqui analisados (RCN, CI e CNH). Para completar o quadro, tem-se que 35% do total de municípios baianos registram apenas a oferta de um serviço, 24% contabilizam a presença de dois serviços, e apenas 19% registram a presença dos três serviços de emissão de documentos certificadores (Mapa 2).

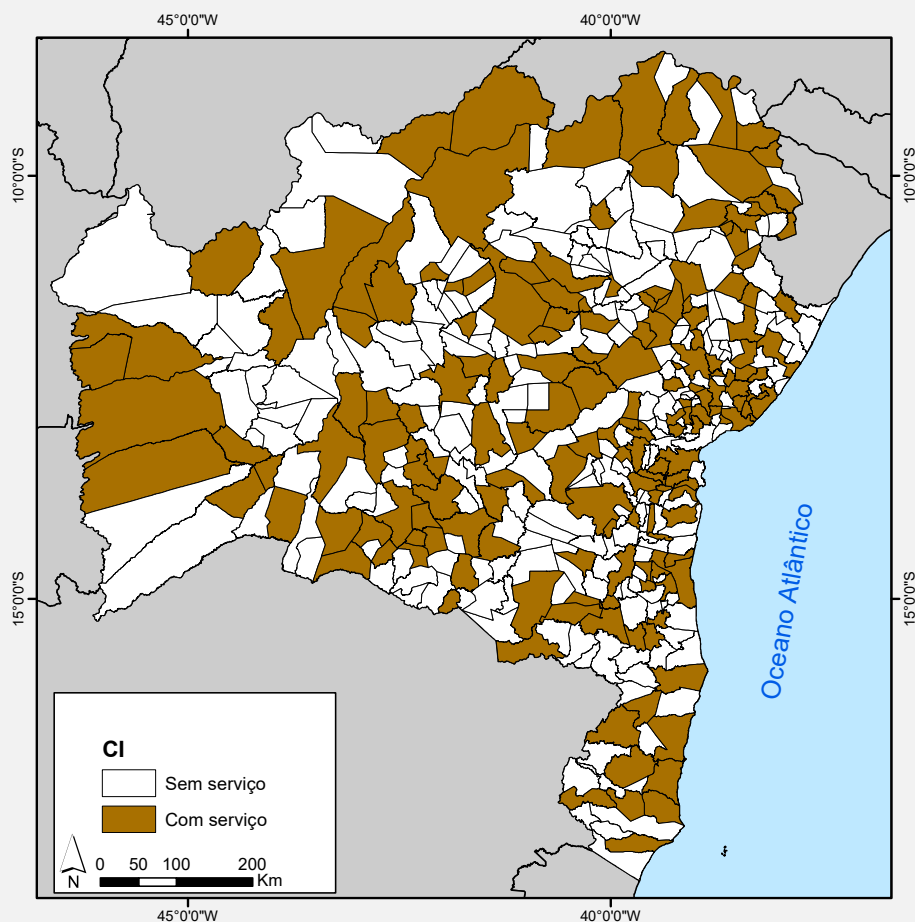
Mapa 3
Oferta deserviço de emissãode RCN – Bahia – 2016



Fonte: Elaboração dos autores (2017).

Para melhorar o padrão de detalhamento desta análise, foram observados os níveis de cobertura de atendimento da população e a oferta dos serviços citados de emissão dos documentos certificadores. Verificou-se que 58% da população baiana (o que corresponde a um contingente populacional da ordem de 8.168.424 pessoas) era atendida com os três serviços; no extremo oposto estavam 8% da população do estado (percentual este que, em termos absolutos, representa cerca de 1.083.977 pessoas) completamente desassistida nesse particular, ou seja, não conseguindo acessar nenhum desses serviços de emissão de documento no seu próprio município de residência. Vale notar que, embora essa carência esteja presente em todo o estado, as regiões oeste e central, caracterizadas por pequenos municípios e por maiores distâncias geográficas em relação à capital, aparecem com uma maior quantidade de vazios em relação aos serviços.

Mapa 4
Oferta deserviço de emissãode CI – Bahia – 2016



Fonte: Elaboração dos autores (2017).

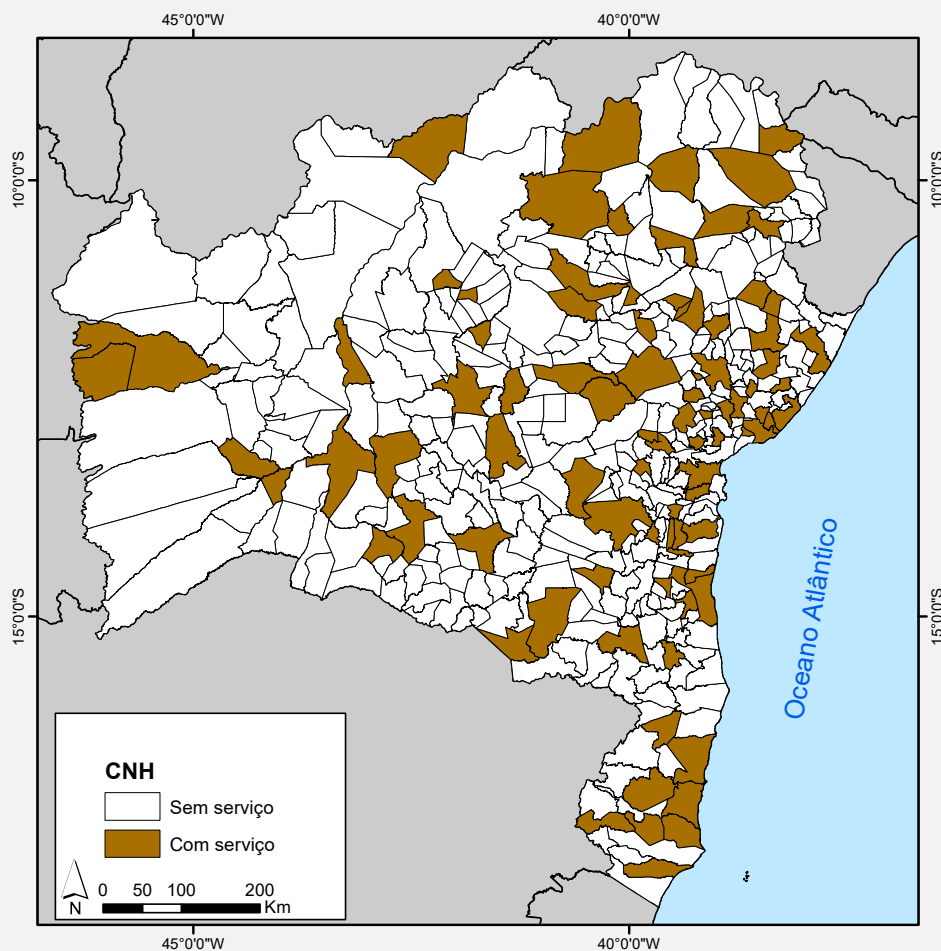
É possível identificar precisamente quais são os municípios baianos que disponibilizam para os seus habitantes os serviços de RCN (Mapa 3).

A partir dessa perspectiva analítica, verifica-se uma situação preocupante, posto que 21% (88) dos municípios baianos não possuem a oferta desse tipo de serviço em suas sedes. Isso significa dizer que 2.081.278 baianos podem enfrentar sérias dificuldades para acessar a sua cidadania.

Realidade ainda mais adversa é encontrada quando se mapeia o número de municípios na Bahia que não disponibilizam aos seus residentes a infraestrutura necessária para o acesso à CI⁴ (Mapa 4). Esse número corres-

4 No Brasil, a Identificação Oficial (civil e criminal) é uma prerrogativa dos órgãos de identificação, vinculados às Secretarias de Segurança Pública estaduais.

Mapa 5
Oferta deserviço de emissãode CNH – Bahia – 2016



Fonte: Elaboração dos autores (2017).

ponde, em termos percentuais, a cerca de 59% (244) do total de municípios do estado. Em função desse quadro, quase cinco milhões de pessoas (4.913.829) não conseguem acessar tal documento nos municípios em que moram. Enfatize-se, neste particular, que as regiões norte e noroeste do estado apresentam as maiores lacunas neste aspecto.

Tanto em termos absolutos quanto relativos, a situação mais escassa, do ponto de vista da oferta dos documentos certificadores na Bahia, diz respeito à CNH. Com efeito, esse serviço não é prestado em 79% (328) dos municípios (Mapa 5). Vale notar que, embora atinja essa proporção, o tamanho da população que não é atendida pela emissão desse tipo de serviço é

um pouco menor (4.708.164/9.597.387)⁵ do que a contabilizada para aquela que não dispõe do serviço de emissão da CI. As regiões oeste, noroeste e sudeste do estado apresentam as maiores lacunas nesse particular.

Ao se evidenciar tal realidade por meio da espacialização, não se pode deixar de asseverar que o estado da Bahia é marcado por grandes assimetrias no que tange à oferta de serviços de acesso aos documentos certificadores para a cidadania. A configuração desse quadro adverso não é resultado de nenhum processo econômico e social recente, decorre das dificuldades históricas enfrentadas pela sociedade brasileira, de uma forma geral, no que diz respeito à construção social da cidadania.

Ao tocar nessa questão, faz-se mister pontuar que, no Brasil, a promoção da cidadania é algo contemplado na Carta Constitucional (BRASIL, 1988), artigo 1º que trata dos Princípios Fundamentais da Cidadania, seguindo pelos artigos 2º e 3º que estabelecem mais parâmetros para o seu exercício. Não obstante, apesar de essa Carta Magna possuir esse conteúdo, no dizer de Souza (2000), se tem, neste país, uma sociedade periférica “moderna”, formada pela oposição entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e pelas demais classes sociais que são, ainda que diferencialmente, incluídas.

Assim, de acordo com o autor, a cidadania é apenas um anseio distante para a maioria das pessoas que integram tal sociedade. Esse ponto de vista é reforçado por Holston (2013), que, por meio de sua análise histórica e antropológica da sociedade brasileira, define o Brasil como um exemplo paradigmático da observação de um tipo de cidadania que todas as nações desenvolveram em algum momento e que permanece entre os mais comuns: uma cidadania que administra as diferenças sociais, legalizando-as de maneira que legitimam e reproduzem a desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função de tudo o que foi apresentado, restam evidentes os vazios ou zonas de sombreamento existentes quando se observa a infraestrutura de serviços para a oferta de documentos certificadores na Bahia. Com efeito, as carências encontradas são mais visíveis em municípios menores, com menor importância econômica e com baixo desenvolvimento social.

5 Nesse item específico, dadas as condições de acesso, foi considerada a população acima de 18 anos de idade, que legalmente está autorizada a conduzir veículos, seja para o exercício profissional ou não, na condição de proprietário ou usuário do bem.

O desenho desse quadro reforça o argumento que defende a ideia de uma seletividade e de uma dificuldade real do exercício da cidadania no contexto da sociedade baiana, o que, conforme mencionado anteriormente, faz parte do espectro de vicissitudes experimentadas pela sociedade brasileira, de uma forma geral.

Pensar estratégias que conduzam à reversão e/ou à amenização dessa problemática é uma tarefa prioritária. A defesa desse posicionamento vai ao encontro da perspectiva de que é absolutamente imperioso contemplar a possibilidade de participação de outros atores institucionais no processo de fortalecimento das políticas públicas que fomentam a cidadania no país, atuando como uma espécie de agentes catalizadores.

É interessante perceber também a existência de outros países com problemas semelhantes, e que têm despertado inclusive a atenção e o interesse de organismos internacionais. Em um contexto mais amplo, essa realidade, vivenciada principalmente em países periféricos ou em desenvolvimento, tem sido exposta em relatórios técnicos e nas preocupações de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), criada com o objetivo de promover a igualdade entre os países membros.

Prova disso é que a União Postal Universal (UPU), órgão da ONU que trata da integração e universalização dos serviços postais, tem sinalizado em seus instrumentos de planejamento – relatórios e congressos mundiais, a exemplo de Nairóbi (Quênia), em 2010, e de Doha (Catar), em 2012 – que a maioria dos países em desenvolvimento criou estruturas postais públicas centenárias com o intuito de formar uma rede contendo plataformas de atendimento e logística, visando à promoção da integração nacional. Não obstante, tal instituição admite que os governos desses países as utilizam ainda muito pouco para auxiliar na promoção da cidadania.

Diante dessas constatações e preocupações recentes da UPU, torna-se necessário recorrer ao exemplo de países que já desfrutam de uma cidadania mais plena. Portanto, é correto afirmar que, para se atingir esse estágio, muitas etapas precisam ser superadas. De acordo com a literatura, as políticas públicas de inclusão foram os mecanismos utilizados nessa construção. Países como Itália, Suíça, Estados Unidos, França e Canadá demonstram a importância do uso de plataformas do próprio Estado ou outras plataformas públicas, como, por exemplo, a de serviços postais (Correios) no intuito de encurtar distâncias e dar acesso à cidadania para suas populações.

Osborn e Sund (2010, 2011, 2012) e Osborn (2013) sustentam a tese de que um dos fatores mais relevantes para superar as barreiras de acesso à cidadania nesses países foi aproximar a infraestrutura do Estado dos cidadãos. Para os autores, essa aproximação ocorreu basicamente de duas formas: pela criação de estruturas próprias do Estado ou pela utilização de plataformas públicas, sejam elas específicas ou múltiplas, presenciais ou virtuais, visando proporcionar alternativas de acesso dos cidadãos aos serviços, com maior conforto e comodidade.

Essa seria, pois, uma condição que se imporia, por exemplo, aos Correios brasileiros, haja vista sua extensa plataforma de atendimento e rede logística. Se a infraestrutura de tal instituição fosse canalizada também para esse fim, ampliar-se-ia muito a capacidade do Estado e dos governos de estender os limites da oferta de serviços para o acesso e desfrute da cidadania no Brasil, fato esse que, por via de consequência, oportunizaria ainda maior conforto, comodidade e menor custo aos cidadãos.

Ao se propor essa ‘solução’, não se pode perder de vista que, apesar dos muitos pontos favoráveis aos Correios para exercer o papel de instituição catalisadora de políticas públicas para a cidadania, torna-se necessário observar também as limitações existentes, que são capazes de criar barreiras para que tal instituição cumprasse papel importante. Entre essas limitações cabe destacar aquelas de caráter mais sistêmico e com maior potencial de bloqueio: 1) o gigantismo e a natureza de uma empresa pública; 2) a orientação de gestão da empresa; e 3) tecnologias, qualificações, segurança e legalidade dos processos.

Acredita-se que, corrigindo essas limitações, são inegáveis as possibilidades de ampliação da oferta de serviços relativos aos documentos certificadores à sociedade brasileira, utilizando as plataformas de atendimento e logística dos Correios. Concretamente, isso já foi adotado em países considerados desenvolvidos e está sendo implantado em muitos países em desenvolvimento (China, Índia, Rússia e África do Sul), inclusive em diversas esferas públicas (Federação, estados e municípios) no Brasil, embora de forma fragmentada.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade. Direito tributário. Imunidade. Taxa de serviço público. Expedição de carteira de identidade ou registro geral. Atos relacionados ao exercício da cidadania. Gratuidade constitucional. Lei federal 12.687/2012. Acórdão ADI 4825/MS. Relator: Ministro Edson Fachin. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, n. 269, 19 dez. 2016. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/djEletronico/DJE_20161216_269.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.
- _____. Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN. Relatório Técnico. Brasília, 2016.
- _____. Ministério da Justiça. Relatório Nova Identidade (2012). Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017,
- CALTRAM, Gladys Andréa Francisco. *O registro de nascimento como direito fundamental ao pleno exercício da cidadania*. 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Gestão pública e cidadania: iniciativas inovadoras na administração subnacional no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 126-156, jul./ago. 1997.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- HOLSTON, James. Cidadania insurgente: disfunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO DEMOGRAFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- _____. Estatística de Registro Civil. Rio de Janeiro, 2015.
- INI - INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/institucional/unidades>> Acesso em: 10 ago. 2016.
- KANASHIRO, Marta Mourão. *Biometria no Brasil e o registro de identidade civil: novos rumos para identificação*. 2011. 126 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- KANG, Margareth; SANTOS, Maikewille dos; DONEDA, Danilo. Políticas de identidade na era digital e o registro civil nacional. *Revista em Debate*, Belo Horizonte, v. 8, n. 6, p. 41-64, ago. 2016.
- MARSHALL, Thomas H. *Cidadania classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- OSBORN, Derek. *Reinventing the post*. Faringdon: Libri Publishing, 2013.

OSBORN, Derek; SUND, Kristian J. *The future is in the post: perspectives on strategy in the postal industry*. Faringon: Libri Publishing, 2010.

_____. *The future is in the post II: perspectives on transformation in the postal industry*. Faringon: Libri Publishing, 2011.

_____. *The future is in the post III: perspectives on innovation in the postal industry*. Faringon: LibriPublishing, 2012.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UNB, 2000.

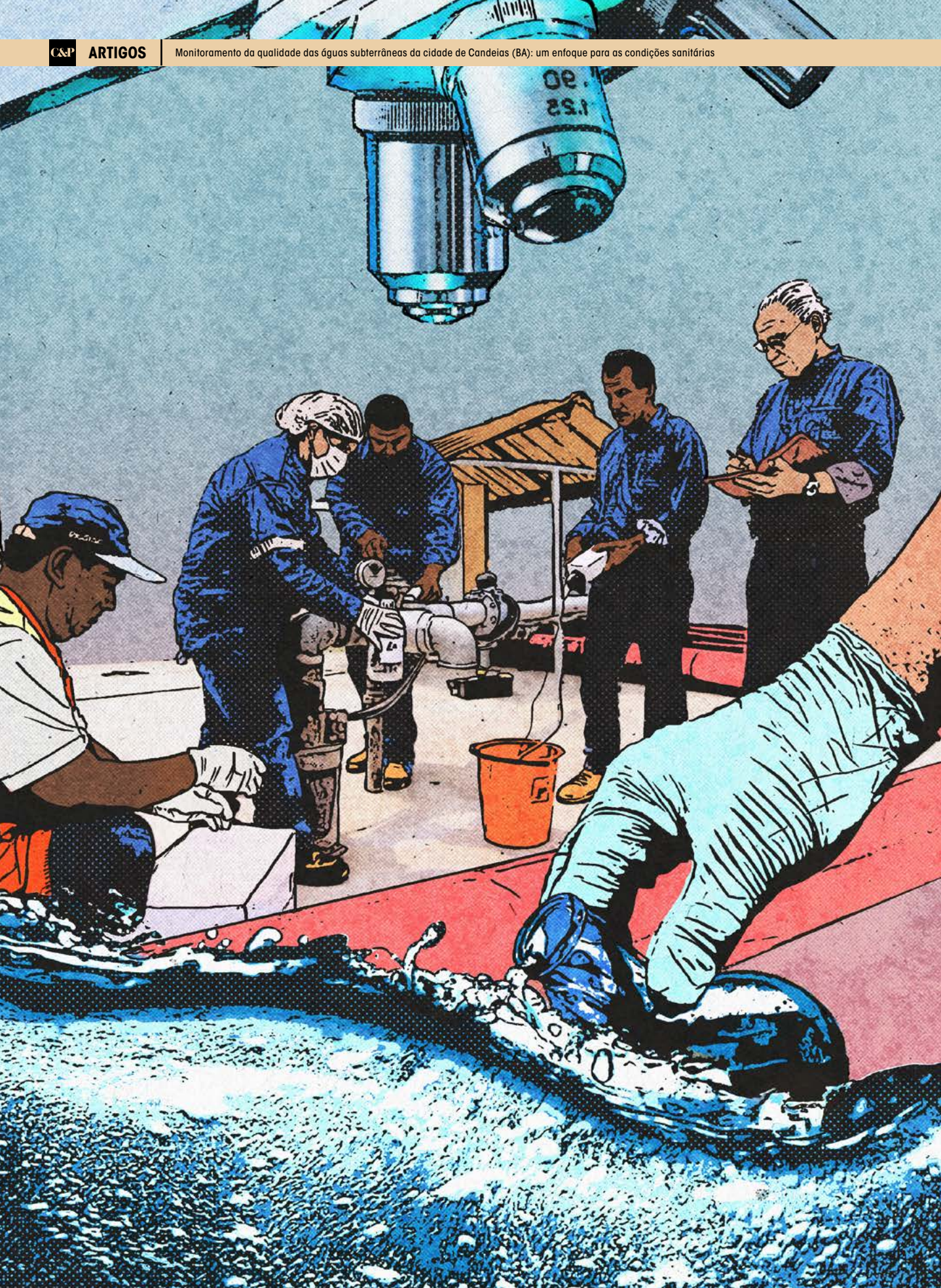
SOUZA, Josimeri Antônia de; RIBAS, João André Nascimento. Educação dos cidadãos para o trânsito: um enfoque no município de Siqueira Campos – PR. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Ponta Grossa, PR. *Anais...* Ponta Grossa, PR: UEPG, 2015.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL. *Estratégias postais de Nairóbi*. Berna: UPU, 2010.

_____. *Estratégias postais de Doha*. Berna: UPU, 2012.

UZÊDA, Jorge Almeida. A cidade de Salvador e a modernidade da máquina no período de 1935 a 1945. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 19, n. 2, p. 603-615, jul./set. 2009.

WEIS, Carlos. *Os direitos humanos contemporâneos*. São Paulo: Malheiros, 1999.



MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DA CIDADE DE CANDEIAS (BA): UM ENFOQUE PARA AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS

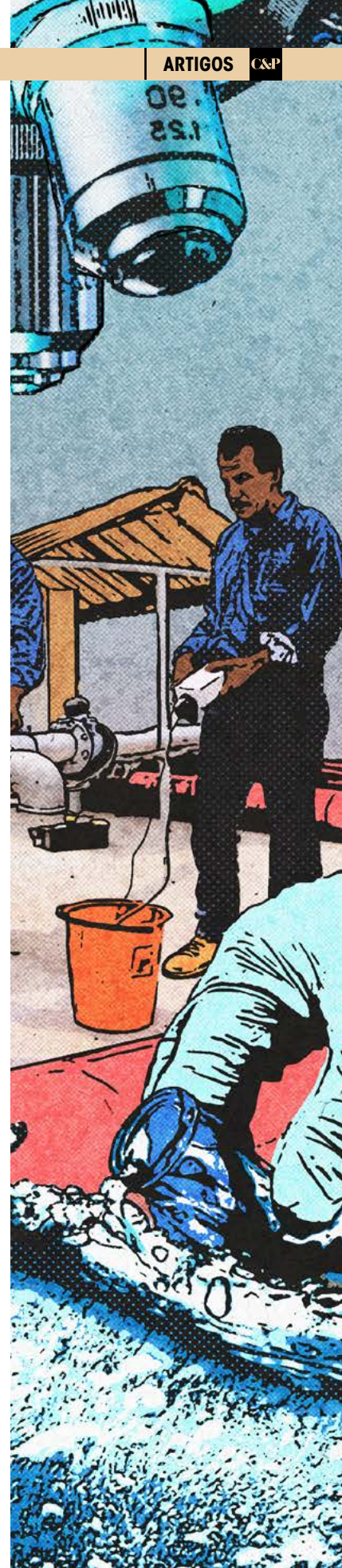
Milton Santos Cardoso Filho
Graduado em Engenharia Ambiental e
Sanitária, pela Universidade Salvador
(Unifacs) e mestrando em Geoquímica:
Petróleo e Meio Ambiente, pela
Universidade Federal da Bahia (UFBA),
cardosomilton@gmail.com

Raiany Sandhy Souza Santos
Graduada em Engenharia Ambiental
e Sanitária e mestranda em
Desenvolvimento Regional e Urbano,
pela Universidade Salvador (Unifacs),
raianysantos_2@hotmail.com

Ícaro Thiago Andrade Moreira
Doutor em Geologia Ambiental,
Hidrogeologia e Recursos Hídricos e
mestre em Geoquímica: Petróleo e Meio
Ambiente, pela Universidade Federal da
Bahia (UFBA). Pesquisador e colaborador do
Programa de Pós-graduação em Energia,
e do Programa em Desenvolvimento
Regional e Urbano da Universidade Salvador
(Unifacs). icaro.moreira@unifacs.br

Anderson Gomes de Oliveira
Mestre em Geografia, pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA) e doutorando
em Geografia, pela Universidade de
Santiago de Compostela (USC). Professor
adjunto na Universidade Salvador
(Unifacs). anderson.gomes@unifacs.br

Com o RÁPIDO desenvolvimento urbano, a demanda por recursos alimentares e hídricos aumentou consideravelmente. Por esta razão, a exploração das águas subterrâneas tornou-se uma alternativa para atender à demanda por água potável e não potável. Devido à rápida expansão urbana, as águas superficiais e subterrâneas vêm apresentando uma variabilidade de poluentes orgânicos e inorgânicos provenientes de atividades antropogênicas (TRAN; GIN; NGO, 2015; FLETCHER, 2008).



A urbanização
iniciou-se por volta
da década de 1940
com a descoberta
do petróleo e com
a emancipação do
distrito em 14 de
agosto de 1958

A água subterrânea desempenha um papel importante para o desenvolvimento econômico e a diversidade ecológica, mas a má gestão e a superexploração desse recurso têm contribuído para sua degradação (JHA et al., 2006; HUAA et al., 2015). Em todo o mundo estima-se que cerca de 10% de todas as doenças poderiam ser evitadas com melhorias relacionadas à água potável, ao saneamento e à gestão dos recursos hídricos (PRÜSS-USTIN, 2008).

Um terço da população global é dependente da utilização das águas subterrâneas para abastecimento (BUNDESANSTALT FÜR GEOWISSENSCHAFTEN UND ROHSTOFFE, 2008). Futuramente um dos maiores desafios será assegurar o fornecimento adequado e acessível de água doce para a população, visto que fatores como rápida expansão do desenvolvimento urbano e periurbano, retirada das águas subterrâneas a taxas não renováveis e mudanças climáticas têm causado alterações na qualidade dessas águas. Por conta desses fatores, uma abordagem política-científica se faz necessária a fim de garantir a qualidade dessas águas para uso futuro (KUMAR, 2015).

A cidade de Candeias (BA) fica localizada a 45 km da capital, Salvador, e faz fronteira também com os municípios baianos de São Francisco do Conde, Simões Filho, Camaçari e São Sebastião do Passé, além de margear a Baía de Todos os Santos (BTS). Com área total de 258,4 km² e densidade demográfica de 343,7 população/km², Candeias concentra 91,4% de sua população em áreas urbanas (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

A urbanização iniciou-se por volta da década de 1940 com a descoberta do petróleo e com a emancipação do distrito em 14 de agosto de 1958. A população estimada para 2016 foi de 89.271 habitantes, sendo que, no último censo realizado no ano de 2010, 1.507 domicílios ainda possuíam esgoto a céu aberto, enquanto 2.014 domicílios possuíam resíduos urbanos acumulados em suas redondezas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). A população urbana atendida com esgotamento sanitário em 2015 era de apenas 36,98% (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO, 2015).

O município de Candeias apresenta diversas áreas de ressurgência de águas continentais, que são utilizadas pela população, em algumas estações até para ingestão, sem qualquer tipo de discriminação. Não foram encontrados dados durante a revisão bibliográfica que informem sobre a atual qualidade desses corpos hídricos. Assim, o presente artigo tem como objetivo principal investigar as zonas com maiores níveis de contaminação, abordando a consequência da presença desses poluentes no meio ambiente e na saúde humana.

MATERIAIS E MÉTODOS

ÁREA DE ESTUDO

A cidade de Candeias (BA) encontra-se localizada na bacia do Atlântico Leste (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2017), está inserida em três sistemas de aquíferos porosos, o primeiro chamado Ilhas, com 2.735,70 km² código 60, sem dados sobre sua reserva explorável, o segundo conhecido como Litorâneo Nordeste-Sudeste, com área de 60.512,58 km² código 149 e uma reserva potencial explorável de 62 m³/s, e o terceiro denominado São Sebastião, com área de 6.250,47 km² código 132 e uma reserva potencial explorável de 13 m³/s (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS, 2017).

Possui clima do tipo Aftropical chuvoso de floresta sem estação seca, pluviosidade média mensal superior a 60 mm e anual superior a 1500 mm, temperatura do mês mais frio acima de 18°C, verões longos e quentes com temperatura média do mês mais quente, superior a 22°C (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1998), bioma mata atlântica (INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2014a), com floresta ombrófila densa e formações pioneiras, com influência marinha (restinga) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2017a), solo predominantemente argissolo vermelho-amarelo (INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2014b), com sua geologia predominante de arenitos, depósitos costeiros (areais de praias), depósitos fluviais e folhelhos (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2017b).

A estação chuvosa na BTS ocorre nos meses de abril, maio e junho, com precipitação média de 300 mm/mês, e define o período mais úmido,

Possui clima do tipo Aftropical chuvoso de floresta sem estação seca, pluviosidade média mensal superior a 60 mm e anual superior a 1500 mm, temperatura do mês mais frio acima de 18°C, verões longos e quentes com temperatura média do mês mais quente, superior a 22°C

Tabela 1
Coordenadas UTM estações de coleta

Estações	Coordenadas UTM
P1	12°40'17.0"S 38°32'55.3"W
P2	12°40'25.2"S 38°32'51.8"W
P3	12°40'05.8"S 38°32'43.6"W
P4	12°40'09.8"S 38°32'51.1"W
P5	12°40'23.6"S 38°32'33.7"W
P6	12°40'13.6"S 38°31'45.8"W

Fonte: elaborado pelos autores.

correspondendo a 40% da precipitação anual. No restante do ano, a precipitação é menor e bem distribuída, com valor médio de 120 mm/mês. A estação seca é caracterizada por baixa precipitação entre os meses de setembro e janeiro, sendo responsável por aproximadamente 28% da precipitação anual (INSTITUTO KIRIMURÊ, 2017b).

PROCEDIMENTO DE AMOSTRAGEM

Ocorreram três campanhas para avaliar os efeitos da sazonalidade nos parâmetros analisados, sendo a primeira campanha realizada em 17/03/2016 (estação intermediária), a segunda em 16/06/2016 (estação chuvosa) e a última campanha em 23/11/2016 (estação seca).

Foram analisadas três estações de ressurgência de água continental e três estações de poços.

MÉTODOS ANALÍTICOS

As análises laboratoriais foram realizadas no Núcleo de Estudos Ambientais, no Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia.

Figura 1
Mapa de localização das estações de amostragem



Fonte: Conder – Ortofotos (2010). Adaptado pelos autores.

Tabela 2
Métodos analíticos utilizados para caracterização química da água

Análise	Método utilizado
Clorofila	APAH (2012)
Metais	ASTM, 1992; ICP OES e Espectrometria de Absorção Atômica com Chama
Cátions e ânions	Standard Methods 4110

Fonte: elaborado pelos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS –SONDA

Nos valores obtidos através da utilização da sonda multiparâmetros observou-se uma pequena variabilidade de temperatura por conta da sazonalidade. Na primeira campanha, estação P5 apresentou maior temperatura por ser o ponto onde o poço é mais raso e pela presença de uma bomba hidráulica para a drenagem da água. Já o ponto P4 apresentou a menor temperatura média devido a ser o poço mais profundo e ser coberto, impedindo a entrada de radiação solar incidente.

Nos afloramentos e poços estudados, as medições de pH indicaram águas com caráter ácido, variando entre 3,70 a 5,40. A portaria nº 2.914/2011 (BRASIL, 2011) estabelece que o pH da água seja mantido na faixa de 6,0 a 9,5, portanto, todos os pontos analisados estão fora dos valores permitidos pela legislação para o consumo humano. A condutividade elétrica em ambientes aquáticos naturais varia entre 0,01 e 0,1 mS/cm, e em ambientes poluídos por esgotos domésticos ou industriais os valores podem chegar a 1 mS/cm (BRASIL, 2014). Todas as amostras analisadas apresentaram condutividade entre 0,38 mS/cm e 0,60 mS/cm, o que pode ser correlacionado com as altas concentrações de íons dissolvidos, indicando contaminação por efluente doméstico nas águas subterrâneas.

A turbidez de uma amostra de água é influenciada pela presença de sólidos em suspensão, a exemplo de partículas inorgânicas como areia, silte e argila, e de detritos orgânicos, algas e bactérias, plânctons em geral etc. (PIVELI; KATO, 2006). A Portaria nº 2.914/2011 (BRASIL, 2011) estabelece como limite máximo turbidez de 5,0 NTU; os pontos P4C3 5,70 NTU e P5C3 6,40 NTU tiveram valores maiores que os Valores Máximos Permitidos (VPM). Esses valores são possivelmente devido às características dos poços que

A análise de Oxigênio Dissolvido (OD) em águas subterrâneas tem uso mais limitado como indicador de poluição. Sua medida se torna mais necessária para entendimento dos processos químicos e bioquímicos que ocorrem nos aquíferos

apresentam crescimento de algas na sua estrutura interior, enquanto P1, P3 e P6, que são pontos de ressurgência, tiveram predominantemente a turbidez igual a 0 NTU.

A análise de Oxigênio Dissolvido (OD) em águas subterrâneas tem uso mais limitado como indicador de poluição. Sua medida se torna mais necessária para entendimento dos processos químicos e bioquímicos que ocorrem nos aquíferos (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2011). Águas poluídas são aquelas que apresentam baixa concentração de OD (devido ao seu consumo na decomposição de compostos orgânicos), enquanto que as águas limpas apresentam concentrações de OD elevadas, chegando um pouco abaixo da concentração de saturação (SIGNIFICADO..., 2009). A Resolução Conama nº 357/2005 (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2005) estabelece um valor mínimo de OD não inferior a 6 mg/L. Na primeira campanha, os pontos P2C1, P3C1, P4C1, P5C1 E P6C1 apresentaram valores abaixo do valor mínimo permitido, que resultaram das altas concentrações de compostos orgânicos provenientes de esgoto doméstico.

Os valores de Sólidos Totais Dissolvidos (STD) das estações analisadas não ultrapassaram o VMP de 1000 mg/L, de acordo com a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011), o ponto de maior concentração de STD foi P5C1, com 420 mg/L, devido a ser o poço onde possui uma maior movimentação das águas, por conta de uma bomba de drenagem que está localizada no fundo do poço, fazendo com que o sedimento seja suspenso à medida que a bomba é ligada e desligada.

Em todos os pontos, as águas são classificadas como água doce, segundo a Resolução Conama nº 357/2005 (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2005) que estabelece que águas que apresentem uma salinidade igual ou inferior a 0,5‰ são classificadas como doces.

CLOROFILA *a*

Todos os pontos analisados tiveram valores de Clorofila *a* abaixo de 0,01 mg/L, que é o limite mínimo de detecção da metodologia utilizada, estando dentro do limite estabelecido pela Resolução Conama nº 357/2005 (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2005) que determina valor máximo permitido de Clorofila *a* de 0,01 mg/L para águas doces de Classe 01.

PARÂMETROS

Os resultados apresentam dados de seis estações de coleta da cidade de Candeias, totalizando 135 amostras de água expressos pontualmente. Observou-se que alguns pontos tiveram uma variação sazonal nos valores dos parâmetros analisados, alguns destes acima do permitido pela legislação vigente.

Os íons de Sulfato (SO_4^{-2}) surgem nas águas subterrâneas através da dissolução de solos e rochas, como Gesso (CaSO_4) e o Sulfato de Magnésio (MgSO_4) e pela oxidação de sulfatos, como pirita e sulfeto de ferro (PIVELI; KATO, 2006). Em águas tratadas, podem ser residualmente provenientes do emprego de coagulantes, como o sulfato de alumínio. Em águas continentais de superfície, altas concentrações podem ser consequência de descargas de esgotos domésticos (degradação de proteínas), assim como de efluentes industriais (indústrias químicas, farmacêuticas, de celulose e papel, etc.) (ARRUDA et al., 2012).

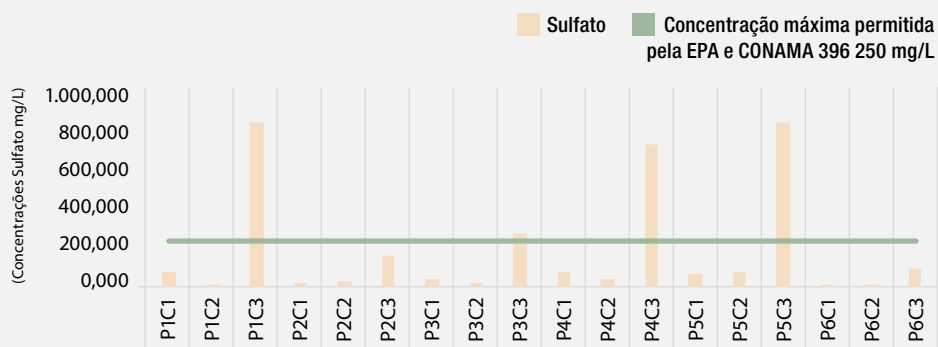
Nas análises de sulfato foi observada uma variabilidade sazonal na sua concentração. Os pontos P1C3, P3C3, P4C3, P5C4 e P6C3 (Gráfico 1) com as maiores concentrações nas estações P5 e P1 apresentaram valores acima do permitido pela Resolução Conama 396/2008 (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2008) e pela United States Environmental Protection Agency (2016), que estabelece VMP de 250 mg/L.

Além da má disposição de fossas sépticas, as concentrações de sulfato também podem ser relacionadas à presença de uma refinaria de petróleo a 4,08 quilômetros do limite do município. Gurgel e outros (2009) apontam que o enxofre é um dos principais poluentes atmosféricos gerados durante os processos de beneficiamento do petróleo cru, e Arruda e outros (2012) afirmam que a contaminação pode ocorrer através da pluviosidade fortemente acidificada em razão de fortes emissões de H_2S , via queima de combustíveis fósseis em áreas urbanas e industriais.

Quanto aos resultados de Nitrato (NO_3^-), o íon de Nitrato ocorre naturalmente como parte do ciclo de Nitrogênio, mas é considerado um contaminante preocupante (FENECH et al., 2012), visto que concentrações superiores a 3 mg/L de Nitrato em águas subterrâneas é um indicador de deterioração da qualidade natural, devido a atividades antropogênicas (PASTÉN-ZAPATA et al., 2014; ANORNU; GIBRILLA; ADOMAKO, 2017). De acordo com Varnier e outros (2010) e Mohamed, Rahman e Lim (2014), altas concentrações de Nitrato em águas superficiais e poços são um indicador de possível contaminação por atividades antrópicas. Como as estações encontram-se em

Gráfico 1

Concentrações de Sulfato nas águas subterrâneas na cidade de Candeias, nas campanhas C1, C2 e C3 – Bahia – Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores.

áreas urbanas, a fonte desses contaminantes pode estar relacionada à infiltração no solo de efluentes domésticos provenientes de sistema defeituosos ou antigos, o que prejudica a qualidade do solo, já que o Nitrato em ocorrência frequente nas águas subterrâneas, em concentrações superiores a 10 mg/L de NO_3^- , pode causar doenças como metahemoglobinemia e câncer, caso haja o costume de ingestão dessas águas (VARNIER; HIRATA, 2002).

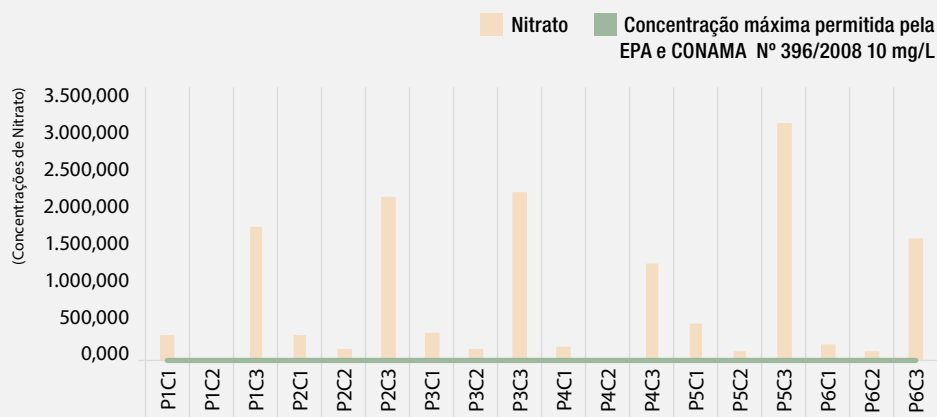
Além do uso de fertilizantes agrícolas e criação de animais, os sistemas de saneamento *in situ*, por tanques sépticos ou fossas rudimentares, constituem outra importante fonte de Nitrato nas águas subterrâneas (VARNIER; HIRATA, 2002).

A Resolução Conama nº 396/2008 (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2008) estabelece VMP de 10 mg/L de Nitrato em água para o consumo humano. Todos os pontos analisados apresentaram valores muito acima do VMP, o ponto P5C3 apresentou a maior concentração de Nitrato, com 3229,838 mg/L. Por se tratar de uma área urbana, os resultados indicam uma contaminação recente por Nitrato, pois os valores em relação às campanhas 01 e 02 são menores, o que pode ser relacionado a um possível defeito nas canalizações de captação de esgoto doméstico ou uso de fossas sépticas próximas aos pontos analisados.

As concentrações de Cloreto ultrapassaram o valor máximo permitido pelas legislações – 250 mg/L (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2008; ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY, 2016); apenas na terceira campanha de amostragem, como visto no trabalho de Costa e outros (2012) as concentrações de Cloreto tiveram maiores níveis de contaminação nas regiões norte, leste e central do estado do Ceará, possivelmente por ser a regiões

Gráfico 2

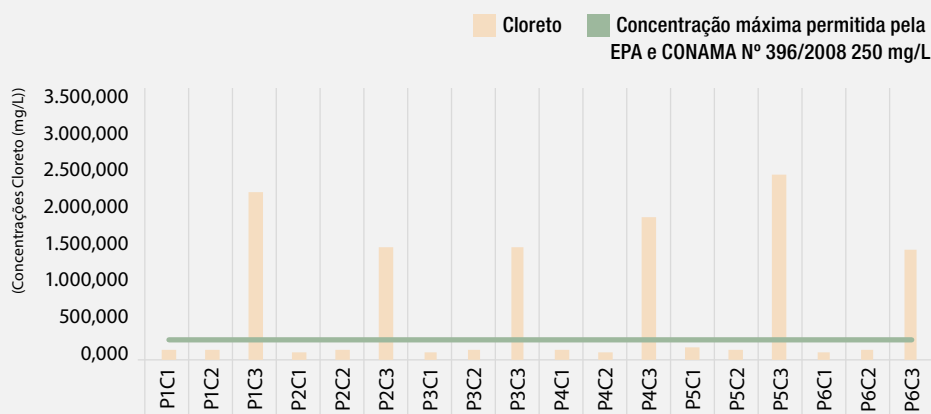
Concentrações de Nitrato nas águas subterrâneas na cidade de Candeias, nas campanhas C1, C2 e C3 – Bahia – Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 3

Concentrações de Cloreto nas águas subterrâneas na cidade de Candeias, nas campanhas C1, C2 e C3 – Bahia – Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores.

com grande adensamento populacional ou com deficiências no sistema de saneamento, da mesma forma que ocorreu com a estação P5 (2522,413 mg/L).

Segundo Chapman (1996, p. 103), o Cloreto é frequentemente associado com efluente doméstico e, muitas vezes, é incorporado em avaliações como uma indicação de possível contaminação fecal ou como uma medida da extensão da dispersão de descargas de esgoto em corpos de água. Normalmente a maior parte do cloro ocorre como Cloreto (Cl⁻) em solução. Ele entra em contato com as águas superficiais com a deposição atmosférica de aerossóis oceânicos e com a erosão de algumas rochas sedimentares.

As concentrações de Cloreto em águas superficiais doces variam entre 2 mg/L e 10 mg/L, sendo que concentrações mais altas costumam indicar contaminação por atividade antrópica através de efluentes industriais e de esgoto, e de escoamento agrícola e rodoviário.

A OMS não estabelece um limite máximo que possa causar toxidez ao ser humano quanto ao consumo de Cloreto através da água.

CONCLUSÃO

Através da análise físico-química de águas subterrâneas foi possível observar o comprometimento da qualidade ambiental das áreas estudadas devido à intensa atividade antrópica. Por conta das altas concentrações de Nitrato, Sulfato e Cloreto, a saúde das pessoas que fazem a ingestão frequente dessas águas pode estar comprometida.

As campanhas 01 e 02 não apresentaram uma variação muito alta quanto aos parâmetros estudados quando comparadas à campanha 03, onde os valores de Nitrato, Cloreto e Sulfato tiveram um aumento significativo em suas concentrações. A presença desses três parâmetros em corpos hídricos de áreas urbanas, com concentrações não naturais, pode estar relacionada ao saneamento inadequado, como o uso de fossas sépticas ou um sistema de captação de rede de esgoto deficiente, sendo possível afirmar uma contaminação recente por efluente doméstico.

Não foi possível observar áreas de proteção ambiental ao entorno das estações de ressurgência de água continental e dos poços, o que torna mais vulnerável a preservação da qualidade ambiental dessas estações. O Código Florestal brasileiro, Lei nº 12.651 (BRASIL, 2012), estabelece que seja preservado um raio de 50 metros em torno das nascentes, qualquer que seja a sua situação topográfica. Além de não haver vegetação ciliar em torno das estações estudadas, em um dos pontos foi observada a presença de uma residência sobre uma nascente, efluente doméstico não canalizado a menos de dois metros de um dos poços estudados e a presença de resíduos urbanos dispostos de maneira inadequada, próximos às estações estudadas.

Todas as estações analisadas encontram-se impróprias para consumo humano, sendo necessária uma intervenção para garantir a qualidade dessas águas para uso futuro.

É sugerida a continuação deste trabalho, com uma maior variabilidade de parâmetros estudados, como coliformes termotolerantes, Demanda

Bioquímica de Oxigênio (DBO) e uma análise completa quanto à presença de outros metais nas estações estudadas, além de investigar o histórico de doenças relacionadas aos parâmetros que se encontram acima do permitido pela legislação vigente, a fim de identificar a existência de uma correlação entre as estações e os parâmetros analisados.

Este estudo propicia dados de caráter inédito sobre a qualidade desses corpos hídricos, sendo a primeira pesquisa realizada a fim de investigar a influência do sistema de esgotamento sanitário do município de Candeias (BA) na qualidade das águas subterrâneas deste.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (Brasil). *Regiões hidrográficas Atlântico Leste*. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/AtlanticoLeste.aspx>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

ANORNU, G.; GIBRILLA, A.; ADOMAKO, D. Tracking nitrate sources in groundwater and associated health risk for rural communities in the White Volta River basin of Ghana using isotopic approach ($\delta^{15}\text{N}$, $\delta^{18}\text{O}$ and 3H). *Science of The Total Environment*, [S.l.], v. 603, p. 687-698, 2017.

ARRUDA G, B. et al. Contaminações em sulfato e cloretos em águas de superfícies e subsuperfície na região de Araripina-PE. *Estudos Geológicos*, Recife, v. 22, n. 2, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28 maio 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. *Manual de controle da qualidade da água para técnicos que trabalham em ETAS*. Brasília: FUNASA, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 dez. 2011.

BUNDESANSTALT FÜR GEOWISSENSCHAFTEN UND ROHSTOFFE. *Groundwater and climate change: challenges and possibilities*. Hanôver: BGR, 2008. Disponível em: <https://www.bgr.bund.de/EN/Themen/Wasser/Produkte/Downloads/groundwater_climate_change_pdf.pdf?__blob=publicationFile&v=3>. Acesso em: 17 maio 2017.

CHAPMAN, D. *Water quality assessments: a guide to use of biota, sediments and water in environmental monitoring*. 2. ed. London: WHO; F & FN Spon, 1996.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. *Imagens*. 2010. Disponível em: <<https://www.informs.conder.ba.gov.br/imagens-aereas/>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Brasil). Resolução nº 20, de 18 de junho de 1986. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 jul. 1986.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Brasil). Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 mar. 2005.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Brasil). Resolução nº 396, de 3 de abril de 2008. Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 7 abr. 2008.

COSTA, C. L. et al. Avaliação da qualidade das águas subterrâneas em poços do estado do Ceará, Brasil. *Semina: Ciências Biológicas e da Saúde*, Londrina, PR, v. 33, n. 2, p. 171-180, 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Manual para formação e capacitação de grupos comunitários em metodologias participativas de monitoramento da qualidade da água*: módulo III: avaliação físico-química. Fortaleza: EMBRAPA, 2011. (Documentos, 135).

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY (United States). National primary drinking water standard. USA: EPA, 2016. Disponível em: <https://www.epa.gov/sites/production/files/2016-12/documents/six_year_3_review_frn_12-21-16.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018.

FENECH, C. et al. The potential for a suite of isotope and chemical markers to differentiate sources of nitrate contamination: a review. *Water Research*, [S.l.], v. 46, n. 7, p. 2023-2041, 2012.

FLETCHER T. D. et al. Reuse of urban runoff in Australia: a review of recent advances and remaining challenges. *Journal Environmental Quality*, [S.l.], v. 37, p. 116-127, 2008.

GURGEL, A. M. et al. Framework dos cenários de risco no contexto da implantação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2027-2038, dez. 2009.

HUAA, S. et al. How to manage future groundwater resource of China under climate change and urbanization: an optimal stage investment design from modern portfolio theory. *Water Research*, [S.l.], v. 85, p. 31-37, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Panorama dos municípios*: Candeias, Bahia. Rio Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/candeias/panorama>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (Bahia). *Mapa da vegetação*. Salvador: INEMA, 2014a. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/MTematicos_vegetacao.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017

INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (Bahia). *Mapa regiões de planejamento e gestão das águas - RPGA e solos*. Salvador: INEMA, 2014b. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/MTematico_solos.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

INSTITUTO KIRIMURÊ. *Características socioeconômicas*: PIB e população. Disponível em: <<http://www.institutokirimure.pro.br/caracteristicas-socio-economicas/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

INSTITUTO KIRIMURÊ. *Clima*: aspectos do ciclo sazonal da Baía de Todos os Santos. Disponível em: <<http://www.institutokirimure.pro.br/clima-bts/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

JHA, M. K. et al. Groundwater management and development by integrated remote sensing and geographic information systems: prospects and constraints. *Water Resources Management*, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 427-467, Feb. 2006.

KUMAR, P. Hydrocomplexity: addressing water security and emergent environmental risks. *Water Resources Research*, [S.l.], v. 51, n. 7, p. 5827-5838, 2015.

MOHAMED, A. J.; RAHMAN, I. A.; LIM, L. H. Groundwater quality assessment in the urban-west region of Zanzibar Island. *Environmental Monitoring and Assessment*, [S.l.], v. 186, n. 10, p. 6287-6300, 2014.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *A ONU e a água*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/agua/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

PASTÉN-ZAPATA, E. et al. Assessment of sources and fate of nitrate in shallow groundwater of an agricultural area by using a multi-tracer approach. *Science of The Total Environment*, [S.l.], v. 1, p. 470-471, 855-864, 2014.

PIVELI, R. P.; KATO, M. T. *Qualidade das águas e poluição*: aspectos físico-químicos. São Paulo: ABES, 2006. 285 p.

PRÜSS-ÜSTÜN, A. *Safer water, better health*: costs, benefits and sustainability of interventions to protect and promote health. Geneva: WHO, 2008.

SIGNIFICADO ambiental e sanitário das variáveis de qualidade. In: COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Relatório de qualidade das águas interiores do estado de São Paulo*. São Paulo: CETESB, 2018. Apêndice E. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/publicacoes-e-relatorios/>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS (Brasil). Água subterrânea. Disponível em: <<http://portal1.snirh.gov.br/ana/apps/webappviewer/index.html?id=6f1c6551a61e42ceb8bd77ba0e784d99>>. 15 abr. 2017.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (Brasil). *Diagnóstico dos serviços de água e esgotos - 2015*. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2015>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Indicadores municipais*: Candeias. Salvador: SEI, 2016. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2906501.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mapa tipologia climática KÖPPEN*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/tipologia_climatica_segundo_koppen_2014.pdf>. 15 abr. 2017b.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Sistema de informações municipais*. Salvador: SEI, 2017a. Disponível em: <http://sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes_municipais.wsp>. Acesso em: 7 nov. 2018.

TRAN, N. H.; GIN, K. Y.; NGO, H. H. Fecal pollution source tracking toolbox for identification, evaluation and characterization of fecal contamination in receiving urban surface waters and groundwater. *Science of the Total Environment*, [S.l.], v. 538, p. 38-57, Dec. 2015.

VARNIER, C. et al. Nitrato nas águas subterrâneas do sistema aquífero Bauru, área urbana do município de Marília (SP). *Revista do Instituto Geológico*, São Paulo, v. 31, p. 1-21, 2010.

VARNIER, C.; HIRATA, R. Contaminação da água subterrânea por nitrato no parque ecológico do Tietê - São Paulo, Brasil. *Revista Águas Subterrâneas*, São Paulo, n. 16, p. 97-104, 2002.



Ilce Marília Dantas Pinto

Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia (1983), especialização em Gerenciamento dos Transportes pela Universidade Federal da Bahia (1988), mestrado em Engenharia de Transportes pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991) e doutorado em Engenharia de Transportes pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Atualmente é professora Associada IV da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Engenharia de Transportes, com ênfase em Engenharia de Trânsito e Sistemas de Apoio à Decisão, atuando principalmente nos seguintes temas: mobilidade sustentável, mobilidade inclusiva e acessibilidade universal, estudos de Pólos Geradores de Viagens, planejamento e operação de sistema de transportes e trânsito, segurança de trânsito, simulação e controle de tráfego.

MOBILIDADE: INCLUSÃO E CIDADANIA

Hoje em dia não se pode pensar em desenvolvimento econômico e social sem transporte. As pessoas precisam se deslocar para estudar, trabalhar, fazer compras e viajar.

No mundo atual, com a necessidade de estar, cada vez mais, em movimento, as pessoas (ou mercadorias) se deslocam em vários modais de transporte, sejam eles motorizados – automóvel, moto, ônibus, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), Bus Rapid Transit (BRT), metrô, trem etc. – ou não (a pé, bicicleta).

Os problemas relacionados à mobilidade urbana têm-se agravado nas últimas décadas, e uma das causas dessa crise é o processo de urbanização ocorrido nas cidades, associado ao modelo de transporte adotado, com ênfase no veículo individual.

O congestionamento é a parte mais visível e incômoda dos problemas de mobilidade, porém, piores são as consequências que ele causa no cotidiano das pessoas.

O modelo de cidade baseado no automóvel expõe o fracasso das grandes metrópoles do mundo, reféns desse tipo de transporte e, conseqüentemente, dos congestionamentos.

Daí surge a grande questão: há solução para esse problema?

Soluções existem, mas será que estamos dispostos a aceitá-las?

A valorização do veículo não motorizado e do transporte público é um antídoto para ajudar a diminuir os engarrafamentos.

Falar em mobilidade urbana no mundo atual e, principalmente, nas cidades brasileiras é também falar sobre integração, inclusão e acessibilidade, ou seja, é preciso pensar em novas formas de mobilidade que sejam ao mesmo tempo sustentáveis, inclusivas e compartilhadas.

No âmbito das cidades, o tipo de integração de transporte público mais utilizado no dia a dia é ônibus-ônibus, mas, à medida que existam investimentos em outros modais, tais como metrô, VLT, BRT e trem, que integram e comportam mais pessoas, são mais rápidos e poluem menos, a questão da mobilidade pode ter solução de melhor qualidade. Essas alternativas aliadas ao incentivo do governo para promover novas modalidades de transporte, em substituição aos automóveis e ônibus, diminuiriam o fluxo de veículos, os atrasos, o desconforto da população e a emissão de gases poluentes na atmosfera, beneficiando a saúde pública.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/12) tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade por meio do planejamento e da gestão democrática. Esta lei define mobilidade urbana como a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e bens no espaço urbano e estabelece ainda, dentre os seus princípios, o desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômica e ambiental, e a equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo e ao espaço público de circulação, vias e logradouros.

Todos os municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes estão obrigados a desenvolver um plano de mobilidade urbana até abril de 2019.

O plano é o instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana e deve contemplar, entre outros aspectos: os serviços de transporte público coletivo; a circulação viária; as infraestruturas do sistema de mobilidade urbana; a acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade; a integração dos modos de transporte público com os privados e os não motorizados; a operação do transporte de carga na infraestrutura viária; e os mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público coletivo e da infraestrutura de mobilidade urbana. A elaboração deve ocorrer de forma integrada com os planos diretores, e a revisão deve ocorrer a cada dez anos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Salvador, capital do estado da Bahia, ocupa atualmente, a posição de quarta cidade mais populosa do Brasil. Possui uma população estimada em 2.953.986 habitantes. Sua região metropolitana é considerada a sétima do país em tamanho demográfico, com um total de 4.015.205 habitantes.

De maneira semelhante às demais metrópoles brasileiras, Salvador possui sérios problemas decorrentes do seu acelerado, não planejado e excludente processo de urbanização, que, associado ao crescimento (também) acelerado e a uma gestão ineficiente e desintegrada do sistema de transporte público, resultou em um desequilíbrio entre a demanda por qualidade e eficiência e a capacidade do estado em planejar e gerir a mobilidade de maneira justa. O uso intensivo do transporte individual motorizado, principalmente dos automóveis e motocicletas, é um dos grandes desafios da política de mobilidade na capital, exigindo esforços do poder público em ações efetivas que proporcionem acesso universal à cidade.

Dados do Plano de Mobilidade de Salvador mostram que 38% representam a soma dos deslocamentos realizados pelos transportes não motorizados, como as caminhadas (35%), as bicicletas e outros modos. Ao todo, por dia na cidade são feitas 4.457 milhões de viagens, considerando-se todos os tipos de transporte existentes hoje na capital, sendo 32% através dos ônibus do sistema de transporte público coletivo, 22% com transporte individual (veículo próprio) e 38% de forma não motorizada.

Os deslocamentos em Salvador são realizados por diferentes modais de transporte público: Rodoviário – ônibus (STCO, STEC e Metropolitano), táxis, mototáxi e aplicativos; Ferroviário – trem (dez estações: Calçada; Santa Luzia; Lobato; Almeida Brandão; Itacarânia; Escada; Praia Grande; Periperi; Coutos; Paripe) e metrô (Linha 1: Lapa/Pirajá e Linha 2: Acesso Norte/Aeroporto); Hidroviário – barcas, ferry-boat: travessia Salvador–Bom Despacho, Ribeira–Plataforma, Salvador–Mar Grande, e Salvador–Morro de São Paulo; Ascensores – Elevador e funiculares: Elevador Lacerda, Plano inclinado Pilar, Gonçalves e Liberdade-Calçada.

Atualmente, o sistema de transporte urbano de Salvador foi inovado com a implantação de duas linhas de metrô que oferecem integração do metrô com o ônibus e ainda com bicicleta e automóvel (Estação Pituaçu), visando à melhoria da mobilidade dos usuários do transporte. No entanto, vale ressaltar que esta integração intermodal ainda é carente de visão integrada entre o planejamento urbano e o planejamento da mobilidade, e é prejudicada principalmente pela falta de integração institucional (superposição da gestão municipal e estadual), visando unificar a rede de transporte e torná-la mais eficiente.

Algumas barreiras ainda precisam ser quebradas na cidade em relação à gestão política, no que diz respeito à diretriz do investimento público municipal e também à cultura do uso de veículo particular, o que piora os

congestionamentos. Outra barreira que também interfere na qualidade do serviço de transporte oferecida é o tratamento setorial no planejamento da mobilidade da cidade de Salvador, separado da sua Região Metropolitana.

Vale ressaltar que a Política da Mobilidade Nacional estabelece como um dos seus principais princípios o acesso universal à cidade, dando-se prioridade ao transporte não motorizado e ao transporte público. Salvador é uma cidade que apresenta um relevo bastante acidentado, o que indica que a microacessibilidade de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, ou residentes nas encostas da cidade (onde se encontra a maior parte da população de baixa renda) deve ser um dos focos centrais do planejamento da mobilidade, visto que cerca de 35% dos deslocamentos da cidade são realizados a pé.

É papel do poder público oferecer serviços de transporte, garantindo ao cidadão o atendimento de suas necessidades de deslocamento, assim como disponibilizar opções de acesso à cidade, com soluções que acolham as solicitações da população soteropolitana e da sua região metropolitana. É necessário que as autoridades responsáveis pela mobilidade, independentemente da esfera de poder na qual atuem, entendam que a mobilidade é muito mais que um instrumento de promoção do deslocamento ou de resolução de problemas de congestionamentos viários, e sim um instrumento de inclusão socioespacial e de cidadania.



A LOUCURA DA RAZÃO ECONÔMICA: MARX E O CAPITAL NO SÉCULO XXI

David Harvey

O livro tem como objetivo atualizar o pensamento de Karl Marx ante as transformações decorrentes da globalização capitalista contemporânea. O autor considera que a “ciência econômica” não consegue dar conta dos problemas colocados pela crise atual do capitalismo e dispara contra a “loucura da razão econômica”.

De uma forma clara e acessível para o leitor, a obra apresenta algumas reflexões sobre fenômenos diversos como: bitcoin, a eleição de Donald Trump, inteligência artificial, os mega-projetos chineses e a crise da Zona do Euro.

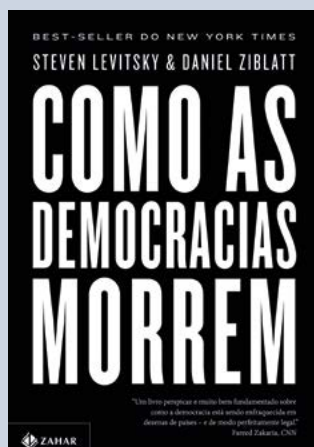


BRASIL: UMA BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA

Francisco de Oliveira

Trata-se de uma síntese da produção intelectual mais recente de Francisco de Oliveira, que faz uma análise do Brasil em suas particularidades e contradições. Esse material reconstitui o itinerário de um sociólogo e economista que produziu uma obra indissociável da realidade social que viveu e se dispôs a desvendar e a transformar.

Entre outros escritos do autor, o livro inclui um longo ensaio histórico sobre a formação do país e um artigo em que discorre sobre a gênese do conceito de “hegemonia às avessas” para tratar do momento político iniciado na fase lulista.



COMO AS DEMOCRACIAS MORREM

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt

Os autores fazem uma análise do fim das democracias no mundo e destacam que atualmente a democracia não termina com uma ruptura violenta nos moldes de uma revolução ou de um golpe militar; agora, a escalada do autoritarismo ocorre com o enfraquecimento lento e constante de instituições críticas – como o Judiciário e a imprensa – e a erosão gradual de normas políticas de longa data.

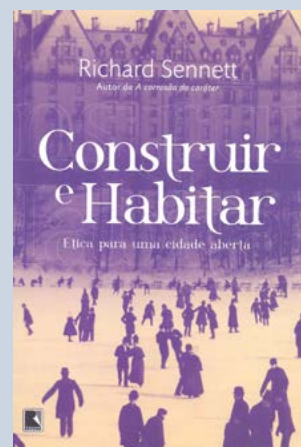
Levitsky e Ziblatt consideram que as democracias podem entrar em colapso em qualquer lugar, desde que existam líderes eleitos que não estejam comprometidos com os valores democráticos.

CONSTRUIR E HABITAR: ÉTICA PARA UMA CIDADE ABERTA

Richard Sennett

Um estudo sobre o homem na cidade, a evolução do espaço público e a forma como as construções afetam a vida das pessoas. Em *Construir e Habitar*, Sennett desenvolve a noção de “cidade aberta” para conciliar desafios técnicos e éticos implicados com a vida nas cidades e o planejamento urbano.

Para o autor, a solução prática para a maior parte dos problemas urbanos é encontrar a saída ética para a relação entre o planejamento da cidade e seus habitantes. Com reflexões pertinentes para o momento, no qual a ocupação dos espaços urbanos é cada vez maior, o livro apresenta uma visão original para o futuro das cidades.



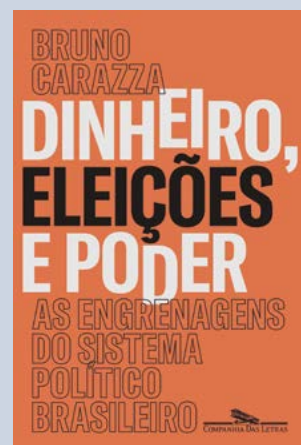
DINHEIRO, ELEIÇÕES E PODER: AS ENGRENAGENS DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

Bruno Carazza

O livro mostra como o perfil do financiamento eleitoral no Brasil foi concentrando-se em grandes doadores que seguem uma lógica estritamente empresarial – muito mais que ideológica. O autor observa a influência da elite econômica nas campanhas eleitorais e nas decisões do poder público, enquanto que a vontade e as necessidades da população são deixadas em segundo plano.

Baseado em dados sobre participação em frentes parlamentares, propositura de emendas e posicionamento nas principais votações, Carazza analisa como os eleitos tendem a retribuir as doações recebidas das grandes empresas. E que essa busca por benesses públicas é uma das principais marcas de nosso (sub)desenvolvimento.

Por fim, o autor apresenta alternativas para combater práticas como o “caixa dois” e diminuir a influência econômica em nossa democracia.



VALSA BRASILEIRA: DO BOOM AO CAOS ECONÔMICO

Laura Carvalho

Laura Carvalho se debruça sobre a economia brasileira, em destaque o período de 2006 a 2017. Do segundo mandato de Lula ao impeachment de Dilma Rousseff, o país passou por alguns dos anos de maior prosperidade de sua história, mas também viveu uma crise sem precedentes. A autora considera que os obstáculos à continuidade do crescimento inclusivo de 2006 a 2010 eram superáveis, e faz uma crítica à opção utilizada como pretexto para a mudança de rumo, que na sua visão foi malsucedida.

Por fim, propõe uma agenda para todos, que não tema os investimentos públicos nem o Estado de bem-estar social.



CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA

O crescimento das exportações baianas e da indústria no 1º quadrimestre de 2018, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, não foram o suficiente para uma mudança no comportamento dos indicadores econômicos. Num cenário de incertezas quanto à recuperação da economia nacional e de retração das principais atividades econômicas na Bahia, as perspectivas de recuperação para o 1º semestre de 2018 foram minimizadas.

Com base na Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIM-IBGE), a produção industrial baiana acumulou, entre janeiro e abril de 2018, apontou ampliação de 2,3%, comparada com o mesmo período do ano anterior. Dos 12 segmentos da indústria de transformação, seis contribuíram positivamente no período, com destaque negativo para *Veículos* com avanço de 27,9%. É importante ressaltar os resultados positivos assinalados por *Produtos alimentícios* (13,0%) e *Bebidas* (16,9%). Negativamente, destacaram-se os segmentos *Produtos químicos* (-7,1%); e *Derivados do petróleo* (-4,9%).

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE demonstram que o comércio varejista acumulou, entre janeiro e abril de 2018, decréscimo de 0,8% em relação ao mesmo período de 2017. As principais contribuições negativas vieram de *Combustíveis e lubrificantes* (-10,9%); *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-4,2%). Em contrapartida, as expansões foram observadas em *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (20,7%); *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (12,3%); e *Livros, jornais, revistas e papeleria* (11,2%).

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços, realizada pelo IBGE, o volume de serviços no primeiro quadrimestre de 2018, caiu 7,4% em relação ao mesmo período de 2017. Nesta análise, a atividade *Outros serviços* (-20,5%) apontou a mais expressiva variação, seguida por *Serviços de informação e comunicação* (-15,0%);

Serviços profissionais, administrativos e complementares (-10,2%); e Serviços prestados às famílias (-4,9%). Apenas Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio teve expansão no período (0,2%).

No mesmo período, a balança comercial registrou superávit. As exportações tiveram ampliação de 7,9%, e as importações, queda de 14,0%, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Dentre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador acumulado no ano, destacam-se, o aumento nas vendas externas, *Papel e Celulose* (38,17%) e *Soja e Derivados* (30,00%). Já os segmentos que sobressaíram pelo desempenho negativo foram: *Químicos e Petroquímicos* (-10,35%), *Petróleo e derivados* (-26,22%), e *Cacau e derivados* (-20,55%).

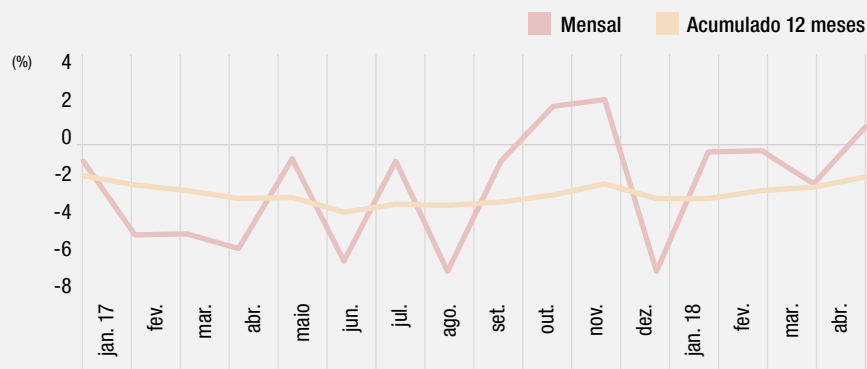
Em relação à inflação em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), acumulou, entre janeiro e abril de 2018, variação de 1,10%, revelando-se inferior aos 2,25% registrados no mesmo período de 2017. O índice foi impulsionado por todos os grupos, com destaque para *Despesas pessoais* (5,24%), *Transporte e comunicação* (1,48%), *Alimentos e bebidas* (0,27%), *Artigos de residência* (0,09%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/ Dieese/Seade), a taxa média de desemprego, entre janeiro e abril de 2018, fechou em 25,3% da população economicamente ativa na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Em relação à distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica, 65,8% foram alocados no setor de *Serviços*, 20,0% no *Comércio*, 7,1% na *Construção* e 5,6% na *Indústria de transformação*. Considerando-se as posições na ocupação, 47,3% foram alocados para os *assalariados com carteira assinada* e 7,9% para os *ocupados sem carteira assinada*. Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados ampliou-se 1,7% na variação de abril de 2018 em relação a dezembro de 2017.

Nesse cenário são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensais e no acumulado de 12 meses, referentes aos dados apurados do ano de 2018 até abril.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou acréscimo de 1,0% em abril de 2018, na comparação com o mesmo mês de 2017. No acumulado de 12 meses, o indicador apontou arrefecimento de 1,7%.

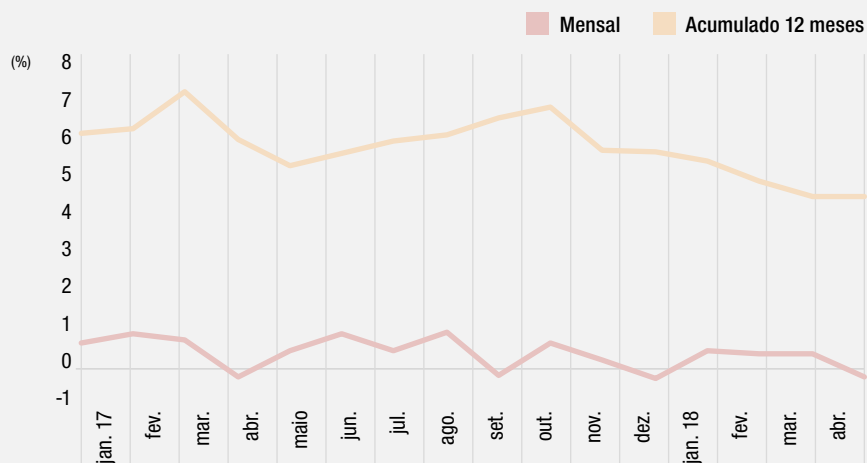
Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador – Jan. 2017-abr. 2018



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

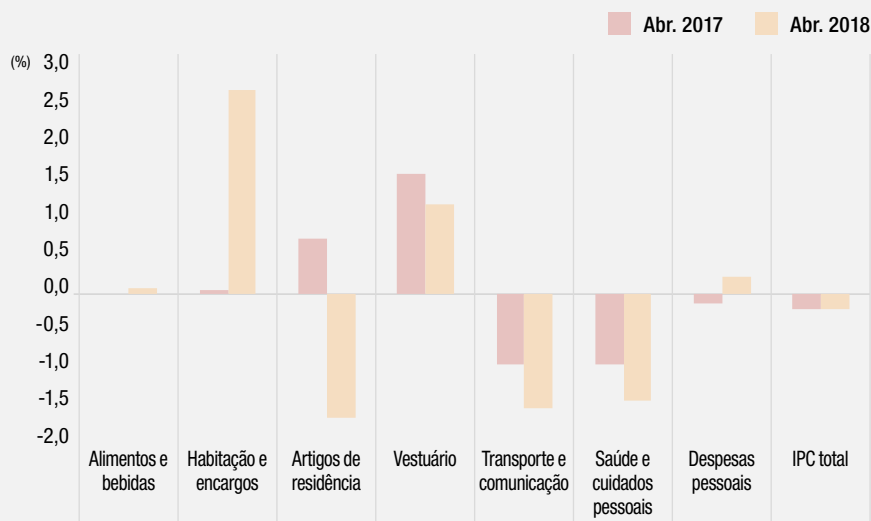
O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, mostrou deflação de 0,19% em abril de 2018. Ressalte-se que, dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente pela SEI, 150 apresentaram baixa nos preços, 77 não tiveram alterações e 148 registraram acréscimo nos preços. Dentre aqueles que tiveram as maiores influências negativas na formação do índice, destacam-se: *Automóvel novo* (-4,30%), *Gasolina* (-4,98%), *Perfume* (-8,59%) e *Móvel para sala* (-6,67%). Em contrapartida, os produtos cujos preços tiveram maiores contribuições positivas na formação da taxa, com suas respectivas variações de preços, foram: *Energia elétrica residencial* (15,35%), *Conjunto feminino* (15,48%), *Calça comprida masculina* (5,65%), *Calça comprida feminina* (6,59%), *Cebola* (22,54%) e *Bolsa feminina* (20,92%).

Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – Jan. 2017-abr. 2018



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

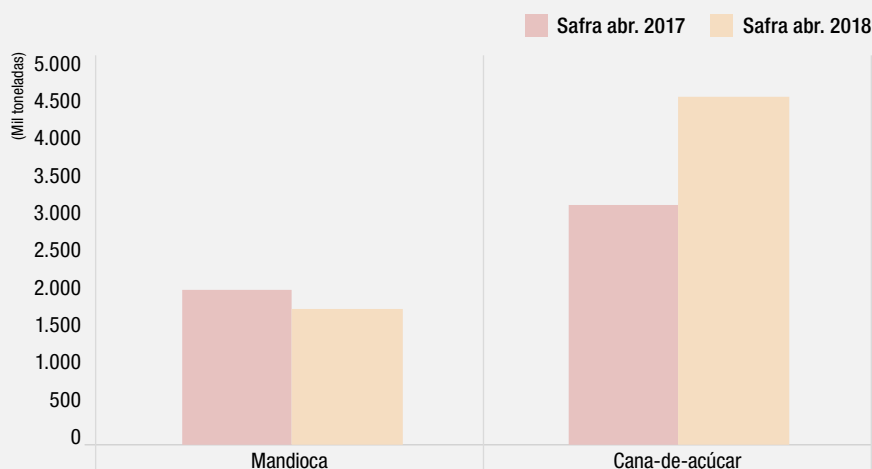
Gráfico 3
Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – Abr. 2017/abr. 2018



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Artigos de residência (-1,66%) e *Transporte e comunicação* (-1,53%) foram os grupos que mais contribuíram para a deflação em Salvador no mês de abril de 2018. No primeiro grupo, os itens que puxaram os preços para baixo foram: *tapete* (-21,92%), *roupa de cama* (-8,96%), *roupa de banho* (-6,73%), *móvel para sala* (-6,67%), *copo de vidro* (-5,84%), *roupa de mesa* (-5,60%) e *colchão* (-4,08%). Já no grupo *Transporte e comunicação* houve decréscimo em itens como *gasolina* (-4,98%), *automóvel novo* (-4,30%), *etanol* (-1,17%), *seguro voluntário de veículos* (-0,73%) e *gás veicular* (-0,39%).

Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – Abr. 2017/abr. 2018



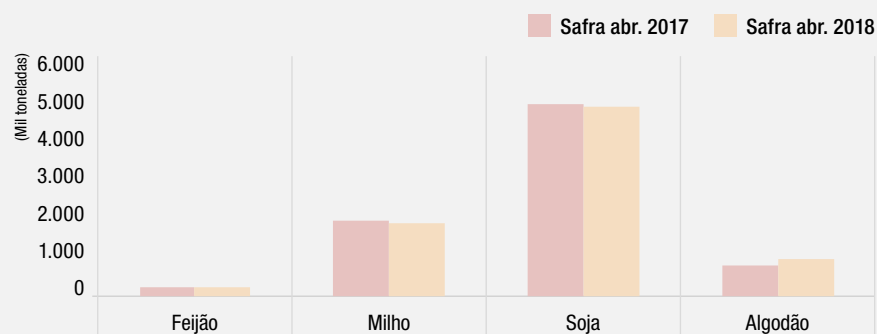
Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em abril de 2018, as culturas de mandioca e de cana-de-açúcar, em andamento no estado, tiveram rendimentos opostos. A primeira decresceu 12,1%, enquanto a segunda cresceu 44,8%. O desempenho da mandioca foi oriundo da expansão da área plantada (8,8%) e da queda da área colhida (-11,3%), culminando em variação negativa do rendimento médio (-0,9%). Com relação ao cultivo da cana-de-açúcar, houve crescimento das áreas plantada (75,0%) e colhida (72,3%), porém, com decréscimo no rendimento médio (16,0%) em relação à safra de 2017.

O LSPA apresentou estimativa de decréscimo da produção de feijão, milho e soja, em relação a 2017, com taxas de -0,7%, -3,4% e -0,9%, respectivamente. Em sentido contrário, a cultura de algodão apresentou expansão com taxa de 22,1%. Para o feijão, calcula-se retração na área cultivada (-6,0%), na área colhida (-3,4%) e expansão no rendimento médio (2,7%). As projeções de área plantada e área colhida para o milho são de variação negativa de 6,0%, para ambos, resultando em uma previsão na ampliação no rendimento de 2,8%. O algodão mostra acréscimo na área plantada (27,4%) e colhida (27,4%), porém rendimento negativo de 4,2%. A soja tem indicação da mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (1,0%), com queda no rendimento médio de 1,9%.

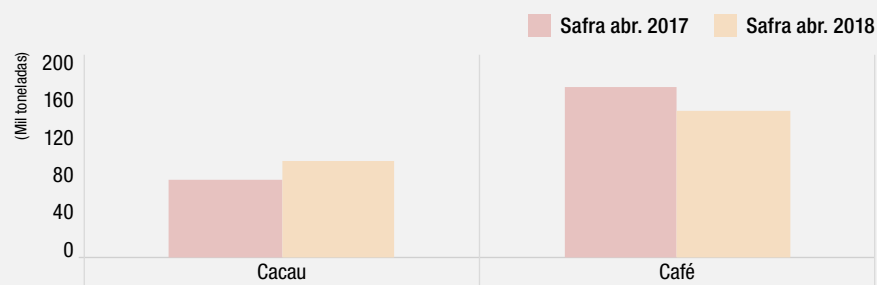
As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – café e cacau – apontaram comportamento oposto em 2018. Em relação ao café, também em fase de colheita, indicaram decréscimo na produção (-13,9%), com avanço na área plantada (3,1%) e retrações na área colhida (-12,6%) e no rendimento médio (-1,5%). Já para o cacau, em fase de colheita, constatou-se acréscimo da produção (23,1%). Estimou-se estabilidade relativa na área plantada e na área colhida, com ampliação no rendimento médio (23,1%).

Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – Abr. 2017/abr. 2018



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

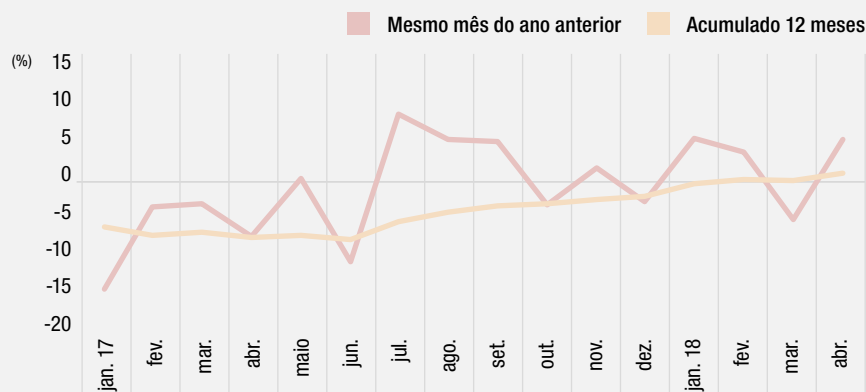
Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – Abr. 2017/abr. 2018



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 7

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2017-jan. 2018

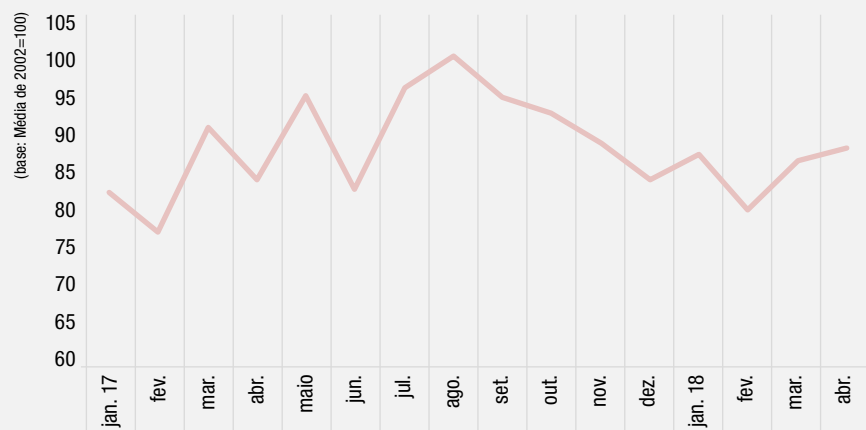


Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, referentes à indústria de transformação baiana, mostraram acréscimo de 5,6% em abril de 2018, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O desempenho do setor no mês citado foi influenciado, principalmente, pelos resultados positivos do segmento *Veículos* (39,2%), que exerceu a principal influência positiva no período, explicada especialmente pela maior fabricação de automóveis. Outros resultados positivos no indicador foram observados nos segmentos *Produtos químicos* (3,9%), *Produtos alimentícios* (6,3%) e *Bebidas* (28,1%). Em sentido contrário, os que apresentaram variação negativa foram: *Derivados do petróleo* (-2,4%), *Celulose, papel e produtos de papel* (-7,0%), *Extrativa* (-5,5%) e *Borracha e material plástico* (-2,8%). No acumulado de 12 meses, o indicador registrou avanço de 1,2%.

Gráfico 8

Índice dessazonalizado de produção física da indústria geral – Bahia – Jan. 2017-abr. 2018



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

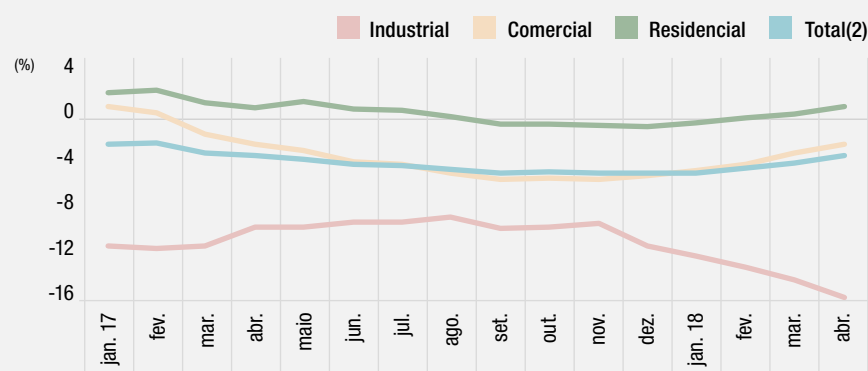
A análise da indústria geral indicou ampliação de 1,94% em abril de 2018 – eliminando-se influências sazonais –, na comparação com o mês de março do mesmo ano. Esse resultado foi determinado, sobretudo, pela aceleração da indústria de transformação.

O consumo de energia elétrica no estado variou negativamente 2,8% em abril de 2018, na comparação com o mesmo mês de 2017. No acumulado de 12 meses, notou-se retração de 3,3% no consumo total, sendo que, entre as classes industrial e comercial, houve retração de 15,7% e 2,2%, respectivamente, com ampliação no consumo residencial de 1,1%. Ressalta-se que os dados aqui exibidos são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, o comércio varejista baiano teve um acréscimo de 0,8% nas vendas no mês de abril de 2018, considerando-se igual mês do ano anterior. As atividades que exibiram taxas positivas em abril com maiores influências vieram de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (44,1%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (17,3%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (8,8%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (7,9%) e *Móveis e eletrodomésticos* (3,0%). Em sentido contrário, destacaram-se *Tecidos, vestuário e calçados* (-4,3%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-4,9%) e *Combustíveis e lubrificantes* (-9,1%). No acumulado de 12 meses, o comércio varejista registrou variação positiva de 11,7%.

Gráfico 9

Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – Jan. 2017-abr. 2018



Fonte: Coelba/GMCH.

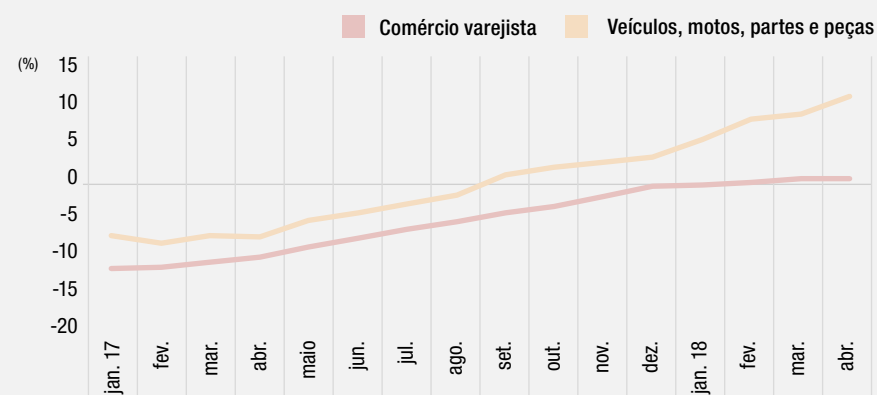
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

Gráfico 10

Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Jan. 2017-abr. 2018



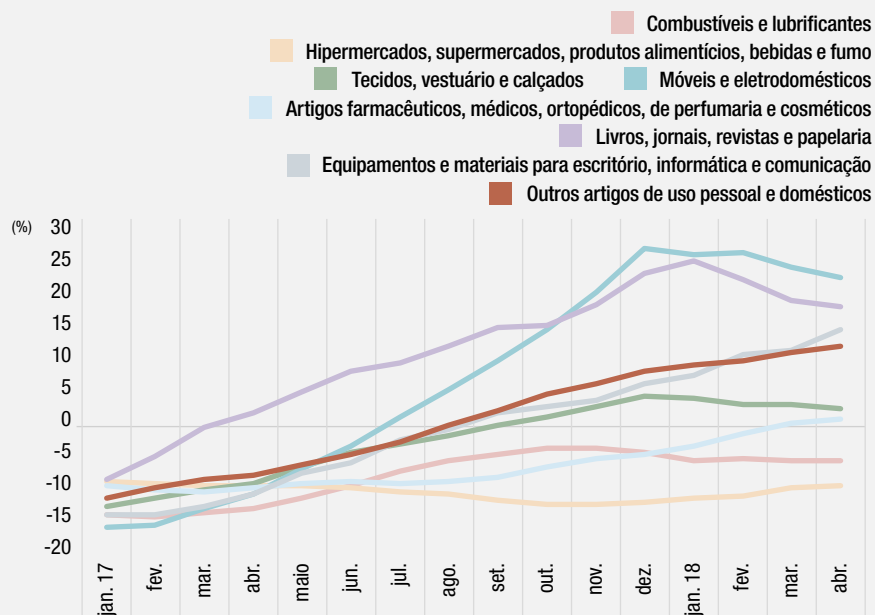
Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Gráfico 11

Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) principais segmentos – Bahia – Jan. 2017-abr. 2018



Fonte: IBGE-PMC.

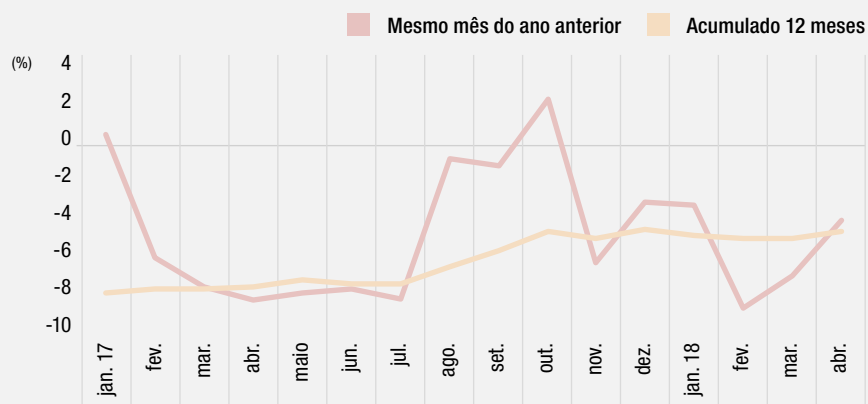
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Ainda no acumulado de 12 meses, até abril de 2018, os principais segmentos que contribuíram para a ampliação no volume foram: *Móveis e eletrodomésticos* (23,5%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (18,8%), *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (15,4%) e *Outros artigos de uso pessoal* (12,6%). Por sua vez, os segmentos que marcaram quedas foram *Hipermercados* (-9,2%) e *Combustíveis e lubrificantes* (-5,4%).

Gráfico 12

Taxa de variação do volume de serviços – Bahia – Jan. 2017-abr. 2018



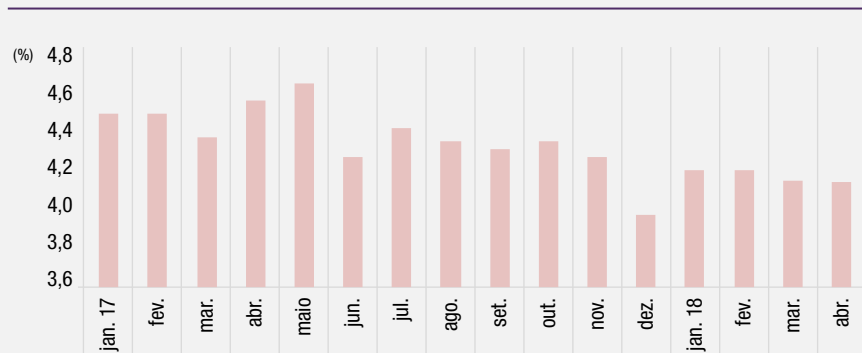
Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

O volume de serviços apresentou, em abril de 2018, queda de 4,0% em relação ao mesmo mês de 2017. No acumulado de 12 meses, o volume apresentou redução de 4,6%, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. O resultado do volume de serviços, em abril, deveu-se, principalmente, aos arrefecimentos nas atividades de *Serviço de informação e comunicação* (-16,2%), *Outros serviços* (-4,1%), *Serviços prestados às famílias* (-0,5%) e *Transportes, serviços auxiliares aos transportes* (-0,3%). Apenas, as atividades de *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (3,4%) avançaram no período.

Conforme os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Bacen), a inadimplência relativa às operações de crédito para pessoas físicas no estado chegou a 4,2% em abril de 2018. O índice de inadimplência total atingiu 3,9%, enquanto que o de pessoas jurídicas contabilizou 3,4%.

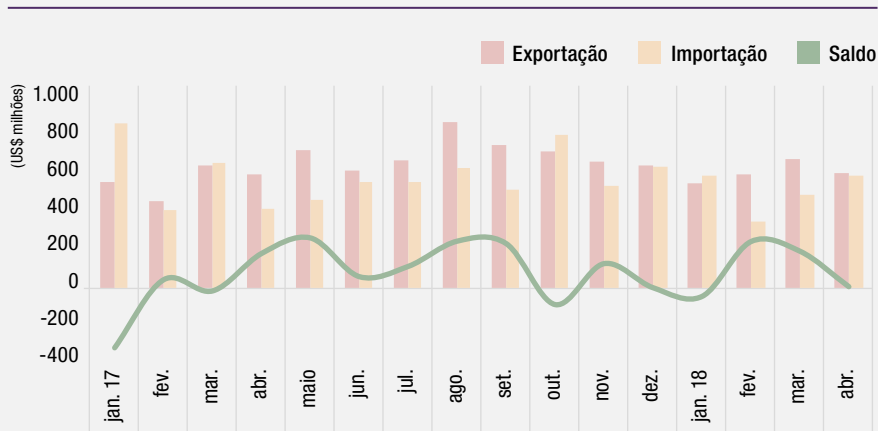
Gráfico 13
Taxa de inadimplência – Bahia – Jan. 2017-abr. 2018



Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas atingiram um volume de US\$ 612 milhões em abril de 2018, com aumento de 0,3% em comparação ao montante anotado no mesmo mês de 2017. As importações registraram aumento de 41,8%, com volume de US\$ 605 milhões. Dentre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador acumulado no ano, destacam-se, com aumento nas vendas externas, *Papel e Celulose* (38,17%) e *Soja e Derivados* (30,00%). Já os segmentos que sobressaíram pelo desempenho negativo foram: *Químicos e Petroquímicos* (-10,35%), *Petróleo e derivados* (-26,22%) e *Cacau e derivados* (-20,55%).

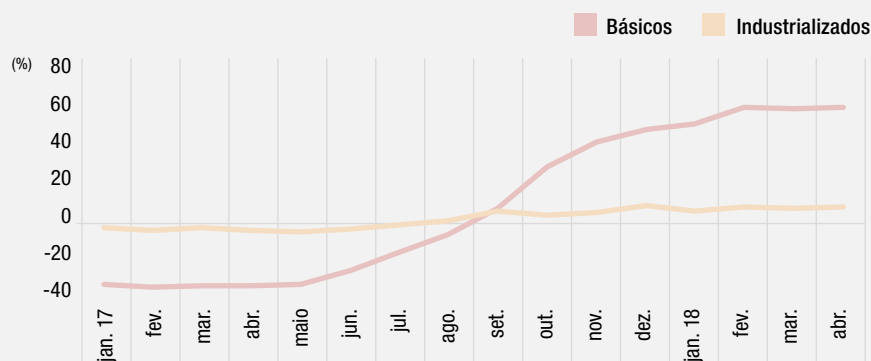
Gráfico 14
Balança comercial – Bahia – Jan. 2017-abr. 2018



Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 15

Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1) – Bahia – Jan. 2017-abr. 2018



Fonte: MDIC/Secex.

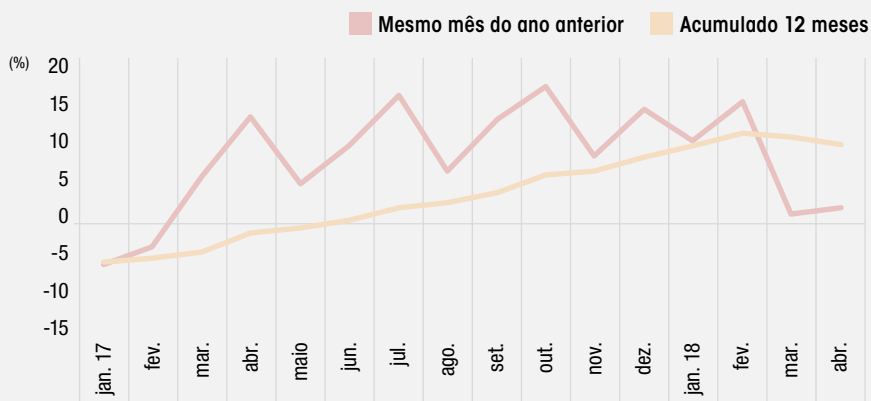
Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado, em abril de 2018, avançaram nas vendas de produtos básicos (4,4%) e retraíram nas vendas de produtos industrializados (-1,3%). No acumulado de 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados registraram crescimentos de 62,1% e 8,4%, respectivamente.

Gráfico 16

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia – Jan. 2017-abr. 2018



Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.

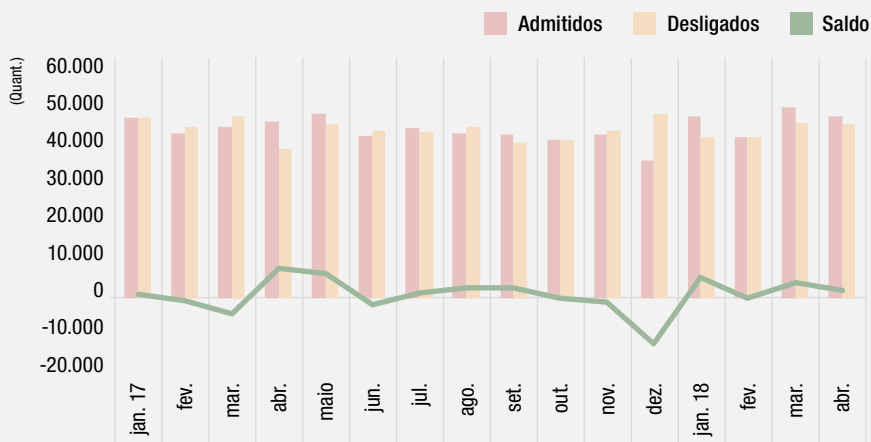
Elaboração: SEI/CAC.

Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – somou, aproximadamente, R\$ 2,3 bilhões em abril de 2018, expansão real de 3,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, o indicador acumulou expansão real de 10,5% em 12 meses.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o saldo total de empregos com carteira assinada na Bahia contabilizou ampliação de 1.976 postos de trabalho. Setorialmente, seis das oito atividades econômicas contabilizaram saldos positivos em abril: *Agropecuária* (+1.730 postos de trabalho), *Serviços* (+1.104 postos), *Indústria de Transformação* (+481 postos), *Administração Pública* (+275 postos), *Serviços Industriais de Utilidade Pública* (+124 postos) e *Extrativa Mineral* (+16 postos). Por sua vez, dois setores eliminaram posições de trabalho com carteira assinada: *Comércio* (-929 postos) e *Construção Civil* (-825 postos).

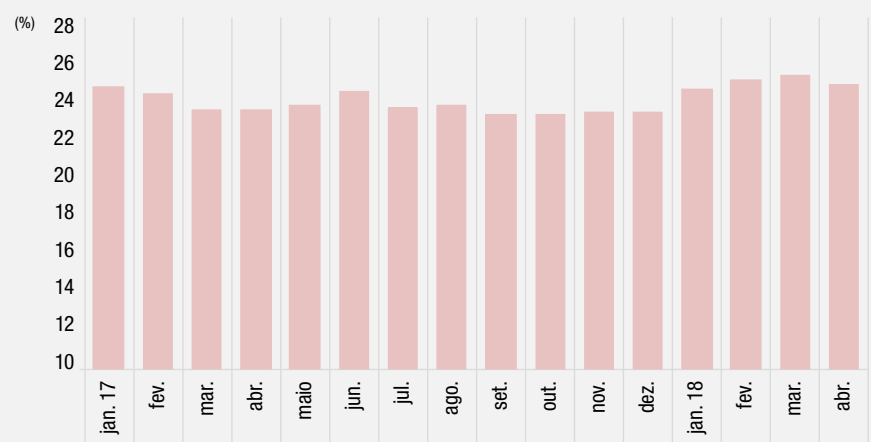
Gráfico 17
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – Jan. 2017-abr. 2018



Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
Sem ajustes.

Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), 25,2% da População Economicamente Ativa (PEA) estava desempregada em abril de 2018. Com relação ao total de ocupados, a PEA aumentou 1,7%, passando a ser estimada em 1.509 mil pessoas. Segundo os setores de atividade econômica analisados, houve crescimento no número de ocupados apenas nos *Serviços* (3,8% ou 35 mil), enquanto o declínio ocorreu em *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (-2,3% ou -7 mil pessoas) e na *Indústria de transformação* (-1,8% ou -2 mil). Relativa estabilidade foi identificada na *Construção* (-0,9% ou -1 mil). Segundo posição na ocupação, o contingente de trabalhadores assalariados aumentou (3,0% ou 28 mil), devido à elevação no setor privado (1,8% ou 15 mil) e no setor público (11,7% ou 13 mil). No setor privado, cresceu o número de empregados com carteira de trabalho assinada (2,1%, ou 15 mil), enquanto não variou o daqueles sem registro em carteira.

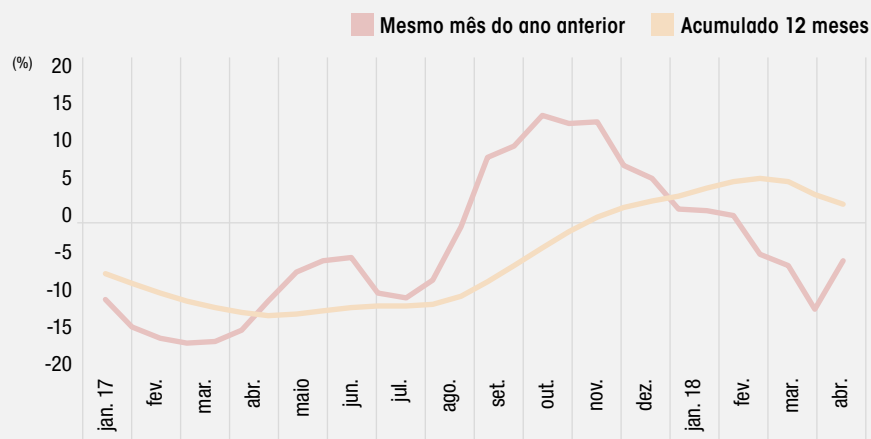
Gráfico 18
Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – Jan. 2017-abr. 2018



Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 19

Taxa de variação da massa de rendimento dos ocupados (1) – RMS – Bahia – Jan. 2017-abr. 2018



Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Ocupados no trabalho principal.

Quanto ao rendimento dos ocupados da RMS, calculado pela PED a partir dos dados sobre população ocupada e rendimento médio, houve retração na massa de rendimentos reais dos ocupados (-5,0%) e dos assalariados (-7,6%). No caso dos ocupados, o resultado deveu-se ao decréscimo do rendimento médio real, já que o nível de ocupação apresentou expansão. Em relação aos assalariados, o resultado decorreu do declínio do salário médio real, já que o nível de emprego permaneceu em relativa estabilidade.

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICE DE PREÇOS

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ⁽¹⁾ – Salvador – Abr. 2018

Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Abr. 2017	Abr. 2018	No ano ⁽²⁾	Últimos 12 meses ⁽³⁾	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994=100
Alimentos e bebidas	0,00	0,07	0,27	-1,24	205,39	502,91
Habituação e encargos	0,06	2,72	-1,14	3,22	194,45	1333,40
Artigos de residência	0,74	-1,66	0,09	5,23	115,50	265,87
Vestuário	1,60	1,20	-2,14	6,06	131,64	235,96
Transporte e comunicação	-0,93	-1,53	1,48	6,48	147,74	1059,39
Saúde e cuidados pessoais	-0,95	-1,43	-0,25	6,88	224,77	753,34
Despesas pessoais	-0,13	0,24	5,24	7,54	237,08	935,22
Geral	-0,20	-0,19	1,10	4,61	184,58	620,55

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – Capitais brasileiras – Abr. 2018

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%) no ano (2)	Porcentagem do salário mínimo
Rio de Janeiro	440,06	-0,26	5,10	50,14
São Paulo	434,80	-0,69	2,46	49,54
Porto Alegre	430,29	-1,01	0,83	49,03
Florianópolis	426,73	-0,01	1,94	48,62
Vitória	409,80	-0,19	6,39	46,69
Brasília	402,31	-0,57	5,94	45,84
Curitiba	394,07	-1,89	5,10	44,90
Cuiabá	391,56	-1,75	3,94	44,61
Fortaleza	378,98	-2,58	3,14	43,18
Campo Grande	378,40	-1,06	3,31	43,11
Belo Horizonte	376,58	-0,41	4,14	42,91
Belém	366,19	-0,24	2,67	41,72
Goiânia	365,81	1,49	1,42	41,68
Manaus	360,65	0,66	3,79	41,09
São Luís	345,33	-2,22	3,35	39,35
Aracaju	342,39	0,77	0,70	39,01
Natal	337,67	-1,63	1,96	38,47
João Pessoa	335,77	-4,02	1,90	38,26
Recife	333,11	-2,73	0,29	37,95
Salvador	325,42	0,79	2,77	37,08

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

AGRICULTURA

Tabela 3

Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – Jan.-abr. 2017/2018

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2017 (1)	2018 (2)	Variação (%)	2017 (1)	2018 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	142.630	143.550	0,6	6.652	7.030	5,7
Algodão herbáceo	833.490	1.017.754	22,1	204.100	260.080	27,4
Alho	5.706	5.676	-0,5	645	645	0,0
Amendoim (2º safra)	1.360	2.880	111,8	1.508	3.000	98,9
Arroz total	8.016	10.086	25,8	8.320	8.020	-3,6
Batata-inglesa (2º safra)	92.189	52.090	-43,5	2.041	1.306	-36,0
Cana-de-açúcar	3.231.000	4.680.000	44,8	52.000	91.000	75,0
Cebola	291.175	302.400	3,9	9.517	10.120	6,3
Feijão total	268.292	266.312	-0,7	473.100	447.490	-5,4
Feijão 1ª safra	141.452	118.800	-16,0	229.600	222.000	-3,3
Feijão 2ª safra	126.840	147.512	16,3	243.500	225.490	-7,4
Fumo	3.800	8.480	123,2	4.000	8.000	100,0
Mamona	10.560	22.400	112,1	22.000	35.000	59,1
Mandioca	2.078.752	1.827.575	-12,1	230.143	250.505	8,8
Milho total	2.034.080	1.965.140	-3,4	666.800	626.600	-6,0
Milho 1ª safra	1.516.880	1.614.140	6,4	403.800	383.300	-5,1
Milho 2ª safra	517.200	351.000	-32,1	263.000	243.300	-7,5
Soja	5.136.000	5.088.800	-0,9	1.584.000	1.600.000	1,0
Sorgo granífero	105.988	82.396	-22,3	98.100	100.350	2,3
Tomate	305.000	204.550	-32,9	7.200	5.055	-29,8
Pernamentes						
Banana (4)	1.070.000	912.000	-14,8	86.000	84.000	-2,3
Cacau	83.869	103.218	23,1	480.050	480.045	0,0
Café total	182.340	156.980	-13,9	160.000	165.000	3,1
Café arábica	60.960	72.300	18,6	105.000	117.000	11,4
Café cenephora	121.380	84.680	-30,2	55.000	48.000	-12,7
Castanha-de-cajú	2.700	4.000	48,1	18.000	20.000	11,1
Coco-da-baía (3)	542.217	542.448	0,0	79.610	75.510	-5,2
Guaraná	2.748	2.340	-14,8	7.428	6.500	-12,5
Laranja (4)	1.007.000	830.000	-17,6	86.500	61.500	-28,9
Pimenta-do-reino	4.916	4.060	-17,4	2.605	1.840	-29,4
Sisal	175.931	96.000	-45,4	256.820	120.000	-53,3
Uva	51.090	46.128	-9,7	2.229	1.919	-13,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2017.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), abril de 2018 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2017/2018

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2017 (1)	2018 (2)	Variação (%)	2017 (1)	2018 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.657	5.725	1,2	25.213	25.074	-0,6
Algodão herbáceo	204.100	260.080	27,4	4.084	3.913	-4,2
Alho	645	645	0,0	8.847	8.800	-0,5
Amendoim	1.508	3.000	98,9	902	960	6,4
Arroz total	8.320	8.020	-3,6	963	1.258	30,5
Batata-inglesa	2.041	1.306	-36,0	45.169	39.885	-11,7
Cana-de-açúcar	47.000	81.000	72,3	68.745	57.778	-16,0
Cebola	9.517	10.120	6,3	30.595	29.881	-2,3
Feijão total	463.100	447.490	-3,4	579	595	2,7
Feijão 1ª safra	229.600	222.000	-3,3	616	535	-13,1
Feijão 2ª safra	233.500	225.490	-3,4	543	654	20,4
Fumo	4.000	8.000	100,0	950	1.060	11,6
Mamona	22.000	32.000	45,5	480	700	45,8
Mandioca	192.137	170.505	-11,3	10.819	10.719	-0,9
Milho total	666.800	626.600	-6,0	3.051	3.136	2,8
Milho 1ª safra	403.800	383.300	-5,1	3.757	4.211	12,1
Milho 2ª safra	263.000	243.300	-7,5	1.967	1.443	-26,6
Soja	1.584.000	1.600.000	1,0	3.242	3.181	-1,9
Sorgo granífero	98.100	100.350	2,3	1.080	821	-24,0
Tomate	7.200	5.055	-29,8	42.361	40.465	-4,5
Pernamentes						
Banana (4)	85.000	72.000	-15,3	12.588	12.667	0,6
Cacau	430.050	430.045	0,0	195	240	23,1
Café total	143.000	125.000	-12,6	1.275	1.256	-1,5
Café arábica	94.000	80.000	-14,9	649	904	39,4
Café cenephora	49.000	45.000	-8,2	2.477	1.882	-24,0
Castanha-de-cajú	18.000	20.000	11,1	150	200	33,3
Coco-da-baía (3)	69.114	74.510	7,8	7.845	7.280	-7,2
Guaraná	6.788	6.500	-4,2	405	360	-11,1
Laranja (4)	71.250	51.500	-27,7	14.133	16.117	14,0
Pimenta-do-reino	1.950	1.825	-6,4	2.521	2.225	-11,8
Sisal	193.277	120.000	-37,9	910	800	-12,1
Uva	2.229	1.719	-22,9	22.921	26.834	17,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2017.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), abril de 2018 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

INDÚSTRIA

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Abr. 2018

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	5,0	2,2	1,5
Indústrias extrativas	-5,5	-0,2	7,1
Indústrias de transformação	5,6	2,3	1,3
Produtos alimentícios	7,0	13,2	7,7
Bebidas	28,0	17,2	7,4
Couros, artigos para viagem e calçados	1,0	-5,3	-0,2
Celulose, papel e produtos de papel	-7,0	2,0	-0,3
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-2,3	-4,9	-7,0
Outros produtos químicos	1,8	-7,6	-2,5
Produtos de borracha e de material plástico	-2,8	-0,1	5,9
Produtos de minerais não-metálicos	-7,4	-11,0	-4,4
Metalurgia	4,7	3,3	-12,6
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	105,8	30,4	-43,8
Veículos automotores, reboques e carrocerias	39,2	27,9	31,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2017-abr. 2018

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Janeiro 2017	-14,4	-14,4	-6,1
Fevereiro	-3,3	-9,4	-7,1
Março	-3,0	-7,2	-6,8
Abril	-7,3	-7,2	-7,4
Maio	0,4	-5,6	-7,2
Junho	-10,7	-6,5	-7,7
Julho	9,0	-4,3	-5,4
Agosto	5,6	-3,0	-4,1
Setembro	5,4	-2,1	-3,2
Outubro	-3,1	-2,2	-2,9
Novembro	1,8	-1,9	-2,4
Dezembro	-2,7	-1,9	-1,9
Janeiro 2018	5,9	5,9	-0,1
Fevereiro	3,9	4,9	0,4
Março	-5,2	1,2	0,2
Abril	5,6	2,3	1,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

ENERGIA

Tabela 7

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Abr. 2018

(%)

Classes	Mensal (3)	No ano (4)	12 meses (5)
Rural	-2,8	-16,2	-4,8
Residencial	4,1	2,3	1,1
Industrial (1)	-20,5	-23,0	-15,7
Comercial	2,0	0,9	-2,2
Utilidades públicas (2)	5,7	8,1	6,4
Setor público	3,7	-0,9	-19,4
Concessionária	-8,3	-4,2	-2,6
Total	2,8	-0,3	-3,3

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

SERVIÇOS

Tabela 8

Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Abr. 2018

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	-0,9	-0,8	0,8
Combustíveis e lubrificantes	-9,1	-10,9	-5,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-4,9	-4,2	-9,2
Hipermercados e supermercados	-3,6	-0,6	-7,7
Tecidos, vestuário e calçados	-4,3	-2,1	3,0
Móveis e eletrodomésticos	3,0	1,9	23,5
Móveis	-1,2	-4,0	13,0
Eletrodomésticos	6,2	5,9	28,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	7,9	10,1	1,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	17,5	11,2	18,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	44,1	20,7	15,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	8,7	12,3	12,6
Comércio Varejista Ampliado	0,6	4,4	4,1
Veículos, Motos, Partes e Peças	22,1	18,9	11,7
Material de construção	15,4	7,0	8,3

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Exportações, principais segmento – Bahia – Jan.-abr. 2017/2018

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2017	2018			
Papel e Celulose	382.787	528.881	38,17	21,35	31,24
Químicos e Petroquímicos	481.546	431.690	-10,35	17,43	26,10
Soja e Derivados	265.173	344.791	30,03	13,92	-0,90
Automotivo	181.696	208.713	14,87	8,43	7,94
Petróleo e Derivados	279.617	206.311	-26,22	8,33	14,16
Metalúrgicos	131.862	182.866	38,68	7,38	13,46
Metais Preciosos	123.709	130.564	5,54	5,27	163,91
Cacau e Derivados	88.219	70.093	-20,55	2,83	-10,59
Borracha e Suas Obras	56.648	51.493	-9,10	2,08	7,92
Minerais	28.770	48.818	69,69	1,97	69,06
Couros e Peles	48.005	40.804	-15,00	1,65	-6,90
Algodão e Seus Subprodutos	12.165	39.575	225,32	1,60	0,79
Frutas e Suas Preparações	29.903	34.239	14,50	1,38	4,03
Café e Especiarias	35.751	32.934	-7,88	1,33	-0,47
Sisal e Derivados	30.513	30.020	-1,62	1,21	16,78
Calçados e Suas Partes	30.375	21.802	-28,23	0,88	-2,55
Fumo e Derivados	14.216	17.170	20,78	0,69	9,03
Carne e Miudezas de Aves	2.894	7.473	158,23	0,30	9,25
Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos	4.834	7.043	45,70	0,28	28,43
Milho e Derivados	0	0	-	0,00	-
Demais Segmentos	66.946	41.427	-38,12	1,67	15,10
Total	2.295.628	2.476.706	7,89	100,00	12,89

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/05/2018.

Elaboração: SEI.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – Jan.-abr. 2017/2018

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2017	2018		2017	2018		
China	1.048.638	1.075.677	2,58	468.140	611.140	30,55	24,67
Argentina	99.458	77.010	-22,57	304.047	319.677	5,14	12,91
Estados Unidos	364.489	246.856	-32,27	351.309	310.773	-11,54	12,55
Países Baixos (Holanda)	348.775	240.695	-30,99	167.042	175.443	5,03	7,08
Bélgica	269.700	191.571	-28,97	137.717	82.979	-39,75	3,35
Coreia do Sul	54.627	171.164	213,33	40.520	81.929	102,19	3,31
Alemanha	220.729	157.348	-28,71	89.477	68.303	-23,66	2,76
França	66.134	135.642	105,10	28.535	63.955	124,13	2,58
Cingapura	71.470	163.801	129,19	69.284	61.063	-11,87	2,47
Espanha	94.026	96.525	2,66	41.499	49.109	18,34	1,98
Emirados Árabes Unidos	1.465	69.707	-	18.098	45.994	154,13	1,86
Itália	35.690	41.063	15,05	33.317	45.668	37,07	1,84
Índia	38.068	25.987	-31,73	40.627	43.176	6,27	1,74
Chile	16.625	32.661	96,46	41.743	39.286	-5,89	1,59
México	27.296	23.733	-13,05	47.792	38.032	-20,42	1,54
Virgens, Ilhas (Americanas)	248.019	106.688	-56,98	69.531	36.664	-47,27	1,48
Canadá	2.833	2.033	-28,26	8.132	34.725	327,01	1,40
Indonésia	2.599	11.210	331,41	21.077	31.482	49,37	1,27
Suíça	221	220	-0,08	21.941	30.709	39,97	1,24
Colômbia	12.198	14.913	22,26	25.345	28.272	11,55	1,14
Porto Rico	93	69.545	-	359	26.379	-	1,06
Provisão de Navios e Aeronaves	76.192	45.596	-40,16	30.677	22.770	-25,77	0,92
Japão	45.114	8.784	-80,53	31.839	17.459	-45,16	0,70
Taiwan (Formosa)	46.854	40.763	-13,00	23.829	16.604	-30,32	0,67
Equador	3.712	5.381	44,97	6.616	15.010	126,89	0,61
Uruguai	7.874	5.960	-24,31	17.280	14.914	-13,69	0,60
Peru	11.100	7.731	-30,35	17.820	13.741	-22,89	0,55
Eslovênia	216	35.226	-	425	12.927	-	0,52
Romênia	4	33.109	-	45	11.183	-	0,45
Paraguai	10.013	2.625	-73,78	7.424	9.903	33,40	0,40
Demais países	193.352	90.565	-53,16	134.236	117.695	-12,32	4,75
Total	3.417.582	3.229.790	-5,49	2.295.722	2.476.965	7,89	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/05/2018

Elaboração: SEI.

INDICADORES SOCIAIS

EMPREGO

Tabela 11

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-abr. 2018

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados				Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)			
Janeiro 2017	1.924	129	1.441	131	483	121	1.410	147	58	25	3.753
Fevereiro	1.920	128	1.446	132	474	119	1.419	148	58	25	3.757
Março	1.933	129	1.471	134	462	116	1.411	147	58	24	3.761
Abril	1.906	127	1.450	132	456	115	1.444	151	57	24	3.765
Maio	1.926	129	1.462	133	464	117	1.429	149	57	24	3.770
Junho	1.932	129	1.451	132	481	121	1.428	149	58	25	3.774
Julho	1.952	130	1.483	135	469	118	1.414	148	58	24	3.778
Agosto	1.942	130	1.474	134	468	118	1.429	149	58	24	3.782
Setembro	1.925	129	1.469	134	456	115	1.452	152	57	24	3.786
Outubro	1.934	129	1.476	134	458	115	1.447	151	57	24	3.791
Novembro	1.948	130	1.484	135	464	117	1.440	150	58	24	3.795
Dezembro	1.975	132	1.505	137	470	118	1.418	148	58	24	3.799
Janeiro 2018	1.994	133	1.495	136	499	125	1.403	146	59	25	3.803
Fevereiro	2.001	134	1.491	136	510	128	1.402	146	59	26	3.808
Março	1.997	133	1.484	135	513	129	1.411	147	59	26	3.812
Abril	2.017	135	1.509	137	508	128	1.396	146	59	25	3.816
Variação mensal (%)											
Abr. 2018/mar. 2018		1,00		1,68		-0,97		-1,06	0,85	-1,95	
Variação no ano (%)											
Abr. 2018/dez. 2017		2,13		0,27		8,09		-1,55	1,55	5,88	
Variação anual (%)											
Abr. 2018/abr. 2017		5,82		4,07		11,40		-3,32	3,87	5,44	

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 12

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-abr. 2018

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador (RMS)					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2017	25,1	17,8	7,3	6,6	(1)	23,7	16,9	6,8	30,6	21,3	9,3
Fevereiro	24,7	17,3	7,4	6,6	(1)	23,3	16,3	7	30,4	21,6	8,9
Março	23,9	16,5	7,5	6,7	(1)	22,6	15,5	7,1	28,8	20,1	8,7
Abril	23,9	16,3	7,6	6,8	(1)	22,5	15,3	7,3	29,3	20,4	8,9
Mai	24,1	16,5	7,6	6,9	(1)	22,9	15,7	7,3	28,7	19,9	8,9
Junho	24,9	17,3	7,6	6,8	(1)	23,4	16,3	7,1	30,5	21,2	9,3
Julho	24,0	16,9	7,1	6,5	(1)	22,9	16,1	6,8	28,3	19,9	8,5
Agosto	24,1	17,2	7,0	6,3	(1)	23,4	16,6	6,8	27,3	19,5	7,8
Setembro	23,7	16,7	6,9	6,4	(1)	23,1	16,2	6,9	26,1	19,1	(1)
Outubro	23,7	16,7	6,9	6,4	(1)	22,8	16	6,8	27,4	19,9	7,5
Novembro	23,8	16,8	7	6,3	(1)	22,2	15,5	6,7	29,7	21,5	8,1
Dezembro	23,8	17,2	6,5	5,9	(1)	22,3	16,3	6	28,8	20,5	8,4
Janeiro 2018	25	18,3	6,7	6	(1)	23,8	17,5	6,4	29	21,4	7,6
Fevereiro	25,5	18,8	6,7	5,9	(1)	24,7	18,4	6,4	28	20,1	7,8
Março	25,7	18,7	7	6	(1)	25,1	18,3	6,8	28	20,2	7,8
Abril	25,2	18,1	7,1	6	(1)	24,5	17,6	6,9	27,8	20,1	7,8
Variação mensal (%)											
Abr. 2018/abr. 2018	-1,9	-3,2	1,4	0,0	–	-2,4	-3,8	1,5	-0,7	-0,5	0,0
Variação no ano (%)											
Abr. 2018/dez 2017	5,9	5,2	9,2	1,7	–	9,9	8,0	15,0	-3,5	-2,0	-7,1
Variação anual (%)											
Abr. 2018/abr. 2017	5,4	11,0	-6,6	-11,8	–	8,9	15,0	-5,5	-5,1	-1,5	-12,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 13

Distribuição dos Ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-abr. 2018

(%)

Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar												
Períodos	Serviços											
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Transporte, armazenagem e Correio (6)	Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (7)	Atividades administrativas e serviços complementares (8)	Administração pública, defesa e segurança social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	Serviços domésticos (11)		
Janeiro 2017	100,0	5,5	6,9	20,0	65,9	5,6	6,7	9,8	18,9	15,5	8,7	
Fevereiro	100,0	5,9	6,1	19,9	66,3	6,1	7,1	9,0	19,3	15,3	8,8	
Março	100,0	5,9	6,1	19,4	67,0	6,5	7,1	9,3	19,0	16,1	8,2	
Abril	100,0	5,5	7,3	19,1	66,5	7,0	7,6	9,2	18,8	15,4	7,9	
Maio	100,0	5,1	7,5	18,6	67,2	7,3	7,5	10,2	18,5	15,0	8,1	
Junho	100,0	4,8	7,7	18,3	67,5	7,9	6,9	10,1	18,7	14,5	8,7	
Julho	100,0	4,9	7,6	18,9	66,9	7,7	6,9	10,2	19,0	13,7	8,7	
Agosto	100,0	5,5	7,7	19,4	65,7	7,1	6,8	9,5	19,1	14,6	8,1	
Setembro	100,0	5,7	8,0	20,3	64,5	6,5	6,9	9,1	19,5	13,8	8,0	
Outubro	100,0	6,0	7,4	19,8	65,2	6,1	6,7	9,3	19,6	14,8	8,0	
Novembro	100,0	5,5	7,3	19,9	65,6	6,6	6,3	9,2	20,4	14,4	8,0	
Dezembro	100,0	5,6	6,7	20,7	65,4	6,7	6,2	9,0	19,9	15,0	7,8	
Janeiro 2018	100,0	5,6	6,8	21,5	64,5	6,7	6	8,2	20	15,2	7,7	
Fevereiro	100,0	6,0	7,3	21,9	63,1	6,0	6,0	8,1	19,0	15,2	8,0	
Março	100,0	6,0	7,3	20,7	64,3	6,3	6,5	8,1	19,3	15,7	7,9	
Abril	100,0	5,6	7,1	20,0	65,8	6,2	6,7	8,9	19,8	15,7	7,9	

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar.

(9) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(10) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

(11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 14

Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-abr. 2018

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2017	66,3	50,6	6,7	8,9	19,6	18,2	(3)	(3)	8,3	3,1
Fevereiro	66,1	50,8	6,8	8,5	19,3	18,1	(3)	3,0	8,5	3,1
Março	66,2	50,4	7,2	8,6	19,5	18,4	(3)	3,1	7,9	3,3
Abril	65,8	50,4	6,9	8,5	19,9	18,7	(3)	(3)	7,6	3,9
Mai	66,3	50,8	6,8	8,7	20,0	18,9	(3)	(3)	7,4	3,8
Junho	65,6	50,3	6,3	8,9	21,0	19,5	(3)	(3)	8,1	3,2
Julho	65,9	50,9	6,0	9,0	20,4	19,0	(3)	(3)	8,3	3,1
Agosto	65,2	50,5	5,6	9,1	21,3	19,7	(3)	(3)	7,8	3,2
Setembro	64,4	49,4	5,8	9,2	21,7	20,3	(3)	2,8	7,6	3,5
Outubro	63,0	47,9	6,1	9,0	23,0	21,6	(3)	(3)	7,6	3,6
Novembro	63,1	47,3	6,4	9,4	23,1	21,6	(3)	(3)	7,8	3,5
Dezembro	63,6	48	6,6	9	23,1	21,5	(3)	(3)	7,6	3,4
Janeiro 2018	63,4	47,6	7,2	8,6	23,2	21,6	(3)	(3)	7,5	3,6
Fevereiro	63,1	47,8	7,8	7,6	23,2	21,7	(3)	(3)	7,6	3,9
Março	62,6	47,1	8	7,5	23,2	22,1	(3)	(3)	7,7	4,2
Abril	63,4	47,3	7,9	8,2	22,3	21,4	(3)	(3)	7,6	4,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 15

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-abr. 2018

(R\$)

Trimestres	Rendimento Médio Real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)	Valor Absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2017	1.457	92,0	1.531	87,4	1.075	100,3
Fevereiro	1.481	93,5	1.547	88,4	1.075	100,3
Março	1.524	96,2	1.585	90,5	1.064	99,3
Abril	1.530	96,6	1.606	91,7	1.062	99,1
Maio	1.557	98,4	1.649	94,2	1.101	102,7
Junho	1.552	98,0	1.638	93,5	1.119	104,4
Julho	1.557	98,3	1.622	92,6	1.104	103,1
Agosto	1.517	95,8	1.577	90,1	1.054	98,4
Setembro	1.503	94,9	1.559	89,0	1.047	97,7
Outubro	1.450	91,6	1.535	87,6	1.031	96,2
Novembro	1.424	90,0	1.524	87,0	1.014	94,6
Dezembro	1.388	87,7	1.510	86,2	983	91,7
Janeiro 2018	1.354	85,5	1.472	84,1	976	91,0
Fevereiro	1.366	86,3	1.478	84,4	976	91,0
Março	1.351	85,4	1.465	83,7	961	89,6
Abril	1.412	89,2	1.503	85,8	964	90,0
Variação mensal (%)						
Abr. 2018/mar. 2018		4,5		2,6		0,4
Variação no ano (%)						
Abr. 2018/dez. 2017		1,7		-0,4		-1,9
Variação anual (%)						
Abr. 2018/abr. 2017		-7,7		-6,4		-9,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2018.

(4) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 16

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1) – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-abr. 2018

(R\$)

Períodos	Total(2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2017	1.456,7	(3)	965,7	1.076,6	1.354,8	3.248,9
Fevereiro	1.480,7	(3)	979,9	1.088,0	1.390,1	3.249,2
Março	1.523,8	(3)	1.028,8	1.079,7	1.401,6	3.465,3
Abril	1.529,8	(3)	1.067,3	1.085,7	1.423,3	3.369,8
Maiο	1.557,3	(3)	1.101,1	1.075,3	1.433,5	3.522,3
Junho	1.551,8	(3)	1.094,2	1.056,7	1.414,7	3.542,8
Julho	1.556,8	(3)	1.058,7	1.028,9	1.381,3	3.744,2
Agosto	1.517,1	(3)	1.021,9	1.004,6	1.337,3	3.695,3
Setembro	1.502,7	(3)	971,8	1.021,9	1.306,8	3.670,4
Outubro	1.450,1	(3)	987,3	1.022,9	1.289,8	3.370,2
Novembro	1.424,3	(3)	968,4	1.001,9	1.317,3	3.237,8
Dezembro	1.387,8	(3)	1.003,7	967,2	1.329,2	3.011,9
Janeiro 2018	1.354,3	(3)	983,9	969,0	1.337,7	2.829,4
Fevereiro	1.366,0	(3)	986,7	992,0	1.304,2	2.988,9
Março	1.351,4	(3)	947,9	1.002,0	1.276,9	2.999,3
Abril	1.412,0	(3)	956,9	991,0	1.266,9	3.333,8
Variacão mensal (%)						
Abr. 2018/mar. 2018	4,5	–	1,0	-1,1	-0,8	11,2
Variacão no ano (%)						
Abr. 2018/dez. 2017	1,7	–	-4,7	2,5	-4,7	10,7
Variacão anual (%)						
Abr. 2018/abr. 2017	-7,7	–	-10,3	-8,7	-11,0	-1,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2018.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 17

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ⁽¹⁾ – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-abr. 2018

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não assinada	
Janeiro 2017	1.530,9	1.380,2	1.621,4	1.211,1	1.397,8	1.454,3	859,0	2.848,8
Fevereiro	1.547,3	1.368,3	1.641,7	1.212,1	1.383,1	1.443,9	862,1	2.997,3
Março	1.584,9	1.408,2	1.782,6	1.224,6	1.408,5	1.484,6	855,8	2.975,9
Abril	1.606,1	1.427,4	1.918,8	1.310,7	1.389,8	1.508,1	839,6	3.015,3
Maio	1.649,2	1.458,4	1.920,9	1.285,2	1.431,5	1.537,5	846,3	3.092,0
Junho	1.637,6	1.444,7	1.885,9	1.280,2	1.426,5	1.518,2	858,3	3.086,9
Julho	1.622,1	1.429,3	1.864,3	1.207,4	1.431,5	1.498,8	824,0	3.049,3
Agosto	1.577,0	1.403,0	1.763,2	1.211,4	1.399,3	1.474,7	836,8	2.812,9
Setembro	1.559,2	1.386,0	1.757,8	1.206,9	1.377,5	1.462,9	825,9	2.818,1
Outubro	1.534,7	1.359,2	1.633,8	1.193,8	1.353,5	1.437,6	813,1	2.763,4
Novembro	1.524,3	1.356,2	1.638,6	1.203,0	1.349,1	1.435,0	804,2	2.829,0
Dezembro	1.509,5	1.352,2	1.611,7	1.172,0	1.356,9	1.436,1	798,5	2.791,4
Janeiro 2018	1.472,1	1.358,4	1.690,4	1.183,7	1.348,8	1.448,7	818,9	2.597,4
Fevereiro	1.478,4	1.351,4	1.707,7	1.205,2	1.336,5	1.442,8	824,1	2.751,8
Março	1.465,1	1.337,6	1.676,6	1.245,3	1.312,3	1.426,8	818,3	2.596,0
Abril	1.502,9	1.348,7	1.660,5	1.261,5	1.336,9	1.445,7	796,9	2.705,7
Variação mensal (%)								
Abr. 2018/mar. 2018	2,6	0,8	-1,0	1,3	1,9	1,3	-2,6	4,2
Variação no ano (%)								
Abr. 2018/dez. 2017	-0,4	-0,3	3,0	7,6	-1,5	0,7	-0,2	-3,1
Variação anual (%)								
Abr. 2018/abr. 2017	-6,4	-5,5	-13,5	-3,8	-3,8	-4,1	-5,1	-10,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2018.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 18

Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2017-abr. 2018

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2017	534	941	1.066	1.592	2.667	938	995	1.173	1.603	2.672
Fevereiro	631	955	1.069	1.592	2.672	941	994	1.175	1.603	2.672
Março	626	978	1.078	1.592	2.945	978	994	1.252	1.683	2.945
Abril	625	978	1.112	1.577	2.928	978	985	1.252	1.675	2.938
Mai	624	975	1.145	1.665	3.122	975	979	1.252	1.769	3.122
Junho	619	966	1.134	1.580	3.018	966	980	1.248	1.675	2.924
Julho	618	962	1.129	1.561	3.078	962	975	1.237	1.649	2.913
Agosto	610	952	1.118	1.539	2.888	952	966	1.231	1.625	2.775
Setembro	512	952	1.110	1.527	2.845	952	961	1.222	1.538	2.627
Outubro	507	947	1.069	1.523	2.539	947	953	1.219	1.570	2.544
Novembro	505	945	1.027	1.515	2.527	945	954	1.210	1.613	2.545
Dezembro	505	944	1.011	1.516	2.520	944	946	1.209	1.618	2.528
Janeiro 2018	504	945	1.010	1.512	2.325	945	960	1.207	1.613	2.515
Fevereiro	501	947	1.011	1.509	2.429	947	959	1.202	1.603	2.508
Março	499	951	1.006	1.497	2.404	951	959	1.198	1.509	2.495
Abril	499	952	1.012	1.497	2.504	952	955	1.197	1.502	2.794
Varição mensal (%)										
Abr. 2018/mar. 2018	0,0	0,1	0,6	0,0	4,1	0,1	-0,4	-0,1	-0,5	12,0
Varição no ano (%)										
Abr. 2018/dez. 2017	-1,1	0,8	0,1	-1,2	-0,7	0,8	0,9	-1,0	-7,1	10,5
Varição anual (%)										
Abr. 2018/abr. 2017	-20,2	-2,6	-9,0	-5,1	-14,5	-2,6	-3,1	-4,4	-10,3	-4,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI; valores em reais de abril de 2018.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

EMPREGO FORMAL

Tabela 19

Flutuação mensal do emprego – Bahia – Jan. 2017-abr. 2018

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2017 (2)	-216	695	-6.562	-418	829
Declaração fora do prazo	0	0	0	0	0
Com ajuste (3)	-216	695	-6.562	-418	829
Janeiro	894	681	-523	-808	7
Fevereiro	-912	879	-2.345	-1.182	435
Março	-5.234	-413	-749	-2.448	-3.438
Abril	7.794	1.022	-318	130	2.537
Maio	4.951	1.236	-53	-670	-949
Junho	-1.784	82	-1.207	260	48
Julho	1.064	944	519	-1.320	1.917
Agosto	2.564	375	2.533	-349	164
Setembro	2.758	-55	626	884	864
Outubro	917	35	-938	1.380	1.128
Novembro	-610	-1.138	-848	3.239	1.206
Dezembro	-12.618	-2.953	-3.259	466	-3.090
2018 (2)	16.482	1.116	1.709	-2.167	9.380
Declaração fora do prazo	12.414	2.648	54	-2.122	5.500
Com ajuste (3)	28.896	3.764	1.763	-4.289	14.880
Janeiro	7.229	917	1.627	-551	4.313
Fevereiro	611	-34	-228	-1.156	1.173
Março	5.383	-300	1.042	-14	2.196
Abril	3.259	533	-732	-446	1.698

Fonte: MTE–Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até abril.

FINANÇAS PÚBLICAS

UNIÃO

(Continua)

Tabela 20

Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2018

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2018		Acumulado jan.-abr.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	384.475.098	358.098.612	742.573.710
Receitas correntes	276.798.286	248.772.777	525.571.063
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	97.702.937	90.744.149	188.447.086
Impostos	96.661.092	87.478.634	184.139.726
Taxas	1.042	3.265.516	3.266.558
Receita de contribuições	145.669.662	130.637.230	276.306.892
Contribuições sociais	142.940.633	127.125.891	270.066.524
Contribuições econômicas	2.729.029	3.511.339	6.240.368
Contribuições para ent. privadas de serv. social e de form. profissional	0	0	0
Receita patrimonial	16.031.029	15.070.746	31.101.775
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	307	303	610
Valores mobiliários	4.963.167	3.527.995	8.491.162
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	146	282	428
Exploração de recursos naturais	10.160.706	10.531.577	20.692.283
Exploração do patrimônio intangível	0	0	0
Cessão de direitos	441	424	866
Demais receitas patrimoniais	13	967	980
Receita agropecuária	3	3	6
Receita industrial	139	166	305
Receita de serviços	11.053.127	5.322.477	16.375.604
Serviços administrativos e comerciais gerais	563	656	1.219
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	604	598	1.201
Serviços e atividades referentes à saúde	293	305	598
Serviços e atividades financeiras	9.590.139	3.759.160	13.349.299
Outros serviços	4	4	8
Transferências correntes	184,71	330	515
Transferências da união e de suas entidades	152,871	151,96	305
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	13,03	370,361	383
Transferências dos municípios e de suas entidades	3,032	5,96	9
Transferências de instituições privadas	15,17	169,623	185
Transferências do exterior	470	0,00	470
Transferências de pessoas físicas	134,00	139	273
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0,00	0
Outras receitas correntes	6.015.072	6.499.155	12.514.227
Multas administrativas, contratuais e judiciais	1.172	1.019	2.191
Indenizações, restituições e ressarcimentos	1.378.913	1.290.813	2.669.726
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	76	1.549.456	1.549.532
Demais receitas correntes	2.733.582	1.039.448	3.773.030
Receitas correntes a classificar	0	84	84
Receitas de capital	107.676.812	109.325.833	217.002.645
Operações de crédito	90.185.957	47.352.480	137.538.437
Operações de crédito internas	87.256.851	47.189.895	134.446.746
Operações de crédito externas	2.838.601	163	2.838.763
Alienação de bens	103	130	232

(Continua)

Tabela 20
Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2018

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2018		Acumulado jan.-abr.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Alienação de bens móveis	86	114	200
Alienação de bens imóveis	17	15	32
Alienação de bens intangíveis	0	0	0
Amortizações de empréstimos	5.277.675	34.567.207	39.844.882
Transferências de capital	937,77	8	945
Transferências da união e de suas entidades	0	1,35	1
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	50,00	50
Transferências de instituições privadas	1.114,00	-1,114	1.113
Transferências do exterior	3	5,77	8
Outras receitas de capital	12.106.694	27.268.987	39.375.681
Integralização do capital social	0	0	0
Resultado do banco central	0	14.955.813	14.955.813
Remuneração das disponibilidades do tesouro	12.106.694	12.313.174	24.419.868
Resgate de títulos do tesouro	0	0	0
Demais receitas de capital	0	0	0
Receitas de capital a classificar	0	0	0
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	389.286.760	365.245.791	754.532.551
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	91.535.853	182.375.625	273.911.478
Operações de crédito internas	89.424.456	182.375.625	271.800.081
Mobiliária	89.424.456	182.375.625	271.800.081
Operações de crédito externas	2.111.397	0	2.111.397
Mobiliária	2.111.397	0	2.111.397
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	480.822.613	547.621.415	1.028.444.028
Déficit (VI)	0	0	0
Total (VII) = (V + VI)	480.822.613	547.621.415	1.028.444.028

Receita realizada	2018		Acumulado jan.-abr.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Receita (intraorçamentária) (II)	4.811.661	7.147.180	11.958.841
Receitas correntes	4.811.661	7.147.180	11.958.841
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	188	339	527
Impostos	24	84	108
Taxas	164	253	417
Receita de contribuições	3.007.296	3.092.353	6.099.649
Contribuições sociais	3.007.294	3.092.339	6.099.633
Contribuições econômicas	1	14	15
Contribuições para ent. privadas de serv. social e de form. profissional	0	0	0
Receita patrimonial	265	681	946
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	264	656	920
Valores mobiliários	0	0	0
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	1	25	26
Receita industrial	15	22	36
Receita de serviços	4	5	9
Serviços administrativos e comerciais gerais	958	592	1.550
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0	0	0

(Conclusão)

Tabela 20

Demonstrativo das receitas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2018

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2018		Acumulado jan.-abr.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Serviços e atividades referentes à saúde	1.507	867	2.374
Serviços e atividades financeiras	0	0	0
Outros serviços	0	0	0
Outras receitas correntes	1.785	3.145.243	3.147.028
Multas administrativas, contratuais e judiciais	-26	-46	-72
Indenizações, restituições e ressarcimentos	828	24	853
Receitas decorrentes de aportes periódicos p/ comp. Ao RGPS	0	0	0
Demais receitas correntes	1.778	3.137.195	3.138.973
Receitas de capital	0	0	0
Operações de crédito	0	0	0
Operações de crédito internas	0	0	0
Operações de crédito externas	0	0	0
Alienação de bens	0	0	0
Alienação de bens móveis	0	0	0
Alienação de bens imóveis	0	0	0
Alienação de bens intangíveis	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0
Integralização do capital social	0	0	0
Resultado do banco central	0	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0	0
Resgate de títulos do tesouro	0	0	0
Demais receitas de capital	0	0	0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração: SEI/Coref.

Rreo - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

Tabela 21

Demonstrativo das despesas da União – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2018

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2017		Acumulado jan.-abr.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	382.595.824	340.494.004	723.089.828
Despesas correntes	304.401.650	275.826.877	580.228.527
Pessoal e encargos sociais	46.001.934	47.580.548	93.582.482
Juros e encargos da dívida	83.453.094	32.680.453	116.133.547
Outras despesas correntes	174.946.621	195.565.876	370.512.497
Transferência a estados, DF e municípios	52.664.315	51.188.217	103.852.532
Benefícios previdenciários	89.132.490	95.097.711	184.230.201
Demais despesas correntes	33.149.817	49.279.948	82.429.765
Despesas de capital	78.194.174	64.667.127	142.861.301
Investimentos	82	1.192	1.273
Inversões financeiras	6.604.078	10.125.327	16.729.405
Amortização da dívida	71.458.921	53.349.991	124.808.912
Reserva de contingência	0	0	0
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	4.460.819	7.766.686	12.227.505
Despesas correntes	4.444.784	7.747.998	12.192.782
Pessoal e encargos sociais	3.432.635	3.511.293	6.943.928
Juros e encargos da dívida	0	0	0
Outras despesas correntes	1.012	4.236.705	4.237.717
Demais despesas correntes	1.012	4.236.705	4.237.717
Despesas de capital	16	19	35
Investimentos	7	685	692
Inversões financeiras	16	16	32
Amortização da dívida	0	0	0
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	387.056.643	348.260.690	735.317.333
Amortização da dívida – refinanciamento (XI)	139.906.687	86.895.644	226.802.331
Amortização da dívida interna	139.606.764	86.546.043	226.152.807
Dívida mobiliária	139.489.159	86.433.832	225.922.991
Outras dívidas	118	112	230
Amortização da dívida externa	300	350	650
Dívida mobiliária	108	128	237
Outras dívidas	192	221	413
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	526.963.331	435.156.333	962.119.664
Superávit (XIII)	0	0	0
Total (XIV) = (XII + XIII)	526.963.331	435.156.333	962.119.664

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas

ESTADO

(Continua)

Tabela 22

Balanço orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2018

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2018		Acumulado jan.-abr.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	6.741.402.974	6.527.201.538	13.268.604.512
Receitas correntes	6.706.613.989	6.147.171.696	12.853.785.685
Receita tributária	3.843.108.030	3.720.141.666	7.563.249.697
Impostos	3.659.545.686	3.534.186.529	7.193.732.215
Taxas	183.562.345	185.955.137	369.517.482
Contribuição de melhoria	0	0	0
Receita de contribuições	427.564.904	429.717.215	857.282.118
Contribuições sociais	427.564.904	429.717.215	857.282.118
Contribuição de intervenção no domínio econômico	0	0	0
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional	0	0	0
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	0	0	0
Receita patrimonial	52.153.788	53.273.303	105.427.090
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	6.993.545	7.189.481	14.183.026
Valores mobiliários	32.820.254	34.322.968	67.143.222
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	3.601.833	2.821.138	6.422.971
Exploração de recursos naturais	0	0	0
Exploração do patrimônio intangível	0	0	0
Cessão de direitos	8.738.156	8.939.715	17.677.871
Demais receitas patrimoniais	0	0	0
Receita agropecuária	930	30.958	31.888
Receita industrial	65.063	82.418	147.481
Receita de serviços	11.184.998	21.054.304	32.239.302
Serviços administrativos e comerciais gerais	1.049.568	9.180.427	10.229.995
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	245.288	210.927	456.215
Serviços e atividades referentes à saúde	56.799,19	93.060	93.060
Serviços e atividades financeiras	0	0	0
Outros serviços	9.833.342,69	11.569.891	21.403.234
Transferências correntes	2.286.642.035	1.826.824.646	4.113.466.681
Transferências da união e de suas entidades	2.270.848.092	1.811.298.272	4.082.146.364
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	2.307.276	2.032.992	4.340.267
Transferências de instituições privadas	13.486.667	13.483.042	26.969.709
Transferências de outras instituições públicas	0	0	0
Transferências do exterior	0	10.341	10.341
Transferências de pessoas físicas	0	0	0
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0	0
Outras receitas correntes	85.894.241	96.047.186	181.941.427
Multas administrativas, contratuais e judiciais	13.004.687	13.953.454	26.958.141
Indenizações, restituições e ressarcimentos	63.647.670	55.516.857	119.164.527
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	0	0	0
Demais receitas correntes	9.241.884	26.576.875	35.818.759
Receitas de capital	34.788.985	380.029.842	414.818.827
Operações de crédito	4.614.873	158.761.851	163.376.725
Operações de crédito - mercado interno	1.246.820	2.058.799	3.305.619
Operações de crédito - mercado externo	3.368.053	156.703.052	160.071.105
Alienação de bens	1.822.736	2.752.692	4.575.428
Alienação de bens móveis	0	1.299.260	1.299.260

(Conclusão)

Tabela 22

Balanço orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2018

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2018		Acumulado jan.-abr.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Alienação de bens imóveis	1.822.736	1.453.432	3.276.168
Alienação de bens intangíveis	0	0	0
Amortização de empréstimos	1.469.436	723.138	2.192.574
Transferências de capital	26.881.940	217.792.161	244.674.101
Transferências da união e de suas entidades	26.881.940	217.792.161	244.674.101
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0	0
Transferências de instituições privadas	0	0	0
Transferências de outras instituições públicas	0	0	0
Transferências do exterior	0	0	0
Transferências de pessoas físicas	0	0	0
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0
Integralização do capital social	0	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0	0
Resgate de títulos do tesouro	0	0	0
Demais receitas de capital	0	0	0
Receitas (intraorçamentárias) (II)	462.177.438	487.591.225	949.768.663
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	7.203.580.413	7.014.792.763	14.218.373.175
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	0	0	0
Operações de crédito internas	0	0	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	0	0	0
Para refinanciamento da dívida contratual	0	0	0
Operações de crédito externas	0	0	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	0	0	0
Para refinanciamento da dívida contratual	0	0	0
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	7.203.580.413	7.014.792.763	14.218.373.175
Déficit (VI)	0	0	0
Total (VII) = (V + VI)	7.203.580.413	7.014.792.763	14.218.373.175
Saldos de exercícios anteriores	0	0	0

Receita intraorçamentária	2018		Acumulado jan.-abr.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Receitas (intra-orçamentárias) (II)	462.177.438	487.591.225	949.768.663
Receitas correntes	462.177.438	487.591.225	949.768.663
Receita de contribuições	403.163.761	428.078.122	831.241.883
Contribuições sociais	403.163.761	428.078.122	831.241.883
Receita de serviços	4.102.582	3.802.487	7.905.069
Serviços e atividades referentes à saúde	4.102.582	3.762.487	7.865.069
Outros serviços	0	40.000	40.000
Outras receitas correntes	54.911.096	55.710.616	110.621.711
Demais receitas correntes	54.911.096	55.710.616	110.621.711
Total	462.177.438	487.591.225	949.768.663

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2016.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO - Anexo I (LRF art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Tabela 23

Balanco orçamentário – Despesa – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2017/jan.-abr. 2016

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2018		Acumulado jan.-abr.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	5.661.320.747	7.069.948.621	12.731.269.368
Despesas correntes	5.347.005.667	6.453.111.522	11.800.117.189
Pessoal e encargos sociais	3.222.595.772	3.544.335.937	6.766.931.709
Juros e encargos da dívida	64.011.180	111.899.816	175.910.995
Outras despesas correntes	2.060.398.716	2.796.875.769	4.857.274.485
Transferências a municípios	995.018.215	963.046.495	1.958.064.710
Demais despesas correntes	1.065.380.501	1.833.829.274	2.899.209.775
Despesas de capital	314.315.080	616.837.099	931.152.179
Investimentos	171.363.083	313.261.388	484.624.470
Inversões financeiras	31.014.318	170.787.747	201.802.065
Amortização da dívida	111.937.679	132.787.964	244.725.644
Reserva de contingência	0	0	0
Despesas (intraorçamentárias) (II)	426.632.238	483.911.334	910.543.571
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	6.087.952.985	7.553.859.954	13.641.812.939
Amortização da dívida / refinanciamento (IV)	0	0	0
Amortização da dívida interna	0	0	0
Dívida mobiliária	0	0	0
Outras dívidas	0	0	0
Amortização da dívida externa	0	0	0
Dívida mobiliária	0	0	0
Outras dívidas	0	0	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	6.087.952.985	7.553.859.954	13.641.812.939
Superávit (VI)	0	0	0
Total (VII) = (V + VI)	6.087.952.985	7.553.859.954	13.641.812.939

Despesa intraorçamentária	2018		Acumulado jan.-abr.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Despesas correntes	426.632.238	483.911.334	910.543.571
Pessoal e encargos sociais	325.397.291	362.929.456	688.326.747
Outras despesas correntes	101.234.947	120.981.878	222.216.825
Despesas de capital	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Total	426.632.238	483.911.334	910.543.571

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2016

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X

Tabela 24
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2018/jan.-abr. 2017

Unidade da federação	2018				2017				Acumulado
	Jan	Fev	Mar	Abr	Jan	Fev	Mar	Abr	
Norte	2.502.244(n)	2.346.523(n)	2.193.044(n)	2.369.650(n)	1.933.771.624	1.644.084.726	1.650.654.365	1.121.776.412	6.350.287.127
Acre	114.042	89.970	107.933	91.260	88.466.040	99.761.476	80.120.874	0	268.348.390
Amazonas	710.025	822.370	732.562	786.968	664.276.268	547.015.681	604.677.728	0	1.815.969.677
Pará	966.883	853.316	736.841	837.169	901.330.415	768.247.767	746.484.190	836.021.894	3.252.084.266
Roraima	325.490(n)	236.650(n)	266.218(n)	288.842(n)	0	0	0	0	0
Amapá	68.708	61.905	70.628	62.498	66.035.122	53.946.831	47.327.729	70.878.243	238.187.925
Roraima	76.496	58.324	60.340	76.580	0	0	0	0	0
Tocantins	240.596	223.984	218.517	226.329	213.663.779	175.112.971	172.043.844	214.876.275	775.696.869
Nordeste	6.957.976(n)	6.151.257	5.581.464	6.326.538	4.691.811.754	5.123.109.877	5.687.874.830	5.956.508.767	21.459.305.228
Maranhão	555.797	495.688	488.462	503.307	503.117.059	454.004.454	475.655.190	468.907.071	1.901.683.774
Piauí	346.453	311.404	329.830	334.285	330.748.619	312.106.240	263.507.516	294.253.764	1.200.616.139
Ceará	1.077.504	920.136	852.081	964.028	956.206.876	820.242.335	828.483.965	850.943.592	3.455.876.768
Rio grande do norte	499.622	468.191	473.188	442.584	475.645.477	0	414.582.982	411.510.912	1.301.739.371
Paraíba	462.949(n)	448.039	424.156	431.877	475.122.961	413.348.004	402.021.915	425.013.776	1.715.506.656
Pernambuco	1.424.738	1.127.260	1.118.467	1.468.228	1.292.450.686	1.051.292.472	1.138.145.410	1.090.190.648	4.572.079.216
Alagoas	372.719	340.456	0	275.311	355.332.739	291.994.004	286.838.894	315.365.445	1.249.531.082
Sergipe	302.038	268.502	263.825	275.311	301437096	232992264	262882702	267253886	1064565948
Bahia	1.916.153	1.771.578	1.631.452	1.906.914	1.750.241	1.547.130.104	1.615.756.256	1.833.069.673	4.997.706.274
Sudeste	20.187.776	18.556.925(n)	17.896.760	19.574.200(n)	18.454.368.954	13.160.537.630	17.869.508.256	18.302.312.461	67.786.727.301
Minas gerais	4.072.980	3.967.570(n)	3.495.077	4.140.527(n)	3.743.884.569	3.370.766.798	3.477.037.133	3.695.729.797	14.287.418.297
Espírito santo	888.911	775.656	840.165	825.407	818.971.880	713.566.489	668.364.305	736.410.407	2.937.313.081
Rio de janeiro	3.054.647	2.899.400	2.718.750	2.784.291	2.862.071.775	0	2.447.637.774	2.924.455.491	8.234.165.040
São paulo	12.171.237	10.914.297	10.842.766	11.823.974	11.029.440.730	9.076.204.343	11.276.469.044	10.945.716.766	42.327.830.883
Sul	8.101.533	6.412.160	6.291.614	6.701.706(n)	6.969.557.002	4.483.743.425	4.616.521.566	5.320.313.093	21.390.135.086
Paraná	3.124.844	2.196.105	2.176.861	2.229.705	4.063.447.312	2.044.763.879	2.155.151.771	2.442.890.530	10.706.253.492
Santa catarina	1.867.945	1.662.417	1.634.399	1.725.083(n)	0	0	0	0	0
Rio grande do sul	3.108.743	2.553.638	2.480.353	2.746.918	2.906.109.690	2.438.979.546	2.461.369.795	2.877.422.563	10.683.881.594
Centro-oeste	3.734.982	2.560.356	2.541.962	2.822.780	2.668.677.194	2.560.529.102	2.667.762.411	2.800.540.097	10.697.508.804
Mato grosso	889.535	0	0	847.923	774.616.073	807.046.241	916.416.280	933.142.954	3.431.221.548
Mato grosso do sul	781.572	686.713	763.500	847.923	0	0	0	0	0
Goiás	1.323.784	1.209.659	1.155.059	1.281.493	1.206.098.482	1.147.686.821	1.151.598.784	1.218.374.873	4.723.758.960
Distrito Federal	740.090	663.982	623.401	693.363	687.962.639	605.796.040	599.747.347	649.022.270	2.542.528.296
Brasil	41.484.514(n)	36.027.223(n)	34.504.845(n)	37.794.876(n)	34.718.186.528	26.972.004.760	32.492.321.428	33.501.450.830	127.683.963.546

Fonte: Confaz-Cotepe/ICMS.

Elaboração: SEI/Corref.

(1) valor provisório.

Tabela 25

Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2018/jan.-abr. 2017

(R\$1,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Janeiro	1.916.113.836	1.729.279.007	264.379.868	190.240.063	2.180.493.704	1.919.519.070
Fevereiro	1.771.439.443	1.526.609.602	260.977.920	235.603.065	2.032.417.363	1.762.212.667
Março	1.631.452.511	1.597.593.291	244.652.158	231.748.372	1.876.104.669	1.829.341.663
Abril	1.906.887.010	1.813.683.082	286.683.318	237.628.038	2.193.570.328	2.051.311.120
Maio		1.622.810.218		262.016.766		
Junho		1.658.141.861		326.168.222		
Julho		1.790.838.485		238.379.871		
Agosto		1.694.816.481		312.013.319		
Setembro		1.759.114.633		241.400.326		
Outubro		1.802.192.313		252.621.834		
Novembro		1.842.442.920		247.497.670		
Dezembro		1.913.549.052		390.086.531		
Total	7.225.892.801	20.751.070.945	1.056.693.263	3.165.404.077	8.282.586.064	7.562.384.520

Fonte: Sefaz - Relatórios bimestrais.

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

(Continua)

Tabela 26

Balanco orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2018

(R\$ 1,00)

Receita liquidada	2018		Acumulado jan.-abr.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	1.109.180.668	931.806.257	2.040.986.924
Receitas correntes	1.071.495.901	907.649.628	1.979.145.529
Receita tributária	545.547.654	403.210.519	948.758.172
Impostos	474.372.841	327.594.006	801.966.847
Taxas	71.174.813	75.616.513	146.791.325
Contribuição de melhoria	0	0	0
Receita de contribuições	42.857.576	51.953.928	94.811.504
Contribuições sociais	24.110.831	23.172.223	47.283.055
Contribuições econômicas	0	0	0
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de	0	0	0
Formação profissional	0	0	0
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	18.746.744	28.781.705	47.528.449
Receita patrimonial	20.479.404	21.668.889	42.148.293
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	5.170.385	3.684.413	8.854.798
Valores mobiliários	15.308.943	17.298.730	32.607.673
Delegação de serviços públicos mediante concessão,	0	0	0
Permissão, autorização ou licença	0	0	0
Exploração de recursos naturais	0	0	0
Exploração do patrimônio intangível	0	0	0
Cessão de direitos	0	685.674	685.674
Demais receitas patrimoniais	76	72	148
Receita agropecuária	0	0	0
Receita industrial	0	0	0
Receita da indústria de construção	0	0	0
Receita de serviços	1.322.780	2.006.961	3.329.741

(Continua)

Tabela 26

Balanco orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2018

(R\$ 1,00)

Receita liquidada	2018		Acumulado jan.-abr.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Serviços administrativos e comerciais gerais	36.856	1.915.999	1.952.855
Serviços e atividades referentes à navegação e ao	0	0	0
Transporte	0	0	0
Serviços e atividades referentes à saúde	0	0	0
Serviços e atividades financeiras	0	0	0
Outros serviços	1.285.924	90.962	1.376.886
Transferências correntes	433.352.781	401.234.388	834.587.169
Transferências da união e de suas entidades	225.795.890	225.115.141	450.911.030
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0	112.155.808	112.155.808
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0	0
Transferências de instituições privadas	2.500	231.638	234.138
Transferências de outras instituições públicas	91.899.199	63.731.032	155.630.231
Transferências do exterior	0	0	0
Transferências de pessoas físicas	870	770	1.640
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0	0
Outras receitas correntes	27.935.708	27.574.943	55.510.651
Multas administrativas, contratuais e judiciais	14.508.808	13.553.630	28.062.439
Indenizações, restituições e ressarcimentos	1.133.814	1.378.561	2.512.375
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	0	0	0
Demais receitas correntes	12.293.085	12.642.752	24.935.837
Receitas de capital	37.684.766	0	37.684.766
Operações de crédito	20.000.000	24.156.629	44.156.629
Operações de crédito - mercado interno	20.000.000	0	20.000.000
Operações de crédito - mercado externo	0	0	0
Alienação de bens	14.003.662	0	14.003.662
Alienação de bens móveis	0	15.895.876	15.895.876
Alienação de bens imóveis	14.003.662	0	14.003.662
Alienação de bens intangíveis	0	15.895.876	15.895.876
Amortizações de empréstimos	0	0	0
Transferências de capital	3.681.104	8.260.753	11.941.857
Transferências da união e de suas entidades	3.681.104	8.260.753	11.941.857
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0	0
Transferências de instituições privadas	0	0	0
Transferências de outras instituições públicas	0	0	0
Transferências do exterior	0	0	0
Transferências de pessoas físicas	0	0	0
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0
Integralização do capital social	0	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0	0
Resgate de títulos do tesouro	0	0	0
Demais receitas de capital	0	0	0
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	1.156.095.128	978.846.523	2.134.941.651
Operações de crédito/ refinanciamento (IV)	0	0	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	1.156.095.128	978.846.523	2.134.941.651
Déficit (VI)	0	0	0
Total (VII) = (V+ VI)	1.156.095.128	978.846.524	2.134.941.652

(Conclusão)

Tabela 26

Balanco orçamentário – Receita – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2018

(R\$ 1,00)

Receita intraorçamentária	2018		Acumulado jan.-abr.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Receitas correntes	46.914.461	47.040.267	93.954.727
Contribuições	46.891.010	47.014.004	93.905.013
Contribuições sociais	46.891.010	47.014.004	93.905.013
Receita patrimonial	23.451	26.263	49.714
Demais receitas patrimoniais	23.451	26.263	49.714
Receita de serviços	0	0	0
Outros serviços	0	0	0
Transferências correntes	0	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0	0
Total de receitas intra-orçamentárias	46.914.461	47.040.267	93.954.727
Total	46.914.461	47.040.267	93.954.727

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador, 2016/2015.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Tabela 27

Balanco orçamentário – Despesa – Orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-abr. 2018

(R\$ 1,00)

Despesa liquidada	2018		Acumulado Jan.-Abr.
	Jan.-Fev.	Mar.-Abr.	
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	669.216.567	1.595.808.859	2.265.025.425,33
Despesas correntes	631.456.583	1.481.020.923	2.112.477.506
Pessoal e encargos sociais	382.886.913	781.825.894	1.164.712.807
Juros e encargos da dívida	1.186.679	4.423.625	5.610.304
Outras despesas correntes	247.382.991	694.771.404	942.154.395
Despesas de capital	37.759.984	114.787.936	152.547.919
Investimentos	19.928.816	80.683.728	100.612.544
Inversões financeiras	0	0	0
Amortização da dívida	17.831.168	34.104.208	51.935.376
Reserva de contingência	0	0	0
Despesas (intraorçamentárias) (II)	46.913.694	94.284.084	141.197.778
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	716.130.261	1.690.092.942	2.406.223.203
Superávit (IV)	0	0	0
Total (V) = (III + IV)	716.130.261	1.690.092.942	2.406.223.203

Despesa intraorçamentária	2018		Acumulado jan.-abr.
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	
Despesas correntes	46.645.694	47.101.030	93.746.724
Pessoal e encargos sociais	46.622.244	47.074.767	93.697.010
Juros e encargos da dívida	23.451	26.263	49.714
Outras despesas correntes	0	0	0
Despesas de capital	268.000	269.360	537.360
Investimentos	0	0	0
Inversões financeiras	0	0	0
Amortização da dívida	268.000	269.360	537.360
Total	46.913.694	47.370.390	94.284.084

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

publicações.sei.ba.gov.br/conjunturaeplanejamento

cep@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO-GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Britto
Rosângela Conceição

INFORMAÇÕES:

71 3115-4711

71 3115-4771

In English: +55 71 3115-4795

En español: +55 71 3115-4795

www.sei.ba.gov.br

 
seibahia

 **SEI**
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO



SEI - A Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI - O que é a Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia?
SEI - A Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia é uma
SEI - A Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia é uma
SEI - A Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia é uma

	Posto 1	Posto 2	Posto 3
1	120,00	120,00	120,00
2	120,00	120,00	120,00
3	120,00	120,00	120,00
4	120,00	120,00	120,00
5	120,00	120,00	120,00
6	120,00	120,00	120,00
7	120,00	120,00	120,00
8	120,00	120,00	120,00
9	120,00	120,00	120,00
10	120,00	120,00	120,00
11	120,00	120,00	120,00
12	120,00	120,00	120,00
13	120,00	120,00	120,00
14	120,00	120,00	120,00
15	120,00	120,00	120,00
16	120,00	120,00	120,00
17	120,00	120,00	120,00
18	120,00	120,00	120,00
19	120,00	120,00	120,00
20	120,00	120,00	120,00

SEI - A Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia é uma
SEI - A Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia é uma
SEI - A Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia é uma
SEI - A Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia é uma
SEI - A Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia é uma
SEI - A Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia é uma
SEI - A Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia é uma
SEI - A Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia é uma
SEI - A Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia é uma
SEI - A Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia é uma



Governo do
Estado da Bahia
Secretaria do Planejamento

